

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ELIEZER FELIX DE SOUZA

**INTELECTUAIS, MODERNIDADE E DISCURSO EDUCATIVO NO JORNAL
“DIÁRIO DOS CAMPOS” (1907-1928)**

PONTA GROSSA
2010

ELIEZER FELIX DE SOUZA

**INTELECTUAIS, MODERNIDADE E DISCURSO EDUCATIVO NO JORNAL
“DIÁRIO DOS CAMPOS” (1907-1928)**

Dissertação de conclusão do Mestrado em Educação apresentado para a obtenção do título de mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa, linha de pesquisa História e Políticas educacionais. Área de Concentração: Educação.

Orientador: Prof Dr Nívio de Campos

**PONTA GROSSA
2010**

Ficha Catalográfica elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

S729i Souza, Eliezer Felix de
Intelectuais, modernidade e discurso educativo no Jornal “Diário dos Campos” (1907-1928). / Eliezer Felix de Souza. Ponta Grossa, 2010. 159f.
Dissertação (Mestrado em Educação – Linha de Pesquisa: História e Políticas Educacionais). Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientador: prof. Dr. Névio de Campos.

1. Intelectuais. 2. Educação. 3. Modernidade. 4. Imprensa.
I. Campos, Nevio de. II. T.

CDD: 370

TERMO DE APROVAÇÃO

ELIEZER FELIX DE SOUZA

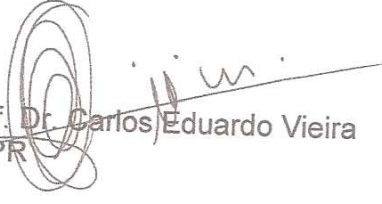
**INTELECTUAIS, MODERNIDADE E DISCURSO EDUCATIVO NO JORNAL DIÁRIO
DOS CAMPOS (1907-1928)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no
Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

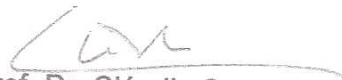
Orientador



Prof. Dr. Névio de Campos
UEPG



Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira
UFPR



Prof. Dr. Cláudio Suasnâbar
UNLP

Ponta Grossa, 16 de março de 2010

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa de pós-graduação é um trabalho coletivo que conta com a participação direta e indireta de muitos membros da sociedade. No desenvolvimento desta pesquisa não foi diferente. Professores, colaboradores de instituições e os autores citados, numa relação de citações constantes, tiveram importância essencial nos resultados do trabalho.

Neste sentido, gostaria em primeiro lugar de agradecer a paciência do Névio de Campos. Orientador dedicado, principalmente quando mudada minha linha de pesquisa, momento de grande indecisão, no qual o professor Névio me incentivou, e muito, na redefinição do novo projeto de pesquisa.

Aos professores Dr. Carlos Eduardo Vieira, Cláudio Suasnabar e Luis Fernando Cerri por, na qualificação desta pesquisa, tecerem observações pertinentes e aceitarem participar da banca de defesa desta dissertação.

Às funcionárias e funcionários da Casa da Memória e da Biblioteca da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que me receberam com atenção em todos os momentos que os procurei.

Também a todos meus amigos e colegas de turma, bem como os professores de modo geral, que nos momentos de incertezas, sempre me estimularam a dar continuidade no desenvolvimento desta pesquisa.

O mundo do historiador, assim como o mundo do cientista, não é uma cópia fotográfica do mundo real, mas, antes um modelo funcional que lhe possibilita mais ou menos, eficazmente compreendê-lo e dominá-lo. O historiador filtra de experiência do passado que lhe é acessível, aquela parte que ele reconhece como sujeita a explicação e interpretação racionais e dela tira conclusões que podem servir como um guia de ação. [Carr]

RESUMO

Esta dissertação analisa a recepção do debate educativo nacional no jornal *Diário dos Campos*, privilegiando compreender a participação dos intelectuais pontagrossenses (Jacob Holzmann, Hugo Mendes de Borja Reis e José Cadilhe), na divulgação das ideias educativas. Este percurso analítico está circunscrito ao período de 1907 a 1928, apoiando-se nos fragmentos publicados neste periódico e no conceito de intelectual como organizador da cultura, discutido por Antônio Gramsci, e na acepção de discurso do círculo de Bakhtin. Discorre ainda sobre o papel dos intelectuais no processo de organização e de disseminação de uma visão de mundo marcada pelos símbolos da modernidade e da educação popular. Com base na documentação acessada é possível indicar que o grupo do jornal estabeleceu uma interlocução com as discussões educativas promovidas nas principais cidades brasileiras, e reafirmou o discurso salvacionista da educação para combater o analfabetismo e os problemas sociais que se apresentavam na cidade de Ponta Grossa.

Palavras-chave: Intelectuais, Educação, Modernidade, Imprensa.

INTELLECTUALS, MODERN TIMES AND EDUCATIONAL DISCOURSE IN THE “DIÁRIO DOS CAMPOS” NEWSPAPER (1907-1928)

ABSTRACT

This dissertation analyzes the response to the country's debate on education in the *Diário dos Campos* newspaper, acknowledging the participation of Ponta Grossa intellectuals (Jacob Holzmann, Hugo Mendes de Borja Reis and José Cadilhe) in publicizing educational ideas. This analysis goes from 1907 to 1928, basing itself on fragments which were published in this newspaper in addition to the concept of the intellectual as an organizer of culture as discussed by Antonio Gramsci and in the interpretation of discourse in Bakhtin's circle. This article discusses the role of intellectuals in the process of organizing and spreading a view of the world marked by the symbols of modern times and public education. Founded on documentation, it is possible to show that this group, in the newspaper, established a means of communication within the educational discussions promoted in the major cities of Brazil and reasserted education's salvationist discourse to fight illiteracy and the social problems existing in the city of Ponta Grossa.

Key words: Intellectuals, Education, Modern times, Press.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 PONTA GROSSA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: MODERNIDADE, CULTURA E SOCIEDADE.....	29
1.1 DESPONTAR DE UMA CIDADE.....	33
1.2 SOCIEDADE E RELIGIÃO PRINCESINA.....	50
1.3 CULTURA.....	61
2 ORIGEM DO DIÁRIO DOS CAMPOS E FRAGMENTOS DAS TENDÊNCIAS INTELLECTUAIS.....	66
2.1 FUNDAÇÃO DO JORNAL O PROGRESSO E A IMPRENSA NACIONAL.....	69
2.2 INTELLECTUAIS E SUAS TENDÊNCIAS.....	80
3 PRESENÇA DO DEBATE EDUCATIVO NACIONAL NO DISCURSO DOS INTELLECTUAIS DO DIÁRIO DOS CAMPOS.....	95
3.1 MISSÃO DA EDUCAÇÃO.....	95
3.2 EDUCAÇÃO DA MULHER E FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	107
3.3 DESEJOS DE REFORMAS EDUCACIONAIS.....	118
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
5 FONTES.....	147
6 REFERÊNCIAS.....	153

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como objetivo a análise da presença dos debates nacionais sobre educação no discurso do jornal *Diário dos Campos*¹. Em termos específicos, o projeto visou problematizar as aproximações e os distanciamentos entre os discursos da intelectualidade brasileira, paranaense e pontagrossense. Em face disso, foi fundamental a análise do contexto educativo no período estudado e compreendido entre 1907 e 1928. A questão central da pesquisa partiu dos seguintes questionamentos: quais intelectuais coordenaram o processo de constituição do jornal e que discursos educativos promoveram nesse espaço cultural?

Esta pesquisa insere-se na História Intelectual e, particularmente, na História Intelectual da Educação. No Brasil, dando enfoque ao Paraná, os trabalhos realizados no campo da história intelectual são muito recentes, pois os grupos de investigação se constituíram nos últimos dez anos. Já na história intelectual da educação, o processo de constituição de grupos de pesquisas é mais recente ainda e, vem ocorrendo nos programas de Pós-Graduação em Educação das instituições de ensino. No Estado do Paraná, merece menção o Grupo de Pesquisa em História Intelectual da Educação, coordenado por Carlos Eduardo Vieira, professor da Universidade Federal do Paraná. A preocupação destes pesquisadores é “[...] pensar as idéias, as representações e/ou discursos veiculados no debate intelectual, a partir dos seus contextos de produção, de circulação e de recepção.” (VIEIRA, 2007a, p. 9).

Com relação à História intelectual², Helenice Rodrigues da Silva faz alguns questionamentos:

¹ *Diário dos Campos* é o segundo nome dado ao jornal, que foi fundado em 1907 com o nome de *O Progresso*. Porém, levando em consideração o fator longevidade (até hoje é *Diário dos Campos*), utilizaremos esta denominação no título, bem como em muitas passagens do texto.

² Helenice Rodrigues evidencia, a partir dos anos 80, o surgimento de uma história intelectual e da história dos intelectuais. Partindo de dois exemplos, um abordando a primeira modalidade e a outra a segunda, a autora procura clarificar as suas distinções. No primeiro caso, ela cita a obra de Christophe Charle, *O Naissance des “Intellectuels” – 1880-1900*. Nesta obra, Charle, além de uma abordagem social e política, utiliza-se de métodos de ciências sociais. Sua análise, centralizada no desvendamento dos enigmas do caso Dreyfus, faz uso do conceito de campo, *habitus* e bem simbólico em Bourdieu. Por isso, sua análise se volta às mudanças vividas na Universidade francesa e tem como principal foco o aumento no número de estudantes. Com estes dados e observando rigorosamente as petições e manifestos, Charle analisa a constituição dos grupos intelectuais (esquerda ou direita), ou seja, uma história intelectual. Em relação à outra modalidade, Helenice toma como exemplo *Intellectuels et passions françaises: manifestes et pétitions au XX siècle*. Nesta obra, estuda os 100 anos da existência dos intelectuais, mas tendo como principal objeto os manifestos escritos por eles. Neste sentido, a história intelectual estuda a constituição dos seus grupos intelectuais e sua relação com o campo; já a história dos intelectuais se prende especificamente à produção do grupo. Justifica-se, a partir desta análise, que estamos fazendo história intelectual, uma vez que pesquisamos a constituição de um grupo de intelectuais e a relação com campo de debates educativos nacionais e estaduais (SILVA, 2002, p.18-22).

Como definir uma história intelectual? Como delimitá-la, distinguindo-a de uma história dos intelectuais, de uma história cultural e de uma história das idéias (ou do pensamento)? Trata-se de uma nova disciplina, ou simplesmente, de uma outra abordagem da história das idéias? Como formulá-la em níveis teóricos? Que suportes de análise podem ser utilizados? (SILVA, 2002, p. 09-10).

Esses questionamentos feitos por Helenice Rodrigues mostram o tamanho da indefinição. A autora, em outro artigo intitulado *História intelectual: horizontes teóricos*, afirma que “domínio novo e mal definido, a história intelectual transformou-se, nas últimas décadas, em estimulante objeto de investigação.” (SILVA, 2003, p. 15). Apresentando-a ainda como campo de estudo indeterminado, a autora arrisca-se a fazer algumas considerações. A primeira delas consiste em afirmar que a História Intelectual tem um caráter pluridisciplinar uma vez que está “situada na interseção de diferentes disciplinas (história, filosofia, sociologia).” (SILVA, 2002, p. 12). Exatamente por isso,

[...] a história intelectual parece visar, essencialmente, a dois eixos de análise: por um lado, o funcionamento de uma sociedade intelectual (o conceito de “campo” de Bourdieu, ou seja, suas práticas, suas estratégias, seus habitus; por outro lado as características de um momento histórico e conjuntural [...] que impõe visões de mundo, esquemas de percepção e apreciação, enfim, modalidades específicas de pensar e de agir por parte dos intelectuais (SILVA, 2002, p. 12).

Na sua segunda formulação ela chama a atenção para o “procedimento de análise visando a articulações internas (discurso) e externas (campos, contextos, conjunturas) de uma obra.” (p. 12). Neste posicionamento, evidencia-se que “[...] a história intelectual deve privilegiar a leitura de um texto em relação ao seu contexto.” (p. 12).

Relacionando-se ao segundo aspecto, a autora considera que “a história intelectual parece ter por papel fundamental o posicionamento das idéias, situando-as em seu contexto (intelectual e histórico) de produção.” (SILVA, 2002, p. 12). Por isso, Rodrigues entende que “[...] é imperativo situar os debates, os interesses em jogo, nos seus contextos nacionais e os lugares de sua enunciação” (p. 13), bem como aos esforços interpretativos do posicionamento das ideias.

A partir dessas definições, Helenice Rodrigues conclui que “[...] a história intelectual oscila, por um lado, entre uma sociologia, uma história e até mesmo uma biografia dos intelectuais, e por outro, entre uma análise das obras e das idéias, como por exemplo, uma possível versão da história da filosofia.” (SILVA, 2003, p. 15). De modo geral, a história intelectual possibilita diferentes enfoques, como por exemplo, o contexto de produção de ideias, o dos agentes socioprofissionais e das correntes de pensamento. Em síntese, a história intelectual tende a apresentar-se sob a forma de uma história dos intelectuais ou de uma

história das ideias. Percebemos, assim, a partir de Helenice Rodrigues que a História Intelectual abrange a participação de um intelectual na sua relação com o seu espaço e os sujeitos sociais que o circundam.

Sobre o surgimento dos intelectuais, recorremos a Norberto Bobbio. Segundo este autor, “toda sociedade tem os seus detentores do poder ideológico, cuja função muda de sociedade para sociedade, de época para época, cambiantes sendo também as relações, ora de contraposição, ora de aliança, que eles mantêm com os demais poderes.” (BOBBIO, 1997, p. 11). A origem do termo intelectual no sentido moderno da expressão, remonta ao final do século XIX, em que se popularizou com o famoso “Caso Dreyfus”³. (SILVA, 2003, p. 17). Num primeiro momento, o termo leva a um significado pejorativo, pois insere os intelectuais como sendo aqueles que adotam um posicionamento de esquerda. Estes seriam os defensores dos valores universais, da verdade e da justiça. Em oposição, encontram-se os intelectuais de posição nacionalista, que muitas vezes atuaram pelos seus próprios interesses. Julien Benda, ao questionar sobre “quais são os deveres e a função do homem de cultura na sociedade” (BOBBIO, 1997, p. 32), afirma que “os intelectuais têm a missão de defender e promover os valores supremos da civilização, que são desinteressados e racionais.” (p. 32). E caso contrário ou “na medida em que subordinam sua atividade aos interesses contingentes, às paixões irracionais da política, traem sua missão.” (p. 32). É a ideia conflitante de duas posições intelectuais, os de esquerda (que muitas vezes assumem funções de tribunais e se metem naquilo que não lhes diz respeito), e os intelectuais de direita, conservadores, e que na maioria das vezes estão presos e submissos aos poderes constituídos.

Conforme a definição apontada por Bobbio, os intelectuais atuam estabelecendo novas maneiras de pensar. A disseminação do pensamento é importante, porque através do pensar os sujeitos históricos desenvolvem maneiras de agir e atuar no seu dia a dia. São visões de mundo que geralmente modelam as opiniões e as formas de compreender o mundo no qual

³ O caso Dreyfus foi um manifesto intelectual que aconteceu em Paris, no Jornal L'aurore. Esse manifesto foi assinado por vários intelectuais e marca, de certa forma, o posicionamento ideológico entre os intelectuais que são de esquerda ou de direita. Esse fato ocorreu na França em 1894. No episódio, um capitão de artilharia judeu, Alfred Dreyfus, foi acusado por um grupo de oficiais monarquistas de ter vendido segredos militares à Alemanha. Com isso vários intelectuais se manifestaram tendo como objetivo a revisão do processo, uma vez que Dreyfus foi condenado à prisão perpétua na Guiana Francesa. Nessa batalha se percebe a divisão dos republicanos radicais, socialistas, liberais e humanistas que atuaram na defesa do capitão; do outro lado, os anti-dreyfusistas (monarquistas, militares, clericais, anti-semitas, conservadores, etc.). Dreyfus foi libertado em 1899. De certa forma, esta polarização evidencia a postura de direita e de esquerda. Na ideia de Julien Benda, nessa situação em específico, os de direita podem ser considerados como intelectuais traidores que agem pelos seus próprios interesses e se subordinam a ordens políticas; já os de oposição se configuram aos intelectuais comprometidos com os interesses intelectuais e com as causas do povo. Sobre o assunto consultar Norberto Bobbio (1997) e Helenice Rodrigues (2002/2003).

estão inseridos.

No horizonte teórico da história intelectual um dos debates se refere ao conceito de intelectual discutido por Antônio Gramsci. Em suas análises, esse pensador distingue a intelectualidade tradicional, considerada classe ou comunidade à parte, e os grupos que as classes produzem organicamente a partir das suas relações. Essas novas classes exercem funções predominantemente intelectuais e fazem parte de instituições ligadas à atividade cultural. O elemento fundamental oriundo das reflexões de Gramsci consiste em reconhecer que os intelectuais não constituem camadas externas às lutas políticas, sociais e culturais. Ao contrário, o intelectual se caracteriza pelo imiscuir-se nas diferentes esferas da vida societária. E uma dessas esferas é o jornalismo que, no mundo moderno, passou a exercer um espaço profícuo no processo de constituição de novos modos de pensar, de agir, de sentir e de ser. É nesse ambiente interpretativo que esta pesquisa será desenvolvida, pois a mídia impressa materializa o objeto desse projeto investigativo.

É necessário entender as reflexões sobre a função social dos intelectuais à luz das ideias de Gramsci. A preocupação historicista desse pensador é traduzida com o postulado de que não existe nenhum a priori de formação e/ou posição institucional para definir o intelectual. Para ele

Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens. Em suma, todo o homem é intelectual, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 2006a, p. 52-53).

Na concepção de Gramsci, os intelectuais se distinguem em dois níveis. De um lado a intelectualidade tradicional; do outro os grupos pensantes que as classes produzem. Gramsci entende os intelectuais orgânicos não apenas como produtores teóricos, mas principalmente como aqueles que difundem a concepção de mundo se envolvendo na vida prática dos grupos sociais. Nessa pesquisa, o adjetivo orgânico não é objeto de discussão, pois não há a pretensão de localizar entre os integrantes do jornal *Diário dos Campos* suas relações com as classes sociais. O que é relevante da discussão de Gramsci é a atribuição dada aos intelectuais, qual seja: de organizadores de visões de mundo e mobilizadores dos indivíduos em prol de projetos políticos, sociais e culturais. Com relação ao conceito desta, Gramsci o compreende em duas direções. Segundo Carlos Eduardo Vieira, “de um lado significa o modo de viver, de pensar, de agir e de sentir por parte de um grupo ou de uma civilização; de outro, cultura é entendida

como projeto de formação do indivíduo, como ideal educativo a ser transmitido às novas gerações.” (VIEIRA, 1999, p. 193).

A transmissão cultural tem na sociedade moderna uma instituição importantíssima: trata-se da escola. Para Gramsci: “quanto mais extensa for a “área” escolar e quanto mais numerosos forem os “graus” “verticais” da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização de um determinado Estado.” (GRAMSCI, 2006a, p. 19). Neste contexto de transformação cultural e intelectual, Gramsci chama a atenção para as “instituições ligadas a atividade cultural.” (p. 32). Para o autor, essas características se definem a partir de

Método e problemas de método do trabalho intelectual e cultural seja criativo ou divulgativo. Escola, academia, círculos de diferentes tipos, tais como instituições de elaboração colegiada da vida cultural. Revistas e jornais como meios para organizar e difundir determinados tipos de cultura (GRAMSCI, 2006a, p. 19).

Gramsci nos chama a atenção nesta passagem para o surgimento dos novos intelectuais. A estes, ampliados em longa escala, cabe o papel de organizadores da cultura e da formação humana. Analisando esta nova função formativa dos intelectuais, Carlos Eduardo Vieira afirma que

Os modos de vida e os projetos de formação humana são construídos a partir de diversos ambientes, tais como: a família, a língua, o trabalho, a religião, a classe social, a escola. São nestas esferas da vida social que se organiza e se dissemina a cultura. São nestes ambientes que se processam os diversos conflitos, as diferentes concepções de mundo. Portanto a cultura é o produto do embate e da interação das visões de mundo e das práticas sociais que perpassam esses diferentes ambientes culturais (VIEIRA, 1999, p. 197).

Gramsci assinala que “o modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas uma inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente, já que não apenas orador puro.” (GRAMSCI, 2006a, p. 19). Compartilhando as ideias de Gramsci, mas num recuo cronológico considerável, Norberto Bobbio contextualiza as atuações desse novo intelectual:

Após a invenção da imprensa, a figura típica do intelectual passa a ser o escritor, o autor de livros, de libelos, e depois de artigos para revistas e jornais, de volantes de manifestos, de cartas públicas, ao qual corresponde a contrafigura do escrevinhador (pennivendolo) ou do escrevedor (pennaiolo). [...] alargou-se enormemente o espaço e, portanto a influência da palavra dita (sem, porém que diminua a da palavra escrita), a característica principal da moderna camada dos intelectuais está associada à formação de uma sempre mais vasta opinião pública por intermédio da imprensa, tanto que o fenômeno da opinião pública e o fenômeno da camada dos intelectuais no sentido moderno da palavra nascem simultaneamente, e acrescida a influência destes avalia-se habitualmente pela formação de um público sempre mais amplo em condições de exprimir e fazer valer a própria opinião (BOBBIO, 1997, p. 121).

A rigor, “cabe sempre ao investigador interessado na sua exploração analisar a natureza dos projetos formativos em curso, a ação dos seus protagonistas e, sobretudo, avaliar em contexto as conseqüências sociais desses projetos.” (VIEIRA, 2001, p. 57). Devido a isso, a análise dos intelectuais ponta-grossenses realizou-se a partir dos contextos da educação nacional e paranaense, enfatizando a repercussão desses debates entre os protagonistas do jornal de Ponta Grossa.

No entendimento de Carlos Eduardo Vieira (2001, p. 55), “investigamos os intelectuais porque consideramos que as suas idéias e as suas trajetórias são testemunhos privilegiados dos diversos projetos formativos que demarcam as disputas em torno da direção dos processos de formação de novas gerações.” Na esteira dessa afirmação é possível reiterar que são os intelectuais os principais responsáveis por traduzir em termos teóricos e, sobretudo, nos marcos de um plano de ação política, os objetivos almejados pelos diferentes grupos e classes sociais que disputam os espaços formativos na sociedade; isto é, as funções de domínio e de direção cultural.

Sendo assim, para a realização desta pesquisa, partimos do pressuposto de que no início do século XX havia um debate significativo em relação à educação do povo no Brasil. Esses debates eram promovidos por intelectuais que além de variada produção bibliográfica, atuavam nos meios impressos para a divulgação de seus ideais. Carlos Eduardo Vieira (2007b), ao tematizar a imprensa, analisa essa questão em nível nacional e de Paraná. Com relação ao Paraná, o autor referencia a atuação dos jornais *Diário da Tarde* e a *Gazeta do Povo*, fundados em 1899 e 1919, respectivamente. Estes jornais tiveram papel de destaque na esfera política, social e aderiram também a causa educacional. Já em nível nacional, Vieira enfatiza o jornal *O Estado de São Paulo*. Este que, conforme o autor teve atuação relevante na causa educacional, sobretudo na década de 20. Nesse período, Fernando Azevedo lançou os famosos inquéritos sobre educação e, a partir destes inquéritos, resultaria em 1932 a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Com base nesses apontamentos, partimos da hipótese de que os intelectuais ponta-grossenses filtraram e atribuíram um sentido fundamental às ideias educativas.

Em princípio, o jornal por nós pesquisado apresenta uma tendência neutra em relação a dois fatores essenciais da vida social: a política e a religião. Essa questão pode ser observada pela apresentação do primeiro número do jornal. Nessa fase, a tendência editorial do jornal assim se define:

Ao iniciarmos hoje na afanada lide jornalística com esse nosso modesto e despretenso jornal hedomanário, nesta cidade inquestionavelmente predestinada a um grandioso futuro, se todos quanto a habitam bem compreendem o que é uma pátria legítima ou simplesmente adotiva devem seus dignos filhos, outro escopo não temos que não o cooperar resoluta e crentemente para o elevamento moral e material de Ponta Grossa e para que o Paraná frutifiquem todas as idéias e cometimentos aplausíveis, **sem nos envolvermos direta ou indiretamente em questões políticas ou religiosas**, as quais irrefutavelmente hão sido em nosso país o mais poderoso fator de palavras e fatos por completo antagônicos ao foros de nossa civilização (BUCHOLDZ, 2007, p. 21, grifo nosso)

No campo discursivo, a neutralidade como acima descrita não existe. Sua própria explicitação já se configura como uma postura axiológica, de valor, de posicionamento. Nos propomos, então, a analisar o discurso produzido pelo jornal *Diário dos Campos*, especialmente sobre modernidade e educação.

Para Bakhtin, o fundamental na sua teoria do discurso é a ressalva à significação do dizer, privilegiando aquilo que está aquém e além da estrutura, isto é, o já dito e os efeitos do sentido do dizer em dada circunstância. Bakhtin entende que “o ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata.” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2002, p. 46). E refratar de conformidade com os comentários de Faraco “significa, aqui que nossos signos nós não somente descrevemos, mas construímos – na dinâmica da história e por decorrência do caráter sempre múltiplo e heterogêneo das experiências concretas dos grupos humanos – diversas interpretações (refrações, desse mundo).” (FARACO, 2003, p. 50).

Por estas definições percebemos que todo o discurso se constitui a partir da sua inter-relação com os outros e só assim poderá ser interpretado. Ou seja, uma produção discursiva implica na existência de um outro a quem o discurso se dirija. No entendimento de Faraco, Bakhtin, ao tratar da linguagem verbal, afirma que a verdadeira substância da língua é a interação verbal. Isso porque é possível “compreender a palavra 'diálogo' não apenas como comunicação, em voz alta, de duas pessoas colocadas face a face, mas toda a comunicação verbal, de qualquer tipo que seja.” (p. 123).

A filosofia de Bakhtin “está centrada no pressuposto básico de que a realidade da linguagem é o fenômeno social da interação verbal, ou seja, a realidade da linguagem é a dinâmica da responsividade, das relações dialógicas em sentido amplo.” (p. 126).⁴ Bakhtin ressalva o particular em detrimento do universal. No entendimento do autor, o ser concreto é insubstituível. Apesar dessa assertiva, as vozes sociais estão numa contínua cadeia de responsividade: “os enunciados, ao mesmo tempo em que respondem ao já dito (“não há uma palavra que seja a primeira e a última”), provocam continuamente as mais diversas respostas

⁴ Ser responsivo significa que vivemos num mundo cercado de valores e com respostas.

(adesões, recusas, aplausos incondicionais, críticas, ironias [...]).” (p. 57). Por isso o universo da cultura é intrinsecamente responsivo, porque ele se move como se fosse um grande diálogo, submetendo-se em muitos aspectos aos sistemas ideológicos e assimilando as abordagens ideológicas neles contidos.

Neste sentido, Bakhtin acredita que a verdadeira substância da língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. Os enunciados, por sua vez, emergem a partir das forças de interações. “Ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio etc.” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2002, p. 123). Nessa relação existe “uma face verbal (o dito) e uma face não verbal (o presumido – que amarra a significação do enunciando no horizonte social amplo, ao aquém da estrutura).” (FARACO, 2003, p. 106). E continua Faraco: “a partir da interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.” (p. 123).

A partir de Bakhtin percebemos que o universo de cada indivíduo é formado pelo diálogo dos discursos nos quais as pessoas estão inseridas no seu dia a dia. No sentido explicitamente semiótico, “os discursos constituem um emaranhado de interseções enunciativas e estão dispersos por diferentes formações. Os enunciados emergem desse oceano heterogêneo e estão mais ou menos explicitamente marcados pela heterogeneidade que o constituem.” (FARACO, 2003, p. 104). Isto porque, e ainda seguindo as argumentações de Faraco,

Para Bakhtin, ao contrário, a consciência individual se constrói na interação e o universo da cultura tem primazia sobre a consciência individual. Esta é entendida como tendo uma realidade semiótica, constituída dialogicamente (porque o signo é antes de tudo, social), e se manifestando semioticamente, i é, produzindo texto e o fazendo no contexto da dinâmica histórica da comunicação, num duplo movimento: como réplica ao já dito, mas já solicitada e prevista, já que Bakhtin entende o universo da cultura como um grande e infinito diálogo (FARACO, 2003, p. 42).

Assim, se queremos estudar o dizer, temos sempre de nos remeter a uma ou outra esfera da atividade humana, porque não falamos no vazio, não produzimos enunciados fora das múltiplas e variadas esferas do agir humano, das manifestações culturais. Nossos enunciados (orais ou escritos) têm ao contrário, conteúdo temático, organização composicional ou estilos próprios correlacionados às condições específicas e às finalidades de cada esfera de atividade.

Outro aspecto analisado por Bakhtin trata-se do problema da compreensão do significado discursivo. Nesta questão, o autor chama a atenção para a distinção de dois

estágios analíticos: o estágio superior e o inferior. Com relação ao primeiro, ele destaca a importância das discussões temáticas, ou seja, a investigação contextual de uma palavra. No que se refere ao estágio inferior, destaca-se a significação das palavras, que é compreendido pelo entendimento dicionarizado da palavra. Dessas definições faz-se mister olhar para a questão temática uma vez que esta nos convida a olhar para o contexto de produção dos discursos.

Apesar de não apresentar uma metodologia explícita, Bakhtin e os autores de seu círculo nos indicam alguns caminhos que devem ser levados em consideração. Entre os principais aspectos relevantes em nossa pesquisa, destacamos as condições de interação verbal social entre os intelectuais do jornal pesquisado e o universo que o circunda. Esse universo envolve em primeiro lugar, os sujeitos locais. Ou seja, pessoas que participam ativamente das ideias do jornal, como receptores e muitas vezes colaboradores das discussões repercutidas pelo periódico.

O segundo aspecto refere-se a contextualizações mais amplas. Nesse caso é possível destacar os diálogos proporcionados entre os intelectuais do jornal e os intelectuais brasileiros e paranaenses; ou seja, os discursos em Bakhtin estão fundamentados pelo contexto social de produção do próprio discurso. Neste ambiente social, o destaque maior foi para a interação verbal entre os membros sociais que produzem os discursos. A partir de então, buscou-se entender o sentido contextual das palavras ditas e suas significações propriamente ditas. Em nossa pesquisa levamos em consideração os discursos do jornal enquanto um campo de interação verbal, em que os indivíduos participantes formam, a partir de uma cadeia de integração, suas visões de mundo e opiniões relacionadas às ideias e posicionamentos intelectuais.

Comentando as relações discursivas, Nêvio de Campos afirma que “em outros termos, as idéias são geradas socialmente no infinito e complexo diálogo que caracteriza o universo da criação cultural/social.” (CAMPOS, 2007, p. 132). A partir de Bakhtin, percebemos que o discurso não existe de forma isolada. Sua existência depende de outros discursos, ou da própria relação com os outros. Na concepção baktiniana o discurso humano é dialógico, mesmo que seja resultado de uma pesquisa individualizada, pois, de certa forma, o texto é uma produção coletiva, uma vez que sofre a interferência de ideias de muito agentes sociais. Da mesma forma o jornal; um diálogo entre jornalistas (intelectuais), leitores e o contexto como um todo.

Cabe ao historiador atuar neste complexo campo de interação, no qual tem a função de “descobrir os poucos fatos importantes e transformá-los em fatos da história e de descartar

os muitos fatos significativos como não históricos.” (CARR, 1982, p. 51). E Carr, na sua reflexão, vai ainda mais longe: “os fatos não falam por si, mas apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto.” (p. 47). Essa consideração leva Carr a criticar o culto dos fatos preconizados pelos positivistas. Para eles, “os fatos da história eram eles próprios uma demonstração do fato supremo de um progresso benéfico e aparentemente infinito em direção a coisas mais altas.” (p. 56).

Acontece, na interpretação de Carr, que a História não é feita a partir de fatos copiados dos documentos. Na tarefa de interpretar a história, uma das características fundamentais do historiador, é a de “[...] usar a imaginação para compreender a mente das pessoas com as quais está lidando e o pensamento que conduz os seus atos: digo 'compreensão como imaginação' e não 'simpatia', com receio de que simpatia possa significar concordância implícita.” (CARR, 1982, p. 60).

Carr chega assim a algumas definições sobre o que é História. A primeira resposta “é que ela se constitui de um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado.” (p. 64). Na segunda proposição do autor, “a história, então, em ambos os sentidos da palavra – significando tanto o exame conduzido pelo historiador quanto os fatos do passado que ele examina -, é um processo social em que os indivíduos estão engajados como seres sociais.” (p. 90). E mais, “o passado é inteligível para nós somente à luz do presente; só podemos compreender o presente a luz do passado.” (CARR, 1982, p. 90).

Seguindo na mesma perspectiva analítica, no artigo *Tradição intelectual e espaço historiográfico ou por que dar atenção aos textos clássicos*, Sônia Lacerda e Teresa Cristina Kirshner analisam as diferentes configurações historiográficas assumidas pela história intelectual. Na interpretação das autoras, “[...] preferimos o uso de História intelectual para designar todas as espécies de estudos históricos concernentes a obras, doutrinas, formas de pensar, tradições de saber, etc. na esfera erudita da cultura [...]” (LACERDA; KIRSHNER, 2003, p. 29). No entendimento das autoras “[...] um texto nunca se reduz a uma estrutura perfeitamente coerente, portadora de sentido unívoco.” (p. 35). Por essa razão, elas lançam uma perspectiva histórica que vai muito além das fronteiras da história intelectual:

nisto se funda a relação dialógica: o historiador estabelece com o texto um intercâmbio que não se detém no nível de referencialidade e dos significados expressos. Solicita-o mediante interrogações derivadas de seus próprios interesses e de seu aparato crítico, mas também faz do texto um interlocutor, repensando suas hipóteses interpretativas em função das “resistências” textuais (LACERDA; KIRSHNER, 2003, p. 35).

Os jornais para o historiador são documentos.⁵ E sem documento não se faz história. Jacques Le Goff afirma que o documento “não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.” (LE GOFF, 1994, p. 545). Na sua concepção, “[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.” (p. 535).

Além de destacar os documentos, como materiais da memória coletiva e da história, Le Goff deixa claro a importância do historiador na escolha das temáticas e nas definições explicativas sobre os assuntos abordados. Citando Foucault, “[...] os problemas da história podem se resumir numa só frase: “o questionar do documento.” (LE GOFF, 1994, p. 545).

Ainda nas conceituações de Le Goff, é interessante fazer a história andar por novos caminhos, o que significa abraçar a pluralidade, buscar múltiplas contribuições. Nesse sentido, o documento entendido como prova passa a ser o monumento; e este significa evocar o passado, rememorar, recordar. Se olharmos por este ângulo, os documentos não expressam apenas o que aconteceu, mas eles retratam as relações de poder das sociedades passadas a partir do ponto de vista cultural que vivemos agora e projetamos para o futuro.

O historiador britânico, Eric Hobsbawm, define o passado como “uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. No entendimento do autor “[...] o problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.” (HOBSBAWM, 1998, p. 22). Além disso, alerta que “[...] o passado continua a ser a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma. Ele se converte na descoberta da história como um processo de mudança direcional, de desenvolvimento ou evolução.” (p. 30).

Hobsbawm aponta o problema da inovação como um fator de complicabilidade para o estudo do passado. Para o autor, “o problema de se rejeitar sistematicamente o passado

⁵ Jacques Le Goff, em *Documento/Monumento*, analisa desde as distinções semânticas às evoluções históricas do termo. A origem da palavra *monumentum* tem raízes indo-europeias e seu significado principal está diretamente ligado à memória. O monumento pode ser entendido como tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação; por exemplo, os atos escritos. Atos comemorativos de arquitetura e escultura também podem ser considerados como monumentos. “O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o enviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.” (LE GOFF, J. 1994, p. 536). Assim, Le Goff diz que a distinção entre monumento e documento evolui do significado *ensinar* para o sentido de *prova*. A prova documental era exigência máxima na concepção positivista de história (LE GOFF, 1994, p. 535-549).

apenas surge quando a inovação é identificada tanto como inevitável quanto como socialmente desejável: quando representa 'progresso'." (p. 29). No entanto, o estudo deste passado, por mais complexo que seja, na atualidade, fica dependente de alguns tipos de fonte:

À medida que o historiador do século XX se aproxima do presente, fica cada vez mais dependente de dois tipos de fontes. A imprensa diária ou periódica e os relatórios econômicos periódicos e outras pesquisas, compilações estatísticas e outras publicações de governos nacionais e instituições internacionais (HOBSBAWM, 1995, p. 9).

Ciente da importância do uso das fontes impressas para a pesquisa em história, levantamos duas questões. A primeira refere-se às fontes e a escrita da História e o segundo aos impressos como fonte. Renato Moscateli atento ao primeiro detalhe, afirma que

[...] a questão da escrita da história como indissolivelmente ligada à leitura das fontes, uma atividade que sempre implica o exercício da interpretação e, de uma forma ou de outra, uma reflexão a respeito de como o pesquisador pode conhecer um contexto histórico mediante a abordagem dos textos nele produzidos (MOSCATELI, 2003, p. 49).

A partir desta argumentação, a proposta de Moscateli é de que “[...] ler não é apenas ouvir a fala alheia, mas também propor ao texto uma fala pessoal e interrogativa [...]” (p. 51). Nesta perspectiva, e dialogando com E. P. Thompson, Moscateli define a investigação histórica como um “diálogo” entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas de um lado, e pesquisa empírica do outro. Moscateli entende que só há uma maneira de dialogar com o sujeito do discurso: “ouvindo sua voz, a qual precisa ser buscada na labiríntica teia que se forma do cruzamento de sua produção textual com sua biografia.” (p. 56). O autor traça suas considerações referentes às fontes e à escrita da história argumentando que “[...] a leitura de documentos deve ser, mais do que tudo, um produtivo diálogo com os homens de outras épocas e lugares.” (p. 58).

O segundo aspecto refere-se aos periódicos impressos. Neste caso em específico é importante salientar que “o debate em relação ao uso dos impressos periódicos ganhou especial destaque nas últimas décadas do século passado.” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 13). A imprensa começou a ter um papel de destaque na vida social, principalmente no período que marcou a passagem do século XIX para o século XX. Momento marcado pelas transições de pequenas a grandes imprensas nos principais centros urbanos brasileiros. Sua atuação passou a traduzir as novas ideias e hábitos gerados pelas transformações vivenciadas pela população, tornando-se o espaço privilegiado para a discussão dos problemas e rumos da

sociedade.

Outro elemento importante à análise histórica dos periódicos consiste em considerar que a escritura da imprensa periódica apresenta muitas vezes discursos enigmáticos. Sua narrativa é construída acima de tudo pelos acontecimentos diários. Por isso ela deve sempre ser questionada. Esses questionamentos devem adotar como fator analítico uma rigorosa observação no que compreende a contextualização histórica.

No artigo intitulado “História dos, nos e por meio de periódicos”, Tânia Regina de Luca faz alguns apontamentos a respeito de pesquisas com periódicos. De modo geral, fica perceptível que, até a década de 1970, ainda eram raros os trabalhos que se valiam de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da História. Porém, em 1930, a Escola dos Annales já havia lançado as bases de novas perspectivas de pesquisa. Hoje merece destaque a história imediata voltada para o tempo presente. Porém, os meios de comunicação impressos devem ser analisados sob suspeição:

Quando analisamos um jornal impresso temos que tomar vários cuidados, um deles diz respeito à fonte de informação: “sua tiragem, área de difusão, relações com instituições, grupos econômicos e financeiros, aspectos que continuavam negligenciados seja pelos historiadores que recorriam a imprensa, seja pelos que se dedicavam a escrever sua história (LUCA, 2005, p. 116).

Nessa pesquisa não levamos em consideração todas as especificidades apontadas por Tânia Regina de Luca. Mas de modo geral estamos atentos as suas definições sobre a pesquisa através da imprensa. Segundo a autora, “a preocupação era escrever a ‘História da Imprensa’, mas era preciso ‘mobilizá-los’ para a escrita da história por meio da Imprensa.” (LUCA, 2005, p. 111). Todos esses aspectos vêm sendo observados, porém, no Brasil os historiadores estavam enfrentando enormes dificuldades em relação aos arquivos e fontes. Nossa experiência não é diferente, pois a Casa da Memória, onde nossa pesquisa de campo foi realizada, está com boa parte do seu acervo fechado para pesquisas. Nesse sentido, resta ao historiador seguir pistas que o levem até a problemática pesquisada.

Uma das alternativas é usar a perspectiva de trabalho apontada pelo historiador Antônio Prost: “alterou-se o modo de inquirir os textos, que nos interessamos menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam.” (PROST apud LUCA, 2005, p. 114). E poderíamos completá-la, também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem. Neste sentido, é preciso adotar nas análises de periódicos uma postura de suspeição, ou seja, suspeitar de tudo, sempre

tendo como ferramenta as próprias metodologias históricas de interpretação.

Com isso desenvolvemos nossa pesquisa, centralizando as atenções no período circunscrito à fundação do jornal *O Progresso*, num recorte temporal de 1907 até 1928, que se dá por dois motivos. O primeiro leva em consideração a fundação do jornal. O segundo é definido pelo término do período de atuação do terceiro intelectual por nós analisado: José Cadilhe. Este jornalista esteve à frente da editoração do jornal até 1928, quando este foi transferido para Juca Hoffman. A intenção será confrontar os projetos de reformas educativas propostos na época pelos intelectuais de destaque no cenário nacional e paranaense com o discurso do jornal *Diário dos Campos*. A hipótese é de que, dentro do conjunto de alterações em âmbito paranaense e nacional os intelectuais de Ponta Grossa, filtram e dão visibilidades as ideias sobre educação e as principais concepções que caracterizaram o pensamento intelectual do início do século XX.

Pesquisas em jornais estão se tornando cada vez mais frequentes. Ao analisar os textos jornalísticos de Gramsci, Carlos Eduardo Vieira afirma que “[...] eles têm um papel importante na reconstituição do contexto político, pois possibilitam uma ampla visão da experiência gramsciana no âmbito das mais diversas situações da conjuntura italiana da segunda e terceira décadas desse século.” (VIEIRA, 1999, p. 23). É claro que a definição de Vieira tem uma relação intrínseca ao contexto histórico de militância de Gramsci. Por outro lado, analisando a presença do *Diário dos Campos* nas décadas iniciais do século XX em Ponta Grossa, Niltonci Batista Chaves defende a ideia de que

O jornal apresentava-se como um dos principais formadores de opinião da cidade e suas abordagens discursivas se caracterizavam por um posicionamento amistoso em relação ao conjunto social. Entretanto mostrava-se também, pronto a enfrentar grupos ou movimentos que destoavam suas idéias (CHAVES, 1999, p. 67).

Nossa análise marcou um período intermediário a estas duas definições. A partir delas consideramos o texto jornalístico como uma construção, uma versão que envolve múltiplas implicações: visão de mundo do proprietário, do jornalista, a situação de sua produção, entre outras, além de priorizarmos os periódicos como fonte e como temática de pesquisa. Segundo Carlos Eduardo Vieira, no artigo intitulado “Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação”, “enfocaremos o jornal como fonte e como objeto de pesquisa, uma vez que exploraremos suas potencialidades como documento, como suporte de sentidos, bem como seu protagonismo como agente social.” (VIEIRA, 2007b, p. 14). Compartilhamos da sua posição quando afirma que “o jornal impresso diário é

parte de uma estrutura midiática de enorme impacto e, cada vez mais, diversificada ação política e cultural.” (p. 15). Ele pode ser “[...] entendido como lugar de produção, veiculação e circulação dos discursos – assume uma função importante no processo de formação das representações sobre o mundo.” (p.16).

Na pesquisa não nos detivemos numa análise específica das colunas jornalísticas (ensaios, editoriais, cadernos literários, etc.). Analisamos o jornal como um contingente quantitativo, ou seja, explorando todo seu conteúdo e, a partir dessa análise, fizemos uma seleção qualitativa dos conteúdos que tratavam especificamente da temática educação, modernização e excertos da sociabilidade princesina.

O jornal por nós pesquisado assume dois momentos substanciais. O primeiro, como explicaremos adiante, surge com o nome de *O Progresso*.⁶ Aldo Silva foi seu primeiro redator. Ferroviário, sua passagem pelo periódico não durou muito. Transferido para trabalhar na linha férrea, em Santa Catarina, Silva deixa o jornal. Para sucedê-lo, Jacob Holzmann⁷, contratou João Dutra⁸.

Jacob Holzmann inicia seu empreendimento com boas perspectivas em relação ao futuro. Sua meta seria crescer editorialmente numa cidade cuja pretensão consistiria em crescer também. Inicialmente a circulação diária do jornal, como especifica Epaminondas Holzmann, era de 300 exemplares diários. Majoritariamente entre assinantes, a venda avulsa era limitada.

A tendência inicial do jornal (como observamos acima) pelo menos durante o período em que João Dutra editorou o periódico, o que se daria até 1910, permaneceu neutra em relação à política e à religiosidade. Como a neutralidade em termos discursivos é mera aparência, a saída de João Dutra se deu por dois motivos. O Primeiro foi o empastelamento do jornal:

Na manhã de 28 de maio de 1909, João Dutra e Hugo Reis comandavam o fechamento da edição do dia quando viram pela janela alguns políticos acompanhados de mais dez capangas se posicionarem na frente do jornal. Um dos capangas, João Carroceiro, tomou a frente e falou em nome do grupo: - Ponta Grossa, por esse seu emissário, exige a expulsão de João Dutra da cidade (BUCHOLDZ, p. 36).

⁶ O título *O Progresso* surgiu em uma roda de amigos. Inicialmente, pensou-se em chamar o jornal de *O Ponta grossense*. Todavia, além de extenso, o nome parecia dar uma conotação muito local à publicação, o que poderia não ser interessante no futuro. A denominação *O Progresso* parecia mais adequada, tanto à conjuntura econômica, histórica e cultural vivenciada pelo município como às expectativas que eram depositadas no negócio. (BUCHOLDZ, 2007, p. 25).

⁷ Jacob Holzmann foi o fundador do jornal *O Progresso*. Analisaremos o perfil desta personalidade no capítulo segundo desta dissertação.

⁸ João Dutra assume a redação do Jornal em 1908 e permanece até 1910 quando Hugo Reis assume a chefia de redação efetivamente.

O “atentado” provocado a Dutra presumiu que sua atuação jornalística não atendia aos princípios de neutralidade. O segundo motivo da sua saída foi que além de ser machucado pelos empasteladores, Dutra já se apresentava com 70 anos de idade. Sua saída da redação do jornal representa a transferência do cargo de editor a Hugo de Borja Reis⁹. Tendo chegado à cidade em 1908, desde esse período já ocupava a função de editor literário no jornal. Posteriormente, na data de 14 de junho de 1910, Reis assume a editoração geral de *O Progresso*. Como redator, levantou a tese de mudança editorial do Jornal. Na edição de apresentação, entoa discursivamente desse modo:

Assumimos a chefia deste jornal. Repitamos: a imprensa é o tribunal do povo; a imprensa é órgão de um quarto poder¹⁰, quarto e primaz, governativo e anonymo, o poder popular. Dissemos cousas velhas. Como um pensador máximo, Max Nordau¹¹ de jornalista como a de um governante, com honras de director de povos, mas sem a sancção do direito divino e sem o beneplacito do sufrágio universal – isto é, um producto espontâneo das condições biológicas da sociedade que o produz. No absolutismo o jornalista não pode ser completo porque predomina no governo da sociedade não a somma soberana das actividades mais fortes e livremente preponderantes, mas o coefficiente daquellas actividades malélicas, que envenenando as vidas seivasas, se alteiam e se sobrepujam pela asphixia das vidas crescentes, pela absorpção das vidas latentes [...] (O PROGRESSO, 14 jun. 1910, ed. 272).

Ao mesmo tempo, parece que a anunciada neutralidade identificada no projeto editorial do jornal é descaracterizada, pois “Reis continuou vivenciando e interagindo com as causas nacionais, acompanhando os acontecimentos passo a passo. Sua bandeira de atuação, além da defesa do povo¹², era por uma sociedade democrática. Reis foi um jornalista intelectual que assumiu uma postura socialista. Sua atuação se estendeu à religião, na qual foi um adepto do espiritismo. Já como redator do jornal, participou explicitamente da campanha

⁹ Chegou em Ponta Grossa em 1908. Apesar de ter vindo de São Paulo, Hugo Reis era natural do Rio de Janeiro. Era um leitor contumaz da literatura do seu tempo, descrevia e dialogava com o universo social. Ele transitava entre as correntes literárias do romantismo, do realismo e do simbolismo. Por isso, na redação de *O Progresso* ele mostrava ser capaz de debater qualquer assunto. (BUCHOLDZ, 2007, p. 31).

¹⁰ O quarto poder é uma expressão criada para qualificar o poder da mídia. Esta referência se soma aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A semântica de quarto poder, conforme Peter Burke, está relacionada à capacidade que a mídia tem de manipular a opinião pública. Com isso, a mídia influi no comportamento das pessoas ditando regras a serem seguidas pela própria sociedade.

¹¹ Max Nordau nasceu na Hungria em 1849 e faleceu em 1923. Além de escritor, foi jornalista e atuou na medicina. Nordau era considerado um controverso escritor. Foi crítico de arte contemporânea européia, da sociedade política deste mesmo continente. Disponível em: <www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/.../nordau.html>. Acesso em: 26 jun. 2009.

¹² Segundo Hugo de Borja Reis “a política professada por este jornal, defini-se pela escola da autonomia moderna: “Política é a ciência de administrar a riqueza pública”. Somos republicano=socialista. A república evoluindo para o socialismo é a democracia inclinada sobre o berço da caridade; plutocracia commiserando-se do proletariado, é a olygarchia... A oligarquia por sua vez provém da ignorância...”. (O PROGRESSO, ed. 273, 16 jun. 1910). Neste sentido, a concepção de democracia de Reis é de que ela é governo do povo e para o povo... Logo, seu jornalismo socialista tem a função preeminente de atuar nas causas populares, uma noção aliás que advém da concepção espírita cristã seguida por Hugo Reis.

Civilista da Candidatura¹³ de Rui Barbosa. Segundo Alexandra Perrichelli Bucholdz, essa campanha “[...] significava para ele uma real possibilidade de pôr fim à política do café com leite.” (BUCHOLDZ, 2007, p. 32).

Ao assumir a editoração do jornal, Reis presenciou várias crises no periódico. Essas crises pareciam minar as esperanças de tornar *O Progresso* um jornal moderno, para que ganhasse corpo tal qual os grandes jornais nacionais.¹⁴ No entanto, apesar das incertezas, o que prevaleceu foi a insistência de Hugo Mendes de Borja Reis. Assim, quando Jacob Holzmänn desistiu do empreendimento (o que aconteceria em 1915), vendeu o jornal a ele. Em 01 de janeiro de 1913, *O Progresso* já não mais existia, passando a chamar-se *Diário dos Campos*. Com Hugo Reis na direção, o jornal passou a ampliar sua visibilidade sobre a cidade. Procurou trazer as mais diversas inquietações dos ponta-grossenses, fosse em forma de crônica, verso ou prosa. A religiosidade foi latente no jornal. Reis demonstrou-se também um autêntico defensor das causas femininas. No entanto, as dificuldades financeiras (principalmente no período em que foi proprietário (1915-1921), sempre lhe traziam uma falta de expectativa quanto ao futuro do jornal.

Entre as alternâncias no jornal, Reis sentiu finalmente que os negócios não poderiam continuar. Na edição de 02 de setembro de 1921, já não era seu o nome que ocupava o posto de diretor no jornal. Sua saída, que assinalou “a transição da direção do *Diário dos Campos* de Hugo dos Reis para o grupo ligado a Elyseu de Campos Mello, Toscano de Britto e José Cadilhe aconteceu no dia 2 de setembro de 1921, e ela pôde ser percebida pela linha editorial assumida.” (BULCHOLDZ, 2007, p. 66).

Configuram-se no jornal três tendências editoriais. A primeira, do grupo ligado a Holzmänn e que teve como editores Aldo Silva, João Dutra e Hugo Reis, apresentando-se neutra em relação à política e à religião. A segunda tendência, esteve diretamente ligada a Hugo Reis. Ele, que sob o comando de Jacob Holzmänn, ainda que com certa autonomia, seguiu indelével a tendência inicial do jornal, agora passava a apresentar um posicionamento combativo. Sua postura não cansava em atuar como defensor da democracia e da expressão popular, uma vez que, na concepção de Reis, o jornal era o próprio tribunal do povo e o jornalista o ponto de equilíbrio entre o povo e o governo. Foi uma liderança do movimento

¹³ A convenção realizada em 3 de outubro de 1909, no teatro Lírico, na Bahia, lançava a candidatura de Rui Barbosa à Presidência da República.

¹⁴ O advento e o transcorrer da chamada Primeira República (1889-1930) trouxeram uma imprensa que se diversificava. A política mantinha seu espaço, mas o crescimento urbano propiciava o ímpeto de se reportar novos focos de notícia, fosse aquela do bordão republicano “O Brasil civiliza-se” ou diferentes práticas culturais de uma sociedade em busca do progresso. Naquelas páginas estampou-se nossa Belle Époque (MARTINS; LUCA, 2008, p. 83).

operário ponta-grossense, sendo também na religião o fundador do espiritismo na cidade. Talvez essa dissidência em relação ao conservadorismo do povo princesino tenha feito com que algumas personalidades da política tradicional da sociedade de Ponta Grossa o tivessem como desafeto. Por fim, a do grupo ligado a Cadilhe. Nessa fase,

As críticas ao governo do prefeito Brasília Ribas foram ferrenhas e sem meias palavras, tendo início já na primeira semana de setembro. O *Diário dos Campos* se posicionou favorável ao vereador Atílio Pallermo, cassado pelo prefeito por não pertencer ao seu grupo político. Nesse incidente, Ribas foi tratado como déspota, sem moral e sem caráter. Toscano de Brito se encarregou pessoalmente de seguir ao Rio de Janeiro e dar entrada com um pedido de *habeas corpus* junto ao Tribunal Federal, como advogado de Atílio Pallermo (BUCHOLDZ, 2007, p 66).

Com esse grupo no comando de *O Diário dos Campos*, o jornal passou a se opor radicalmente ao regime político local.¹⁵ Talvez essa condição explique em parte a crise do periódico. Mesmo assim, esse grupo, que teve em seus colaboradores José Cadilhe como expressão máxima, permaneceu atuante até 1928.

A história do jornal no início do século foi marcada pelas transformações que a cidade vivenciava. No final do século XIX, Ponta Grossa começou a sentir sensíveis reflexos na estrutura social e econômica. Segundo Rosângela Wosiach Zulian,

Essas mudanças foram sentidas de maneira geral por diversos intelectuais e/ou jornalistas paranaenses. Dedicaram-se especialmente a Curitiba, mostrando nos seus escritos o perfil de uma sociedade, em franco processo de urbanização, abrindo-se à cultura moderna, “uma camponesa que se torna cidadã”. Quando escrevem sobre Ponta Grossa a perspectiva que refletem é semelhante (ZULIAN, 1998, p. 42).

Essas novas visões sobre a cidade visavam construir uma ideologia do progresso que, nos momentos de consolidação do regime republicano, passou a ser veiculada em esfera nacional. Os artigos de jornais que privilegiavam a cidade e seus melhoramentos ajustavam-se aos anseios de civilização e progresso nacionais preconizado pelos republicanos. Pautado

¹⁵ No livro *Ponta Grossa: o povo, a cidade e o poder* (1988), Guísela V. Frey Chamma analisa a sociedade, a cidade e a política pontagrossense. Segundo a autora, no início do século XX o comércio forte da cidade, a indústria que estava nascendo e alguns jornalistas, foram as pessoas escolhidas para governar Ponta Grossa no setor Legislativo, juntamente com os proprietários de terras. No período que antecedeu a fundação do jornal, Ernesto Guimarães Vilela exercia o cargo de prefeito da cidade. Inaugurou a Estação Ferroviária e a Escola João Candido Ferreira, de ensino primário. Em 1908, a prefeitura foi assumida por José Bonifácio Guimarães Vilela, irmão de Ernesto Vilela. José Bonifácio, além de comerciante era um fazendeiro de grande influência na cidade. E assim o regime político foi se sucedendo entre a classe comercial e fazendeira. Em 1921 assumiria o cargo de prefeito Brasília Ribas. Governou a cidade até 1924, cortando muitas verbas para equilibrar a situação financeira do município, deixando de lado a realização de muitos projetos. Esse aspecto causou uma oposição ferrenha por um grupo de políticos que não perdoou as decisões do prefeito. José Cadilhe, apesar de ser empossado secretário da Prefeitura em 1922, se uniu aos opositores e passou a criticar o prefeito.

nesses ideais, houve também a pretensão de o Paraná adentrar na modernidade com a urbanização e a proliferação cultural em sua capital.

Nesse clima de modernização¹⁶, o que nos interessa particularmente é o debate em torno da renovação cultural. A fundação do jornal *O Progresso* é um grande marco para a história da cidade, tendo em sua circulação um importante aliado na formação da “opinião pública”¹⁷, sendo que a renovação cultural centralizada em *O Progresso* e *Diário dos Campos*, tem como principal empreendedor Jacob Holzmänn.

Holzmänn, além de ser um dos marcos mais representativos na imprensa princesina, se destacou no comércio, na fundação de cinemas e regência da Banda Lira dos Campos. Essa banda, que aliás foi uma das expressões máximas de Ponta Grossa, nasceu¹⁸ no final do século XIX, com espetáculos que mexeram com multidões até a segunda década do século XX.

Ponta Grossa, sociedade campeira em declínio e em confronto com novas ideias de urbanização e progresso. Com a consolidação dos ideais republicanos e a presença dos diversos grupos imigratórios, teve no referido jornal um veículo importante de integração cultural e social. Ainda que se manifestasse de modo ufanista, fazendo alusão à ideia de progresso, os discursos dos jornais davam uma demonstração da forma com que o debate nacional reverberava nesta região do Estado do Paraná. Nesses termos, ao analisar os discursos desse periódico, objetivamos responder a problemática central desta pesquisa: a interpretação feita pelos intelectuais ponta-grossenses a respeito dos debates educativos travados nas principais capitais brasileiras e no cenário paranaense.

Esse percurso analítico está organizado em três capítulos. No primeiro (*Ponta Grossa no início do século XX: modernidade, cultura e sociedade*), apresentaremos a Ponta Grossa do início do século XX. Uma vila que se torna cidade e que é vista pelos cronistas ufanisticamente. Elencamos também alguns aspectos que marcaram a formação da sociedade

¹⁶ Segundo Carlos Eduardo Vieira, os termos modernismo, modernização e modernidade foram mobilizados, em ampla medida, no cenário intelectual dos séculos XIX e XX. Enquanto o modernismo conotou movimentos estéticos, a modernização representou medidas de racionalização da vida social e da esfera econômica. O termo modernidade tem uma polissemia mais ampla, pois conotou um período histórico associado ao tópos do progresso e ao poder da razão. O ethos moderno construiu seus sentidos mais profundos apontando para o dever ser, para a construção de uma nova forma de civilidade. (VIEIRA, 2007b, p.32).

¹⁷ Discorreremos sobre este conceito no segundo capítulo.

¹⁸ A banda Lira Dos Campos foi fundada em 1879 por Juca Godói. (HOLZMANN, 2004, p. 81). Depois de participar por vários anos como músico da banda maestrada por Godói, Jacob Holzmänn, assume a banda em 1889. Em 1896, Jacob Holzmänn via a Banda consolidada sob sua regência. Ele a estruturou materialmente e com ela fez várias turnês no Estado do Paraná. Holzmänn morre em 06 de junho de 1933. Marcada pelas transformações que Ponta Grossa vivenciava, o fim da Banda ocorreu em 09 de junho do mesmo ano, que praticamente falece junto com o maestro que a conduziu durante toda a sua vida.

princesina. Outro ponto importante que abordaremos é o desenvolvimento cultural de Ponta Grossa. Trata-se de uma análise que tem como principal finalidade discutir as transformações verificadas na cidade a partir do início do século e que resultou no aparecimento da imprensa ponta-grossense.

O segundo capítulo está denominado *Origem do Diário dos Campos e fragmentos das tendências intelectuais*. Neste capítulo há a discussão sobre a fundação do jornal *Diário dos Campos* no contexto da imprensa nacional. Além do contexto histórico, uma questão importante a ser vista faz referência às tendências editoriais dos intelectuais do *Diário dos Campos*.

Finalmente no capítulo terceiro, *A Presença do debate educativo nacional no discurso dos intelectuais do Diário dos Campos*, encontra-se a análise do discurso educacional produzido pelo jornal em âmbito local, paranaense e nacional.

CAPÍTULO 1

PONTA GROSSA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: MODERNIDADE, CULTURA E SOCIEDADE

Modernamente é preocupação próxima de todas as prefeituras das boas cidades brasileiras a torná-las bellas, dotá-las de todos os melhoramentos que a hygiene, o bom gosto e a arte apontam como os factores do progresso dum povo, attestados conseqüentes da sua civilização e cultura (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 2.894, 27 set.1921).

Na crônica que circulou na edição nº 588 de 20 de julho de 1912, Raul Gomes, afirma que “Ponta Grossa é o coração do Paraná; incontestavelmente é o centro da sua vida commercial e industrial.” É preciso que sejam relativizadas as impressões de Gomes sobre a cidade (e isso faremos adiante), mas de modo geral o cronista se mostra encantado com os seus sinais de modernidade. Ponta Grossa, na sua percepção, é uma cidade que cresce em todos os setores. No início do século XX, essa exaltação ao novo, ao moderno estava presente nos discursos de jornalistas e intelectuais. Seus anseios de modernização exaltavam as novidades e ao mesmo tempo expressavam os sentimentos da construção de uma nova realidade. O que se pregava era o sentimento de busca do moderno.

Características de modernidade são evidenciadas em nota de título “Ponta Grossa estatística commercio industrial”, publicada na edição 2.428, 18 ago. 1919, do *Diário dos Campos* e assinada por A. B. dos Santos Ribas, que discorre sobre a situação de Ponta Grossa no final da mesma década:

Um dos phenomenos mais interessantes da nova feição commercial da Ponta Grossa moderna, é, há dois anos a esta parte, ter-se a nossa praça se accentuado um verdadeiro centro exportador enfeixado a exportação de mate e madeira, de grande parte do Interior do Paraná, absorvendo para sua potência acquisitiva, quase todos os negócios à margem da S. Paulo-Rio Grande, abrangendo muito o interior do Paraná, extensão essa territorial comparável a muitos paizes da Europa. Este novo estado de cousas demandava novos homens, novas energias, nova comprehensão dos negócios. E isto succedeu. Casas antigas remodelaram o seu systema de commerciar para pol-o em harmonia com as novas exigências das transações da Cidade, revigorada pelo crédito bancário, argumentando este de muito os seus capitaes, disponíveis e mobilizáveis para as grandes compras (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1919, Ed. 2.428).

Ponta Grossa é apresentada no primeiro fragmento como o coração do Paraná, denominação esta por consequência de possuir um setor comercial e industrial desenvolvido. No segundo, exalta “uma nova feição comercial da Ponta Grossa moderna”. Essas duas

passagens exprimem o caráter inovador e sentimento de modernidade no discurso dos intelectuais que escreviam notas ou crônicas no jornal *Diário dos Campos*, que geralmente mencionavam um enorme progresso material de Ponta Grossa. Ferrovias, eletricidade, indústrias e opção de divertimento retratam a cidade uma exaltação “sobrenatural” de modernidade. Ao estudar o tema da modernidade, Marshall Berman afirma que,

ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e freqüentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o seu mundo transformando-o em nosso mundo. E ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto as novas possibilidades (BERMAN, 1986, p. 13).

O período compreendido entre o final do século XIX e o início do XX representou para o Brasil um momento de significativas transformações. Segundo Nêvio de Campos, num diálogo com Wernet, “a tradicional sociedade de cultura luso-brasileira se transformou, nestes anos iniciais da modernização, numa sociedade parcialmente marcada pela modernidade, em nível econômico, sociocultural e religioso.” (CAMPOS, 2002, p. 13). Ainda segundo o autor, essas transformações “perpassavam pelas esferas política, econômica, cultural, social, religiosa, ética da sociedade.” (p. 14).

Todas as transformações que a humanidade vinha sentindo são resultado da produção em vários campos do conhecimento, e vem “a se chamar modernização.” (BERMAN, 1986, p. 16). Para Berman, a modernidade apresenta-se em três fases principais: “a primeira teve início no século XVI e se estende até o fim do século XVIII; a segunda começa com a onda revolucionária de 1790 e vai até o início do século XX; e por último a expansão do processo de modernidade que vem até nossos dias.” (p. 16).

A modernidade do século XIX é definida por Berman como:

[...] uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais, prolíferas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre aterradoras para o ser humano. Jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de mídia, que se comunicam em escala cada vez maior (BERMAN, 1986, p.18).

Foram de fato amplas transformações que mexeram com a imaginação dos transeuntes, forasteiros e pessoas estranhas que passavam pelos novos espaços citadinos. Novas paisagens davam um caráter transformista à cidade. No entanto, Walter Benjamin desconfia desse alarido em relação a essas transformações. No seu entendimento, as descrições sobre a grande cidade não pertencem às pessoas que passam despercebidas pelas

ruas, mas sim “àqueles que atravessaram a cidade como que ausentes, perdidos em seus pensamentos ou preocupações.” (BENJAMIN, 2000, p. 09). E o “aqueles” de Benjamin não são as pessoas comuns que vivem seu dia a dia pelas ruas da cidade. São os poetas, cronistas, intelectuais, sujeitos preocupados em descrevê-la, como é possível perceber nas citações introdutórias deste texto.

Raul Gomes, em relação às impressões sobre a cidade, pronunciou-se da seguinte forma:

Tendo visto muita cousa; tendo ouvido muita cousa, tendo colligido optima quantidade de dados estamos em condições de, se não com brilho necessário, ao menos com fidelidade, dizer nos nossos artigos o que é a victoriosa rainha dos campos (O PROGRESSO, ed. 586, 16 jul. 1912).

De fato, nestes aspectos, Benjamin tem razão. A visão ufanista sobre Ponta Grossa como exemplificado acima foi expressa por escritores/cronistas que passaram brevemente pela cidade. Certamente a falta de contato com o novo que se apresentava a seus olhos fez com que eles desenhassem uma cidade de maneira surpreendente e espantosa. As crônicas constituem importantes documentos para o estudo de Ponta Grossa no início do século XX, mas temos que tomar certos cuidados com a ufanização do novo, e a superposição do real.

Nas crônicas, Ponta Grossa é apresentada como uma cidade em direção ao novo, em que começa a processar em seu quadro urbano todas as características de desenvolvimento apresentado nas grandes cidades. Vários autores que estudaram este período, narram o espanto de cronistas com a nova cara da cidade. Pessoas que andavam nas ruas, em carros, lojas, cinemas e teatros, eram vistos por eles como sinônimo de inovação. E de fato; pois esta região que se apresentava como camponesa logo passou a caracterizar-se como uma urbes.

Nesse novo espaço urbano não foram só transformações materiais que aconteceram. As pessoas precisavam de outros espaços para suprir o vazio que antes era preenchido na vida do campo. Para esta finalidade é que as manifestações culturais aconteceram.

Marshall Berman, quando analisa *O Fausto*, de Goethe abre possibilidades para as análises culturais. Para ele, “desde que se começou a pensar em uma cultura moderna, a figura de Fausto tem sido um de seus heróis culturais.” (BERMAN, 1986, p. 39). E Fausto, na perspectiva goethiniana, sem dúvida “[...] tem sido sempre, praticamente, o “garotão cabeludo”, isto é um intelectual não conformista, um marginal e um caráter suspeito.” (p. 39). Ainda em Goethe, o sujeito e objeto de transformação não se definem apenas no herói, mas o mundo inteiro. O Fausto de Goethe expressa e dramatiza o processo pelo qual, no fim do

século XVIII e início do seguinte, um sistema especificamente moderno vem à luz.

A partir deste ponto, Berman passa a mostrar com clareza os aspectos da cidade moderna: “como a modernização da cidade simultaneamente inspira e força a modernização da alma de seus cidadãos.” (p. 143). Está certo que a vida urbana estudada por Berman se fixa na Paris do final do século XIX e que se apresenta como modelo de cidade moderna. No entanto, podemos tomá-la como inspiradora do padrão de cidades do século XIX. É possível afirmar que a partir dela o crescimento das cidades passou a ser reproduzido em quase todas as partes do mundo, lembrando que de forma diferenciada.

O próprio Berman, considerando esta temática, afirma que “com relação a outros países fora do ocidente a modernização estava ocorrendo, mas é óbvio que o significado da modernidade teria de ser mais complexo, paradoxal e indefinido.” (BERMAN, 1986, p. 169). Fora da Europa a cidade que ele analisa foi a capital imperial da Rússia, Petersburgo, e que mais tarde passou a se chamar Leningrado.

Na realidade, o que se entende pela narrativa de Berman é a presença de um sentimento fora do real relacionado à imagem de cidade,

Cem anos se passaram, e aquela jovem cidade, beleza e prodígio das terras setentrionais [...] elevou em toda a sua grandeza e orgulho. Puchkin evoca essa grandeza em imagens ufanísticas: “hoje aglomerações de torres e castelos, fortes e simétricas, ladeiam as docas atarefadas de todos os cantos do mundo fluem navios para esse rico porto; O Neva (literalmente “lama”) se revestiu de pedras: pontes cruzaram suas águas e bosques verdes-escuros cobrem suas ilhas; e agora, frente a nova capital, o brilho da velha Moscou se esvai, tal qual diante da nova czarina, o da viúva de púrpura (BERMAN, 1986, p. 177).

Essa passagem ilustra muitíssimo bem o caráter narrativo com que os cronistas retratavam Ponta Grossa em seus textos. Uma urbes surge, um clima urbano, uma nova cidade que se transforma. Neste capítulo enfatizaremos o surgimento deste espaço urbano, bem como as manifestações sociais e culturais que se desenvolveram no início do século. Com relação à urbanidade, Rosângela Wosiack Zulian afirma que

Pode parecer estranho falar em urbanização num momento em que nenhuma cidade do Paraná atingia a casa dos 10 mil habitantes. Urbanização, neste contexto, não configura apenas uma sociedade que constrói cidade, mas que tem a preocupação de adequar-se à penetração da cultura moderna, burguesa, em todos os níveis, inclusive na zona rural e nas novas fronteiras agrícolas (ZULIAN, 1998, p. 41).

Carmencita de Holleben Mello Ditzel afirma que “as cidades têm sido estudadas e representadas por inúmeros pensadores nas diversas áreas do conhecimento.” (DITZEL, 2007,

p. 43). Ainda para a autora, “discursos diversos fazem da cidade o 'lócus' privilegiado para viver, trabalhar, rezar, observar, divertir-se, misturando laços comunitários e étnicos na criação de espaços de sociabilidade e reciprocidade no trabalho e no lazer.” (p. 44). A cidade se transforma e se insere no processo de busca da identidade, vinculada à ideia de nação que, gestada no século XIX, invade o século XX e interfere nas manifestações culturais e políticas, as quais podem ser agrupadas e classificadas a partir de diferentes critérios.

1.1 DESPONTAR DE UMA CIDADE

O *Diário dos Campos* publicou na edição 1.465, de 08 out. 1915, o artigo intitulado “Ponta Grossa no Estado”. No texto assinado por Hugo Reis, o intelectual argumenta o posicionamento da cidade como centro comercial do Estado do Paraná. Em sua opinião,

Quem viajar de animo sereno pelo vasto território do interior do Estado, e for pontagrossense, legítimo e verdadeiro, mas pontagrossense pelo sentir e pelo pensar, de alma e coração, sentirá não só a justa satisfação de ver em toda a parte os signaes de influência commercial, moral e intellectual da cidade, porém outrossim – e este é o ponto que collima este artigo – o peso de tremendas responsabilidades (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1.465, 08 out. 1915).

Hugo Reis destaca Ponta Grossa como um dos principais centros comerciais e intelectuais do Estado do Paraná. No mesmo artigo, ele entende que essa influência deve abranger vários setores: “O nosso commercio, a nossa intellectualidade, a nossa política, têm que se exercer, não só no sentido egoísta do interesse ponta-grossense, mas no sentido mais amplo e vasto do interesse paranaense.” No entendimento de Reis, os interesses de Ponta Grossa não devem ser superiores aos interesses do Estado do Paraná. Ao mesmo tempo, o intelectual chama a atenção para a influência que Ponta Grossa exerce sobre a região, por isso sua grande preocupação com a repercussão de possíveis escândalos praticados por pontagrossenses fora da cidade.

Raul Gomes, em crônica publicada na ed. 588, de 20 jul. 1912, como já exposto acima, apresentava-se impressionado com a nova formatação urbana vivenciada por Ponta Grossa. Ele mostra, na passagem seguinte, um processo acelerado dessa formação com características de cidade. Nas palavras de Gomes,

A cidade abrange um perímetro formidável e cortam-na em todas as direcções largas ruas. Ponta Grossa desconhece viellas e beccos. A rua mais estreita que vimos deixa à distância a de S. Francisco. Existem na cidade 74 ruas, rectas, longas e largas, parecendo quase todas vastas avenidas. Há seis praças: Rio Branco, Floriano Peixoto, S. João, Largo Municipal, Santos Andrade e Benjamin Constante e três avenidas commendador Bonifácio Villela, coronel Villela e Fernandes Pinheiro. Acha-se a construção da Avenida Carlos Cavalcanti que ligará, em linha recta, a cidade ao bairro de Uvaranas, onde o quartel do 5º regimento de infantaria. Ponta Grossa conta 3.800 casas, sendo quase todas de tijolos e de feitura solida e resistente. A população da cidade é calculada em 15.200 almas e a do município em 20 mil espalhadas por uma extensão aproximada de 36 léguas quadradas (O PROGRESSO, ed. 588, 20 jul. 1912).

Nesta crônica, Gomes mostra-se impressionado com a nova Ponta Grossa. Ele exprime entusiasmaticamente uma paisagem explícita de cidade. A partir desta paisagem, no ano de 1915, Hugo Reis afirma a tese de Ponta Grossa como o centro comercial e industrial do Estado do Paraná. O segredo para toda a transformação apontada pelo cronista está na “[...] vontade enérgica e indomável do povo ponta-grossense. Essa vontade poderosa é que vai fazendo surgir os melhoramentos que outhorgarão à princesa dos campos o título incontestável de cidade ideal.”

Niltonci Batista Chaves, em *A cidade civilizada* (2001b), demonstra a exaltação que intelectuais como Nestor Victor dos Santos, Romário Martins e Rocha Pombo, fazem sobre a capital paranaense. Na interpretação de Chaves, estes autores dão conta do progresso material, como grandes ruas iluminadas, bulevares, indústrias cada vez maiores, que Curitiba vivenciava no início do século. As mesmas impressões são percebidas quando estes intelectuais escrevem sobre Ponta Grossa. Olhando por este ângulo, essas crônicas, bem como as de Raul Gomes, não são necessariamente falsas. Porém, elas “não respondem aos questionamentos daqueles que querem saber como Ponta Grossa se ‘civilizou’”. (CHAVES, 2001b, p. 25).

Niltonci Batista Chaves, utilizando-se de referenciais da região, procura demonstrar o outro lado da realidade, a saber: a falta de planejamento, criminalidade e problemas que afligem a sociedade princesina, numa contradição à visão de cidade ideal apresentada nos discursos do jornal. Compartilhamos da interpretação de Chaves tendo como pressuposto a impossibilidade de um ambiente perfeito em seu todo. Adiante, com base em documentos e nos estudos sobre a historiografia, demonstraremos argumentações que confrontem este ideal de perfeição. No entanto, isso não impede que nos utilizemos dos discursos do jornal como elementos importantes para uma noção de representação da cidade no início do século XX.

No artigo intitulado “O século XX brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia” (2003), Milton Lahuerta interpreta a ideia do moderno como imposição ao culto

do novo como valor inquestionável. A ressalva do autor é que neste discurso de modernidade é preciso estar atento à existência de um descompasso enorme entre o nível de modernização atingida e o grau de exclusão social e política a que grande parte da população está submetida.

As cidades podem ser consideradas como agrupamentos populacionais que no Brasil tiveram forte intensidade na passagem do século XIX para o XX. Geralmente, a semântica predominante é aquela que contrasta civilização como sendo um povo culto e urbanizado, com o que torna bárbaro qualquer agrupamento afastado deste sinônimo de modernização. Para Adauto Novaes, “civilização e modernidade convidam-nos, pois à reflexão [pois] [...] não há atividades do espírito – filosofia, literatura, moral, política, estética – que não se pergunte hoje o que é ser civilizado (e em consequência, quem é bárbaro), o que é ser moderno.” (NOVAES, 2004, p. 09).

Em parte essa questão já foi respondida com os estudos de Berman e Benjamin, na introdução deste capítulo. Mas o ser “civilizado” envolve uma concepção hermenêutica muito mais abrangente. Francis Wolff (2004) sistematiza sua reflexão sobre o conceito de civilização ocidental a partir do Iluminismo e tenta desmitificar a palavra bárbaro, com a atribuição de três sentidos à palavra civilização.

No primeiro,

Civilização designa um processo, supostamente progressivo, pelo qual os povos são libertados dos costumes grosseiros e rudimentares das sociedades tradicionais e fechadas para se “civilizar”, o que supõe que pertençam a uma sociedade maior, aberta e complexa e portanto urbanizada (WOLFF, 2004, p. 21).

Este discurso civilizador encontrado nas crônicas dos jornais, como demonstramos no início e evidenciaremos ainda adiante, referencia-se à Ponta Grossa, por caracterizar-se uma cidade diferente, provocadora de ufanismo. Diferença que representa uma ruptura com o tradicional. O que se evidencia é uma busca do novo, do diferente. Essa diferença pode ser percebida como o despontar da “[...] urbi, com efeito, é ao mesmo tempo a cidade, a polis, espaço de relações variadas, e a sociedade em geral e o espaço entre urbanidade e cidadania.” (p. 21).

Nessa conceituação, dicotomizam-se cidadão e não cidadão. Os cidadãos são os novos integrantes do espaço urbano, suas vidas são movidas por comportamentos distintos. Há, no entanto, uma exigência de suprir esse caráter de diferenciação. E é exatamente nessas circunstâncias que o espaço urbano passa a exigir formas de manifestações culturais que preencham o vazio ocupado com a natureza na vida do campo.

No segundo aspecto, apontado por Francis Wolff, a “[...] civilização designa as ciências, as letras e as artes, em suma o patrimônio mais elevado de uma sociedade.” (FRANCIS, 2004, p. 22). Nesse sentido, uma vida urbanizada é carregada de reivindicações que contemplam o aprimoramento intelectual. Desse modo, cabe à vida citadina criar condições para o aprimoramento espiritual e moral de seus cidadãos.

Talvez o terceiro aspecto seja o mais abrangente. “Civilização designa tudo aquilo que nos costumes, em especial nas relações com o os outros homens e outras sociedades, parece humano, realmente humano.” (p. 23). Sentimos, nesta conceituação, uma forte oposição entre civilizados e bárbaros. Os bárbaros são os selvagens, os primitivos, os incultos. Já os civilizados são os povos inseridos na cultura, com desenvolvimento local e global. Nessa dimensão terminológica, Wolff afirma que sempre existe o discurso do dominante:

O discurso do civilizador tem sempre esta estrutura: “vamos levar a civilização (ou a verdadeira religião aos povos bárbaros). Nossa superioridade nos autoriza a tratá-los como inferiores. A noção de civilização serve tanto para valorizar a si mesmo como para justificar a sujeição a outros povos (ou sociedades). Essa ideologia apóia-se no mito paternalista: para tirar os povos da sua infância, ou seja, a barbárie primitiva, para trazê-los para a humanidade (ou seja, para a civilização), todos os meios são válidos (WOLFF, 2004, p. 28).

Os discursos da modernidade, assim como demonstramos anteriormente, apresentam-se de forma contrastante: o civilizado contra o bárbaro, podendo este ser considerado como aquele que ficou parado no tempo. E os modernos podem ser considerados, como o enredo discursivo adotado, pelos enunciados dos cronistas e jornalistas. No entendimento de Francisco Foot Hardman “a experiência da modernidade já é, pois, um tanto antiga. Poetas, artistas, pensadores, rebeldes, revolucionários, homens e mulheres nas ruas têm expressado, sob diversos registros ao longo do tempo [...]” (HARDMAN, 1994, p. 18). Com isso, percebe-se uma admiração muito grande pelas novidades. Ponta Grossa já era uma urbes, com pessoas que andavam pelas ruas, comércio desenvolvido e com produção cultural que começava a se despontar. Quando as analogias são mais complexas, o moderno princesino passa a ser comparado com as grandes capitais européias. Segundo Zulian,

A noção de civilização se afirmaria, principalmente, no caráter do mesmo progresso. É um progresso, em diversos aspectos, à moda européia. A cidade vai surgindo como uma urbes cosmopolita, em que o comércio, a estrada de ferro, o novo arruamento, as construções, os habitantes (sérios, ordeiros, empreendedores) e os novos hábitos civilizados são elementos denotativos de uma “nova Ponta Grossa” (ZULIAN, 2001, p. 336).

Esse discurso civilizador, reproduzido em Ponta Grossa no início do século XX, pode

ser traduzido pelo espanto que cronistas e pessoas de fora sentiram ao chegar na cidade. Quem mais se destacou com essas impressões, cujas referências já fizemos acima, foi Raul Gomes¹⁹. Na edição nº 586, de 16 de julho de 1912, o jornal *O Progresso* assim o apresenta:

Raul Gomes, nosso collega da Folha da Manhã, que, como os leitores sabem, assumio o compromisso de externar suas apreciações acerca de nossa urbes, encetou já, em primeira mão, pelas columnas daquelle conceituado organ da imprensa curitibana, a publicação desse útil e interessante trabalho (JORNAL O PROGRESSO, 1912, Ed n. 586).

Gomes se pronunciou por várias edições nesse jornal relatando suas impressões na coluna denominada “Ponta Grossa hoje ou notas de um Repórter”. Suas crônicas foram publicadas no jornal *O Progresso* em 1912. Ainda na continuidade dessas publicações, o cronista discorre sobre a maneira de narrar suas impressões sobre Ponta Grossa.

Há muitas maneiras de narrarmos impressões. Há formas diversas de contarmos aquillo que vimos, aquillo que ouvimos. Uns, os observadores, collocam suas notas para digressionar formidavelmente, estudando na tersidez da prosa, o caráter e o costume dos povos. O que observaram é a matéria prima com que constroem os edifícios de constructura admirável dos escriptos. Outros, espíritos ligeiros, sem preocupações, limitam-se a ver e guardar na retina e reter na memória as apparencias superficiaes das cousas (JORNAL O PROGRESSO, 1912).

Nas suas crônicas, Raul Gomes narra uma cidade em plena transformação. Nessa passagem ficam explicitados os propósitos por ele compostos na tarefa de pensar os perfis da cidade. Quando Walter Benjamin descreve a modernidade a partir da obra poética de Baudelaire, uma noção de simetria repercute na forma em como o poeta descreve Constantin Guys: “como ele está ali, debruçado sobre a mesa, olhando a folha de papel com a mesma vivacidade, com que olha durante o dia ao seu redor.” (BENJAMIN, 2000, p. 7). O que chamou a atenção de Benjamin foi o prazer do olhar, da concentração; o ato curioso, que não só transforma a realidade, mais que a embeleza, que lhe dá sentido artístico. Em suas crônicas, Raul Gomes já expressava o advento de uma nova cidade:

[...] às lojas entram e saem cavalheiros e senhoras, azafamados e prestos. Carros, carroças e carrinhos cruzam-se, aquelles conduzindo passageiros, essas cargas e estes pequenos volumes. Nas grandes casas commerciaes o trabalho é enorme porque dellas se abastece todo o interior do Estado. O movimento urbano ultrapassa o tamanho da cidade. Ve-se gente por toda a parte. À noite o povo flana nas ruas, penetra as lojas, enche os três cinemas, frequenta os clubes (O PROGRESSO, ed. 588, 20 jun. 1912).

¹⁹ Foi professor, escritor e jornalista paranaense. As crônicas que escreveu foram originariamente publicadas na Folha da Manhã de Curitiba. E a partir de 1912, o jornal *O Progresso* passou a transcrevê-las.

Analisando o fragmento citado acima, é possível perceber que Raul Gomes refere-se à Ponta Grossa com boas perspectivas de futuro; marcado, sobretudo, pelo seu posicionamento geográfico. Esse espanto em geral se contrapõe ao modelo antigo, tradicional que certamente Gomes tinha na lembrança de visitas anteriores que fizera nesta cidade, que, conforme as descrições deste cronista possui uma paisagem urbana diferenciada: “ruas movimentadas”, “carros, carroças e carrinhos”, se entrecruzam nas ruas, “casas commerciaes”, etc. A esse respeito, Marshall Berman questionaria: “o que aconteceu, no século, ao modernismo do século XIX? De vários modos, prosperou e cresceu para além de suas próprias esperanças selvagens.” (BERMANN, 1986, p. 23).

Essa imagem futurística que se expressa nas palavras de Raul Gomes pode tomar, nos poemas de Baudelaire, outra dimensão. Walter Benjamin o utiliza para fazer esta leitura: “a cidade, em permanente movimento, cai em torpor. Torna-se frágil como vidro, mas também transparente como vidro em relação ao seu significado.” (BENJAMIN, 2000, p. 18). Nessa enunciação epistemológica ou poética se nega a esperança com relação ao porvir. Expectativas podem ser quebradas e se percebe um contraponto em relação ao ufanismo apresentado por Raul Gomes.

A modernização da cidade não se dá apenas na nova disposição dos espaços privados, mas também no aprimoramento dos ambientes públicos, os quais se tornam extensas e visíveis áreas de lazer. No influxo da mentalidade mais aberta e individualista, Ponta Grossa se aparelha na construção de teatros, instalação de cinemas, abertura de praças e multiplicação de clubes e associações.

Gomes se impressiona tanto com esse desenvolvimento que assevera com veemência: “Já nos encontramos, há tempos, numa cidade grande, onde nos empolgou a impressão de que estávamos num deserto. Não víamos pelas ruas largas e cheias de casas, viva alma.” Uma informação relevante é que Raul Gomes residia em Curitiba, por isso se deixa estar tão impressionado com o movimento de pessoas nas ruas da cidade. Esse entusiasmo, entretanto, pode também ser perigoso, pois, na visão de Berman, “a modernidade ou é vista com um entusiasmo cego e acrítico ou é condenada segundo uma atitude de distanciamento e indiferença. (BERMAN, 1986, p. 24). Da mesma forma deixa um alerta: “Baudelaire nos mostra algo que nenhum escritor pôde ver com tanta clareza: como a modernização da cidade simultaneamente inspira e força a modernização da alma de seus cidadãos.” (p. 143).

Nas suas narrativas, Raul Gomes preocupou-se em estabelecer uma visão geral de Ponta Grossa. Na edição nº 589, de 23 de junho de 1912, ele analisa o clima da cidade além de afirmar que “[...] em Ponta Grossa, como em Curitiba, existem “bairros” ²⁰ dentro da cidade constituindo quasi outras cidades, com vida, caráter, costumes a parte.”

À medida que Ponta Grossa cresce geograficamente, características de cidade moderna são observadas por Gomes:

É uma vida de acção reflectida numa soma elevada de trabalho. O povo moureja afanosamente. Uma ânsia de se tornar abastado o insufla dessa febre de actividade, desdobrada numa série de empreendimentos dos mais notáveis, desde que nos coloquemos num ponto de vista de relatividade (O PROGRESSO, ed. 589, 23 jun. 1912).

Nesta crônica há a exaltação para com o povo princesino como trabalhador, além da problematização da visibilidade de associações espalhadas pela cidade. Mas, apesar de tudo, Gomes é enfático ao afirmar que “existe a pobreza”. Segundo o autor “[...] é uma pobreza laboriosa e limpa que tem o bastante para não passar fome nem pedir esmolas.”

Para chamarmos um povo de trabalhador é preciso que existam mecanismos para que ele realmente trabalhe. Neste aspecto é que surge o discurso sobre a modernização tecnológica. “Ultimamente tem sido montadas em Ponta Grossa muitas fábricas, innumeras dellas surgiram após a inauguração da empresa de Electricidade”. (O PROGRESSO, ed. 601, 22 ago. 1912). Uma cidade iluminada e industrializada. São consequências de progresso que invadem a cidade.

No nº 603 de 27 ago.1912, Gomes referencia “a linha telephonica entre a usina e sub-estação foi assentada sobre os mesmos postes da linha de alta tensão, mas o seu funcionamento é tão perfeito que não se percebe inducção alguma.” Ao entrevistar o Coronel José Villela²¹, prefeito municipal da cidade, questionou-o sobre vários assuntos, entre os quais destacamos as perspectivas econômicas para a cidade.

²⁰ Raul Gomes se refere à distribuição geográfica da cidade pelos bairros. Neste momento, Ponta Grossa encontrava-se dividida em três regiões principais. O bairro de Oficinas, que surgiu às margens dos trilhos da ferrovia e recebeu este nome porque nele instalaram-se as oficinas para a manutenção dos vagões e locomotivas; o bairro de Uvaranas, que também surgiu às margens da ferrovia, mas que teve como principal fator de impulso a implantação do quartel do exército brasileiro; e o bairro da Nova Rússia, que ocupado inicialmente por imigrantes, destacou-se pelo desenvolvimento de atividades ligadas à indústria e comércio.

²¹ Governou a cidade no período compreendido entre 1908 e 1912. No seu mandato foram pavimentadas várias ruas no centro da cidade e entre outras realizações foi concedido alvará de licença para Henrique Thiellen, que abriu na cidade a cervejaria Adriática. (CHAMMA, 1988).

[...] As indústrias e a lavoura merecem minha atenção. Fiz que creassem leis em benefício de ambas. Tenho as favorecido quanto é possível. As indústrias desenvolveram-se muito e, como é crença geral, é minha também que o futuro de Ponta Grossa repousará sobre o evoluir de suas indústrias. Ella será cidade eminentemente industrial (O PROGRESSO, ed. 603, 27 ago. 1912).

No nº 607, de setembro de 1912, Raul Gomes volta a reforçar essa posição futurística de uma cidade industrializada. “Procuramos accentuar que a Ponta Grossa está destinada um porvir eminentemente industrial”. Na visão do cronista, Ponta Grossa é uma cidade diferente, em transformação contínua e cujo desenvolvimento é uma condição que não tem volta. Sobre esse assunto,

Já actualmente a tendência do povo para esse productivo e grandioso ramo da actividade humana é irresistível. A cidade mesma se nos apresenta aos olhos com o que há de peculiar aos centros industriais. A vida fabril, agitada, apressada, o movimento operário, pela manhã e á tarde á entrada para o serviço e á saída para o descanso. (O PROGRESSO, ed. 607, set.1912).

Destas transformações descritas por Raul Gomes poderíamos tirar conclusões relacionadas às metamorfoses sobre a modernidade que Berman fez das concepções de Fausto. “Ele aparece primeiro como sonhador: em seguida, graças à mediação do Mefisto, transforma em amador e finalmente, bem depois do desenlace da tragédia do amor, ele atingirá o clímax de sua vida, como o Fomentador.” (BERMAN, 1986, p. 42).

Mas o que teria isso a ver com as crônicas escritas por Raul Gomes? Na primeira metamorfose denominada “O Sonhador”, “quando as cortinas se abrem, encontramos Fausto sozinho em seu quarto, tarde da noite, sentindo-se trapaceado.” (p. 42). Este momento pode ser entendido como o primeiro contado por Raul Gomes depois de vários anos sem visitar a cidade de Ponta Grossa. A impressão que se tem é que ele está sonhando e por mais que tente não consegue acordar. Por isso a descrição ufanista em suas crônicas.

Na segunda metamorfose, Berman relata o aparecimento de três protagonistas: Gretchen, o Fausto e o “pequeno Mundo”. O pequeno mundo “é o mundo fechado da cidadezinha religiosa e devota da qual Gretchen emerge.” (p. 52). Curitiba não pode ser considerada esta cidadezinha do mundo fechado porque a mesma (como vimos no início da análise) já apresentava características modernas. Mas o “mundo fechado da cidadezinha” pode ser interpretado como a Ponta Grossa de anos atrás (a qual Raul Gomes conhecia muito bem), mas que está presa em sua imaginação. Uma cidade que praticamente não existia. Quando ele cai em si, impressiona-se pela enorme metamorfose que Ponta Grossa sofreu.

Interpretamos que na primeira fase, Gomes se deixava dominar por um sonho. Na segunda fase ele acordou e percebeu que Ponta Grossa era diferente; a cidade já não era a mesma de tempos anteriores. E por último, na terceira transformação, ele conota seus rumos pessoais com as forças econômicas, políticas e sociais que dirigem o mundo. Assim ele constrói um imaginário sobre a cidade de Ponta Grossa. Esse é Raul Gomes, tal como “Fausto”, em sua atividade como o “fomentador” que põe o mundo em seu passo certo, na mais pura perfeição, vê uma cidade transformada, na qual não enxerga problemas sociais.

Com isso, é possível perceber “a nova Ponta Grossa”. Nova na urbanidade. Nova na industrialização. Enfim, uma cidade lapidada pelas imposições do progresso, pelos ímpetos da modernidade. Uma cidade que não apresenta problemas. Na visão do cronista, a transformação da cidade é completa. Ela se transforma cultural, política e economicamente. Aliás, a transformação, nestes aspectos, está nos grandes fatores que dão sustentabilidade ao surgimento de uma cidade moderna e com todas as características que preconizam a modernidade.

Percebe-se, ainda pelas palavras de Gomes, nos ares de cidade uma nova configuração geográfica que Ponta Grossa apresenta. Mas esse clima de transformação não se restringe apenas aos olhos deste autor. Outro cronista, citado por Rosangela Zulian, Nestor Victor dos Santos, que se hospedou na cidade, também se expressa de forma espantosa: “seriam, talvez, oito horas quando fui para a janela do hotel. Já se tinham aberto os estabelecimentos comerciais da vizinhança e era um tanto animado o trânsito das ruas.” (ZULIAN, 1998, p. 43).

Citando também Nestor Vitor dos Santos, na passagem que fez pela cidade em 1913, Niltonci Batista Chaves expressa esse momento de transição, em que “Ponta Grossa rapidamente converteu-se num considerável centro urbano nos Campos Gerais.” Chaves demonstra esse espanto de Vitor dos Santos através de suas palavras:

A “Nova Ponta Grossa”, conforme denominação do escritor paranaense, disponibilizava aos seus habitantes inúmeros símbolos da modernidade capitalista do período. A eletricidade, a telefonia, as ruas calçadas, os automóveis, os cinemas, as praças, as casas comerciais, as industriais e, principalmente, a ferrovia compunham o conjunto dos elementos da “modernidade” existentes na cidade (CHAVES, 2001b, p. 65).

O sentimento destes dois cronistas, que naturalmente conheceram Ponta Grossa em anos anteriores, era de pasmo, admiração. A Ponta Grossa vilarejo, freguesia aos poucos se tornava uma cidade agitada, com pessoas apressadas pelas ruas, expressando hábitos diferenciados. E esse modelo de inspiração conforme os apontamentos de Marshall Berman,

não deixa de ser Paris, que no século XVIII, apresenta-se como a musa da modernidade, expressão máxima de cidade bela e moderna.

Com relação ao discurso do jornal sobre a cidade, Niltonci Batista Chaves afirma que,

A imagem de Ponta Grossa construída nas representações discursivas do Diário dos Campos é a de uma cidade ideal, na qual os problemas existentes tendiam a ser solucionados tanto por meio da atuação dos poderes constituídos como pelas ações individuais ou coletivas de membros da sociedade (CHAVES, 1999, p. 69).

Além dessa imagem de ação e de desenvolvimento, Rosângela Wosiack Zulian refere-se às novas visões que os cronistas trazem sobre a cidade:

[...] ‘villarejo’ de alma ‘dorminhoca e pesadona’, o ‘burgo apagado de há dez annos atraz’, à ‘urbs agitada e triumphal de hoje’, tentam construir uma nova imagem de cidade. As continuas menções aos hábitos urbanos na vestimenta e ao requinte de alguns na maneira de viver e apreciar uma cultura ‘à européia’ querem revelar uma cidade adequada, normatizada e progressista. Seus habitantes, outrora amatutados e canhestos, hoje são cidadãos dignos de um novo Paraná (ZULIAN, 1998, p. 44).

A modernidade de Ponta Grossa ainda não chega a esse extremo no início do século. Mesmo assim, percebe-se que nos discursos e crônicas do jornal há um encantamento muito grande em dar visibilidade a esse imaginário de cidade. Para Berman, “em países relativamente atrasados, onde o processo de modernização ainda não deslanchou, o modernismo, onde se desenvolve assume um caráter fantástico, porque é forçado a se nutrir não da realidade social, mas de fantasias, miragens e sonhos.” (BERMAN, 1986, p. 224).

O que é perceptível na visão desses cronistas é um forte discurso sobre um novo Paraná. Já foi referenciado no início deste tópico (nas citações de Niltonci Chaves), que as impressões sobre Ponta Grossa no início do século XX feitas por Raul Gomes e Nestor Vitor têm o mesmo tom discursivo. As crônicas escritas mencionam de forma explícita o progresso vivido pela cidade: ruas, ferrovias, eletricidade, cinema, carros, etc. Nesse clima de novidade, a mesma convicção discursiva se mostrava sobre Ponta Grossa. Busca-se construir, por meio de um imaginário explícito, a ideia de um povo que se tornou civilizado.

Por isso, a modernidade e o progresso apresentados pelos cronistas devem ser relativizados. A visão traduzida por eles é de uma cidade quase perfeita, onde tudo funciona muito bem. Niltonci Batista Chaves (2001b) confronta este ufanismo com estudos feitos por autores da região a partir de 1990. Entre estes autores, Chaves cita José Carlos Milléo de Paula, que afirma que Ponta Grossa, até a década de 30, foi ocupada sem controle. Esta afirmativa vem, de certa forma, contrapor o discurso de cidade planejada evidenciada por

Raul Gomes.

Outro estudo citado por Niltonci Batista Chaves é o de Myrian Janenett Sachelli. Ela estudou os relatórios dos chefes de polícia de Ponta Grossa, do Paraná, como também notícias publicadas por jornais da época. A autora evidenciou crimes, roubos, furtos, estelionatos, agressões, estupros, etc. Estes crimes foram apurados por Niltonci na década de 30 e contrapõem a imagem de cidade perfeita descrita pelos cronistas.

No jornal por nós pesquisado encontramos fortes evidências de problemas sociais na cidade. Na ed. 243, de 04 jan. 1910, no artigo intitulado “O policiamento da cidade”, percebemos que além desse desenvolvimento, Ponta Grossa apresentava diversos problemas cotidianos. Na passagem: “[...] a vida do cidadão anda exposta às garruchas dos maus feitores.” O autor justifica essa preocupação ao indicar a existência deste por consequência de que “as ruas pouco iluminadas de Ponta Grossa são o teatro desses dramas lúgubres, em que as vidas são facilmente suprimidas por questões fúteis, quando cenas mais deprimentes não são representadas em plena, à luz do sol.” Além de apresentar o problema, o autor sugere medidas para a solução do mesmo:

Se o destacamento policial desta cidade não dispõe de um número de praças suficiente para, um serviço de policiamento completo da cidade, é justo que o Sr. Comissario reclame-o de quem de direito, mas não nos deixe expostos ao perigo dos tiroteios que se houve em todos os recantos da cidade e muitas vezes, até, no próprio centro da cidade são tiros disparados, como se estivéssemos vivendo em um deserto (O PROGRESSO, ed. 243, de 04 jan. 1910).

Além de apresentar problemas de violência, o autor do artigo identifica fragilidade na corporação de policiamento. De todo o modo, se fizermos uma análise detalhada no periódico em questão, é possível observar que a preocupação com a segurança pública foi constante em suas páginas. Em geral, o crescimento da violência era atribuída às novidades do “progresso” como, por exemplo, a implantação da ferrovia que trazia pessoas de diferentes lugares. Conforme Alessandra Perrinchelli Bucholdz, “se por um lado ela facilitava a comunicação e o acesso a São Paulo e Rio Grande do Sul, favorecendo o comércio e a circulação das pessoas, por outro, também favorecia ações criminosas, trazendo ladrões e prostitutas para a cidade.” (2007, p. 44).

Mas não foi apenas a criminalidade que representou problemas para a cidade. No artigo “Embelezamento da cidade”, ed. 2.894, 27 set. 1921, sem assinatura, o texto inicia com a discussão sobre o dever das prefeituras: “Eternamente é preocupação de todas as prefeituras cuidar bem das cidades brasileiras, tornal-as bellas, dotal-as de todos os melhoramentos [...]”.

Com relação à Ponta Grossa, há o seguinte discurso: “Cidade rica pelo seu commercio, empório da erva-matte, és o cerro verde que desafia grandes crises financeiras; terra de madeira, esse outro manancial de riquezas. Ponta Grossa entrega ao governo municipal cifra de 300 contos annualmente.” A princípio parece se tratar de mais um discurso ufanista. Mas na sequência o autor muda o tom discursivo:

E em troca disso, que recebe? Nada ou quase nada, pois se quer ter ruas calçadas além dos impostos que pagam, mais uma quota para calçamento. Não possui um logradouro político; não tem uma praça ajardinada; não sabe o que seja um mercado... Só tem sciencia dos impostos, só sabe que a receita que produz evapora-se de anno em anno com irregularidade.

O que fica expresso pelo fragmento é que o povo de Ponta Grossa paga seus impostos mas não vê resultados na melhoria da cidade. De modo geral, o discurso sobre a modernização viveu um período eufórico no início do século XX e pode ser ampliado por autores que tiveram como temática de discussão a cidade e a modernização. Entre estes, destacamos dois: Fransérgio Follis e Rafael Augustus Sêga.

Fransérgio Follis, no livro *Modernização urbana na Belle Époque paulista* analisa o período de transição do século XIX para o século XX. Segundo o autor,

A Belle époque se caracteriza pela expressão do grande entusiasmo advindo do triunfo da sociedade capitalista nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, momentos em que se notabilizaram as conquistas materiais e tecnológicas, ampliaram-se as redes de comercialização e foram incorporadas à dinâmica da economia internacional vastas áreas do globo antes isoladas. (FOLLIS, 2004, p. 16).

No contexto das transformações “[...] as cidades assumiram redobrado valor como lócus da atividade civilizatória.” (p. 16). E de Paris, compartilhando novamente as definições de Berman, surgiram as grandes cidades que se espalharam para o mundo todo. No Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro foram os primeiros exemplos. Follis argumenta que “podemos dizer que o Rio de Passos veio a ser para o Brasil o que Paris de Haussmann havia se tornado para o mundo: um modelo de cidade moderna.” (p. 30). Outro exemplo referenciado por Follis foi “a capital do Estado de São Paulo que também se tornou referência, especialmente para as cidades cafeicultoras do Oeste Paulista.” (p. 30).

Paris, Rio de Janeiro e São Paulo: cidades que seguiram à risca o ideário de modernização característico do final do século XIX e início do século XX. No Paraná, Curitiba foi o primeiro exemplo destas transformações. Rafael Augustus Sêga, na obra *A Capital Belle Époque*, tem como preocupação analisar a reestruturação urbana da capital

paranaense nas primeiras décadas do século XX. Segundo Sêga,

Curitiba, na virada do século, era uma cidade que queria integrar-se ao mundo contemporâneo. A sua população fazia questão de adquirir hábitos mais “modernos”, mais “civilizados”, os guias de etiqueta, geralmente traduzidos literalmente de seus análogos europeus, orientavam a moda e os costumes das pessoas, a maneira de se vestir, de se postar à mesa; ternos, gravatas, chapéus, vestidos longos, sombrinhas, já faziam parte da indumentária dos curitibanos; champagne, caviar e patê de foie gras já podiam figurar na mesa de alguns mais abastados (SÊGA, 2004, p. 2).

Mais uma vez são percebidas as características européias no processo de urbanização e civilidade. Nesta análise, além da modernização da cidade, os costumes e os padrões de vestimentas curitibanos também se alteraram. Portanto, a partir destes autores fica evidente que, muito mais do que a musa inspiradora Paris, exemplos clássicos das transformações brasileiras poderiam ter inspirado os cronistas que percorreram sobre Ponta Grossa.

Paris é a imitação preconizada pelo Rio de Janeiro em seu processo de transformação. Certamente, a elite intelectual que chegou à Ponta Grossa tinha conhecimento original da modernidade apresentada pela capital francesa. Mas na época o Rio de Janeiro era a capital brasileira. Todo o processo de transição política, de passagem do Império para a República, é impregnado sobretudo pelos ideais modernos observados na cidade. Além do mais, fora de Paris, como percebemos pelos apontamentos acima, foram Rio de Janeiro e São Paulo que marcaram primazia na modernização urbana. Já a capital paranaense avançava na mesma transformação. Logo, se Paris, São Paulo e Rio de Janeiro ficaram distante dos olhos dos cronistas e intelectuais princesinos, Curitiba apresentou-se em favoráveis condições de acesso.

Os discursos relacionados ao progresso, a partir das concepções republicanas, passam a ser formulações de um projeto de futuro próspero a ser implementado em todo o país. Nesse sentido, não só a cidade, mas também os seus habitantes passam a ser identificados com um tipo de construção ideal. Em *Imaginário e representações: o integralismo dos Campos Gerais* (1932-1955), Carmencita de Holleben Mello analisa o contexto de formação da cidade. Pelo estudo da autora, constata-se que o território paranaense começou a ser ocupado no início do século XVII. Primeiramente a tomada de terra aconteceu no litoral e no Planalto curitibano. Com relação aos Campos Gerais, “o povoamento foi começado em 1704.” (DITZEL, 2007, p. 45). Ponta Grossa só viria a ganhar o status de

cidade em 1862.²² (p. 40).

Porém, ainda neste período, a população princesina era predominantemente camponesa. No final do século XIX, já marcado pelos ideais republicanos, um crescente processo de urbanização desagregou a economia rural dos Campos Gerais. Carmencita afirma que “no início do século XX, a cidade já respirava um “clima urbano”; havia bandas musicais que disputavam espaço para as apresentações, cinema, luz elétrica, associações beneficentes e hospital.” (p. 42).

Foram transformações substanciais que mudaram consideravelmente as características de Ponta Grossa. Marcada por um modelo predominantemente camponês, a cidade passou a sentir a presença de aspecto da modernidade em seu espaço. Todas as inovações apontadas por Carmencita de Holleben Mello Ditzel são transformações que apareceram nas cidades já desenvolvidas do território brasileiro. Logo, legitima-se a expressão “clima urbano” relacionado à aparência da nova urbs.

Essa nova configuração apresentada em Ponta Grossa estava diretamente ligada às transformações significativas que ocorreram nos Campos Gerais. De população envolvida economicamente na criação de rebanhos bovinos, no final do século XIX a cidade sente algumas mudanças sensíveis em sua estrutura. Muitos proprietários resolveram sair do campo e buscar novas atividades na cidade ou em outras regiões. Segundo José Augusto Leandro (1995), a crise no campo manifestou-se de forma mais intensa na década de 1860, arrastando-se até o final dos dez primeiros anos do século XX. Como defesa a este estado de crise, o grupo fazendeiro dos Campos Gerais começou a diversificar suas atividades econômicas para manter a sua riqueza. Uma das alternativas desses fazendeiros foi reconstruir suas atividades no espaço urbano.

Os apontamentos de Leandro são importantes porque demonstram a transição que Ponta Grossa e os Campos Gerais vivenciaram na passagem do século XIX para o XX. Tais mudanças estão diretamente ligadas às transformações políticas, que a partir do modelo republicano, expressava-se ideologicamente com um tom explícito de modernidade.

A “fuga” do campo para a cidade não representou em si o abandono completo das atividades campeiras. A produção da erva-mate ainda permaneceu, por um bom tempo, sendo a atividade que predominava na região. Porém, a maioria dos ervateiros e os trabalhadores a

²² O Processo de transformação de Ponta Grossa em cidade passou por vários estágios. Primeiramente ela teve o status de bairro, tendo como Comarca Castro. Em 15 de setembro de 1823 o Bairro foi elevado à condição de Freguesia. Devido à sua localização privilegiada, em 1855 foi elevada à condição de Vila. As transformações econômicas que apontavam na Vila fizeram com que brevemente ela fosse levada à condição de cidade (DITZEL, 2007, p. 45-48).

eles ligados passaram a viver na cidade. No espaço urbano, obviamente, essas pessoas passaram a sentir novas necessidades. Estas necessidades, além dos negócios inerentes à atividade do mate, passaram a ser de ordem cultural, estrutural²³ e social.

Essas novas exigências da vida urbana impulsionaram a transformação de Ponta Grossa. Com isso, é natural o estranhamento da parte de pessoas vindas de fora (por exemplo, os cronistas), relacionado, sobretudo, à nova estética que Ponta Grossa apresentava.

Outro fator que expressou a modernidade da cidade foi a implantação da Ferrovia²⁴ em 1893. Segundo Edson Armando Silva, essa ferrovia “tornou-se o terminal da Estrada de Ferro do Paraná, ligando com a capital do Estado e com o Porto de Paranaguá.” (SILVA, 1993, p. 19). Ainda segundo Silva,

A Rede Ferroviária Federal e todos os equipamentos que se relacionavam com ela tiveram papel importante no processo de urbanização de Ponta Grossa. Na primeira metade do século XX, a cidade viveu em função da ferrovia e do que ele representava: crescimento, desenvolvimento e progresso. A ferrovia, também no imaginário, foi a base do discurso progressista. O mito de Ponta Grossa como ‘cidade-progresso’ surge com a ferrovia, incorpora-se ao inconsciente coletivo e somente deixa de existir depois de um longo período de gradual esquecimento que culmina nos anos 70, quando a ferrovia definitivamente entrou em processo de estagnação e sucateamento, e seus maiores símbolos são definitivamente retirados do centro da cidade (SILVA, 2001, p. 47).

A implantação da ferrovia, além de facilitar o transporte da erva-mate, principal produto cultivado no início do século na região, garantiu também uma maior circulação de mercadorias vindas de fora, compradas no interior e comercializadas em Ponta Grossa. Ou seja, é mais uma experiência da modernidade que veio para contribuir com o desenvolvimento da economia dos Campos Gerais. Foi possível, a partir do desenvolvimento das ferrovias, ampliar as indústrias e fortalecer o comércio. Nas palavras de Edson Armando Silva, “na década de 1920, o sonho do progresso estava se realizando. Ponta Grossa já era a mais “próspera” cidade do interior do Estado, pois contava com equipamentos incomuns para a época: [...]” (SILVA, 2001, p. 45).

Esse desenvolvimento exigiu que fossem implantadas em Ponta Grossa usinas de

²³ Construção de casas, pavimentação de ruas e crescimento demográfico da cidade.

²⁴ Segundo Leonel Brizolla Monastirsky, “a implantação da ferrovia no Paraná iniciou-se em 1880, com a construção do trecho entre Curitiba e a cidade portuária de Paranaguá, e ela foi concluída em fevereiro de 1885, pela Compagnie Générale des chemins de fer Brésiliens. Após a inauguração da linha, a concessão foi transferida para a Compagnie Générale des Chemins de fer du Paraná, de capital francês, a qual construiu o ramal Morretes-Antonina, em 1892, e prolongou a linha tronco, primeiro até Porto Amazonas, depois até Ponta Grossa (1893). Esta linha tinha como objetivo inicial a ligação dos portos com o interior, em razão da expansão do povoamento do estado e para atender a demanda crescente de produtos exportáveis.” (MONASTIRSKY, 2001, p. 37).

energia elétrica. Com a iluminação, a cidade passava a vivenciar as características das grandes cidades brasileiras. Referenciando ainda Silva, “a pequena distância entre a invenção da lâmpada elétrica, por Thomas Edison em 1879, e as primeiras tentativas de implantar o serviço de iluminação elétrica em Ponta Grossa, em 1902, revelam o grau de integração da cidade com o mercado capitalista internacional.” (p. 91). A respeito da energia elétrica, o Diário dos Campos se pronuncia desta maneira:

O máximo conforto da vida moderna só é possível onde existe a energia elétrica sob as suas múltiplas formas: luz, força, calor, etc. (...) Todavia, em Ponta Grossa, pode haver relativo conforto das habitações até dos pobres. Em algumas casas de família o ferro de engomar a carvão foi substituído pelo elétrico, niquelado, limpo e aquecido em 5 minutos. A chaleira da cozinha, encrustada de fuligem negra foi substituída pela caçarola brilhante e limpa que pode ser transportada da cozinha para a sala de jantar, onde qualquer pessoa da casa (o criado hoje é coisa rara) aquecerá seu chá, leite ou café a qualquer hora do dia ou da noite em alguns minutos após a ligação da corrente (DIÁRIO DOS CAMPOS, 27 jun. 1912 apud SILVA, 2001, p. 96).²⁵

Para Flamarion Laba da Costa, “Ponta Grossa no início do século XX, apresenta-se em franco desenvolvimento.” (COSTA, 1995, p. 45). Entre as transformações citadas, o autor reforça a da inauguração da estrada de ferro em 1893, que dentre outros benefícios, possibilitou o desenvolvimento da economia, dando origem a fábricas urbanas, de massas, doces, sabão, cerveja, etc.

Flamarion traz ainda dados estatísticos que contabilizam, no ano de 1900, 13.646 habitantes para a cidade. Já em 1920 “o número de habitantes chegou a 32.076”. Em suas projeções, este desenvolvimento econômico e populacional passou a atrair para a cidade profissionais vindos de fora. Entre eles, a chegada de Hugo de Borja Reis, líder espírita e que como veremos adiante, foi editor e dono do jornal *O Progresso*.

Ponta Grossa, no início do século XX, passou por transformações significativas em vários aspectos. Tornou-se importante centro da região sul do país, com ferrovias que recebiam trens de várias regiões do Paraná, além de já possuir luz elétrica, telefone e certo grau de desenvolvimento econômico. No entanto, é necessário que seja relativizado este desenvolvimento. Raul Gomes demonstra o encantamento com o que viu de novo, mas, como exemplificamos acima, muitos problemas existiram, como lugares mal iluminados, criminalidades, falta de embelezamento, etc.

Com os apontamentos de Novaes e Francis Wolff fica clara a distinção representada

²⁵ O texto citado é um fragmento e, no seu uso, a paragrafação original não foi mantida, de modo que demos preferência à apresentação do texto de forma corrida.

nos discursos. De um lado, o povo do campo, sem visibilidade e que não ganha importância nas representações produzidas pelos cronistas. De outro, um povo diferente, reconstruindo um novo padrão de vida e cujo modelo pode ser comparado ao das pessoas das grandes cidades. Na visão dos cronistas, a cidade cresceu e os sinais de progresso estavam começando a aparecer.

Nesse sentido, a noção de civilização logo se afirmaria. Foi um progresso cujo ideal veio de fora e, nesse ritmo, surgiu a cidade. Mas isso só não era o suficiente. Havia a necessidade de que se desenvolvessem o comércio, as ruas, as estradas de ferro, meios culturais, hábitos de pessoas civilizadas.

Marshall Berman, em *Tudo o que é sólido desmancha no ar*, afirma que o destino de “tudo que é sólido”, na vida moderna se “desmancha no ar”. Isso porque, na visão de Berman, o dinamismo cultural, econômico e social do modernismo aniquila tudo o que se criou. “Assim ambientes físicos são mudados, instituições sociais, idéias metafísicas, visões artísticas, valores morais – a fim de criar mais, de continuar infindavelmente criando mais.” (BERMAN, 1986, p. 273). Ou seja, não há limites para os desejos modernistas, e estes sempre existem, podendo ser de desejo de superação e de mudança. E hoje

A nova antítese da cidade não é mais o campo, mas um mundo fora dos limites da cidade, auto-suficiente, altamente desenvolvido, supertecnológico, totalmente planejado e organizado – porque criado ex nihilo em solo virgem –, mais amplamente controlado e administrado e, em consequência, “mais agradável e vantajoso” que qualquer metrópole moderna poderia ser (BERMAN, 1986, p. 232).

Nessa passagem, Berman discute a superação da modernidade. Essa realidade se diferencia do período e momento em que nós a analisamos. Mas o que nos chamou a atenção é justamente esse anseio pelo novo e a busca constante de inovação, principalmente através do discurso. Naquela época a presença do novo representava espanto, no sentido de boas impressões. Hoje, o ritmo, a velocidade das transformações, praticamente impendem visões ufânicas sobre o que aparece.

A partir desses olhares, o que percebemos foram transformações urbanas significativas. Do final do século XIX até o fim da 2ª década do século XX, Ponta Grossa teve uma ascensão urbana e econômica considerável. O aumento da população, o crescimento da cidade e as novas formas de relacionamentos sociais. Carmencita de Holleben Mello Ditzel confirma que,

Entre 1920-1945 a cidade se firmou como pólo regional no Paraná, exercendo grande influência na sua área geo-econômica. Ocupou a posição de segunda cidade do Estado, contando com 38.417 habitantes (Censo de 1940), dos quais 74.5 % fixados no meio urbano. A cidade apresentava um cenário moderno no que se refere às construções publicas ou privadas, e sua posição de destaque se concretiza com a criação do Bispado em 1926, cuja diocese compreendia duas paróquias.

O período circunscrito em nossa pesquisa foi riquíssimo para a História da cidade. Os historiadores e cronistas mostraram uma urbs que surgiu. Assim, a visão que predominou foi a de uma Ponta Grossa desenvolvida em muitos setores: urbano, econômico, político e cultural. E a partir disso, será feita uma análise da matriz social que caracterizou a formação populacional de Ponta Grossa, pois urbanização é sinônimo de socialização. São as pessoas andando na rua que dão conteúdo para que os cronistas se espantem com o movimento urbano. O contexto social marca de certa forma uma das principais características da cidade urbanizada.

1.2 SOCIEDADE E RELIGIÃO PRINCESINA

Ponta Grossa, seguindo a análise que fizemos até aqui, apresentou certo desenvolvimento urbano-industrial, tendo como resultado um considerável crescimento demográfico. Já a partir de 1870, a cidade começa a receber regularmente um significativo número de imigrantes. Favorecido por esta situação, “[...] o censo de 1890 indica uma população total de 4.774 habitantes para Ponta Grossa, [sendo que] é possível mensurar o que significou para a cidade, naquele momento histórico, a chegada de mais 2.000 europeus.” (CHAVES, 2001b, p. 73). É certo que muitos imigrantes que aqui chegaram, por falta de adaptação, seguiram para outras regiões, mas isso exemplificaremos adiante.

Em crônica publicada na ed. 591 de 25 jul. 1912, Raul Gomes expressa suas impressões sobre a sociedade pontagrossense. Segundo Gomes,

A sociedade pontagrossense é culta e dotada de predicados recommendaveis. A hospitalidade sobreleva-a e a caracteriza. O povo é de uma nobre delicadesa para com os que o visitam. A sociedade abre-lhes as portas, cumulando-os de gentilezas. Não há ódios nem rivalidades entorpecendo o desabrochar da vida local e embotando os bons sentimentos que palpitam no coração de cada cidadão. A solidariedade na alegria, na dor, na amargura é o elo poderoso que explica a felicidade reinante na sociedade pontagrossense. Esse espírito de união já frisamos, se nitidisa quando se impõe o dever de se unirem os filhos da cidade para a conquista de um beneficio geral. Pequenas paixões que existam, pequenas idiosincracias que existam, tudo desaparece para realçar a linha que cada um é obrigado a seguir para chegar ao mesmo fim: alcançar um beneficio comum. O povo

é bairrista. Mas não o é ao exagero. Gosta de honrar seus filhos, de homenageá-los orgulhando-se de seus feitos e de seus gestos. (O PROGRESSO, 25 jul. 1912).

Raul Gomes apresenta uma sociedade harmônica, familiar e hospitaleira. O cronista praticamente não enxergava contradições e conflitos sociais, mas, como já observamos, a cidade enfrentava fortes sinais destes pontos.

Edward Hallet Carr, em *Que é História*, parte do pressuposto de que a mudança no mundo moderno consistiu no desenvolvimento do homem e na transformação de si mesmo. Essa posição iniciou com Descartes, que entendeu o homem como ser pensante, mas “[...] como um ser que pode não apenas pensar, mas pensar sobre seu próprio pensamento, que pode-se observar, de maneira a ser simultaneamente o sujeito e objeto do pensamento e da observação.” (CARR, 1982, p. 168).

No entanto, as mudanças substanciais do desenvolvimento da consciência humana só se tornaram explícitas a partir da última fase do século XVIII. Com Rousseau, abrem-se as possibilidades para o homem encarar o mundo da natureza e da civilização tradicional. Mas isso ainda não era tudo.

Foi apenas na passagem do século XIX que completamos a transição para o período contemporâneo da história, em que a função primordial da razão não era mais entender as leis objetivas que regem o comportamento do homem na sociedade, mas sim remodelar a sociedade e os indivíduos que a compõem através da ação consciente (CARR, 1982, p. 171).

A questão então é: como remodelar os novos relacionamentos sociais? A impressão que temos é que a ideologia positivista tem um modelo para esse tipo de vida. Em primeiro lugar, um ambiente social que prime pelo progresso; em segundo, indivíduos comprometidos a experienciarem um novo modelo de vida. Parece que no discurso do jornal o que prevaleceu foi uma cidade que aderiu ao dístico positivista de ordem e progresso. Muitos intelectuais que estudaram Ponta Grossa no início do século XX deixaram fortes evidências deste discurso civilizador que teve como principal fundamento teórico a corrente positivista de Augusto Comte.

O Positivismo, de fato, teve uma forte influência no pensamento intelectual e, por isso, muitos jornalistas se apropriaram dele. No entanto, esta doutrina não foi a única corrente de pensamento que teve influência no pensamento brasileiro. Roque Spencer Maciel de Barros, na obra intitulada *A ilustração brasileira e a idéia de universidade* (1986), afirma que o ano de 1889 não é propriamente um marco do pensamento. Na realidade, assinalou o fim do

Império, que, segundo a análise do autor, foi o ponto de referência mais significativo e, de fato, “poder-se-ia dizer mesmo que o Império terminara em 1870.” (BARROS, 1986, p. 7). Spencer aponta que além do positivismo, darwinismo, materialismo, iluminismo, etc., também tiveram uma posição de destaque. Estas ideias permaneceram tendo grande influência até 1914.

Com relação ao Iluminismo, Spencer afirma que “país colônia durante o século XVIII, não sentiríamos todo o impacto da ilustração do setecentos, em que pesem os contatos dos inconfidentes de Minas com as novas idéias” (p. 8). Roque Spencer Maciel de Barros é enfático quando diz que “o que afirmamos é que, sob o influxo dos autores “populares” do século XIX, criamos um movimento “ilustrado” que, sob nova forma, de certo modo desempenhou um papel semelhante ao do iluminismo da Europa do século XVIII. (p. 9). E para justificar esta afirmação, ainda cita que “os homens das décadas de setenta e oitenta se propõem, realmente a “ilustrar” o país; a “iluminá-lo” pela ciência e pela cultura; a fazer das escolas “focos de luz”, donde haveria de sair uma nação transformada.” (p. 9-10). Transformada em todos os aspectos e principalmente no social.

Os autores e cronistas que escreveram sobre a cidade identificaram em Ponta Grossa certo grau de progresso e modernidade. Esses dois conceitos são dísticos característicos da doutrina positivista e aconteceram de forma muito marcante. A Ponta Grossa do início do século XX é apresentada como uma cidade que adere a este modelo. Percebe-se pelas narrativas que na passagem do século XIX para o XX uma sociedade conservadora, com padrões simples de vida, transforma-se em uma sociedade com padrões modernos. Sabemos que pelas crônicas são generalizadas as formas relacionais. Mas de certa forma as mudanças substanciais são perceptíveis no relacionamento entre as pessoas.

Ponta Grossa foi elevada à condição de cidade em 1862. Desse período em diante já como cidade, ela passou por um processo de transformação muito intenso. Mas antes das características de cidade propriamente dita, antes da constituição de Freguesia, antes mesmo de ser elevada a condição de Bairro, a composição social já se fazia existente. José Carlos Milléo de Paula faz algumas considerações a este respeito:

[...] um primeiro momento a ser destacado é justamente o início da formação da cidade, quando Ponta Grossa superou sua fase de mero núcleo de colonização jesuíta (finais do século XVI) e passou a se inserir dentro do processo mais intensivo de povoamento dos Campos Gerais, o que só ocorreu em finais do século XVIII (PAULA, 2001, p. 55).

Esta condição apresentada por Paula é bem antiga e remonta a época das sesmarias. As

sesmarias, antes mesmo da emancipação do Estado do Paraná, já tinham sido distribuídas a vários sesmeeiros. “As primeiras delas foram concedidas a paulistas, curitibanos e parnanguaras.” (DITZEL, 2007, p. 2). Tomando como referência Pinto (1992), Carmencita de Holleben Mello Ditzel exemplifica alguns pioneiros: “Guilherme Dias Cortes, medidor do Rocio de Curitiba; José Rodrigues de França, Capitão-mor de Paranaguá; Ignácio Morato, de Paranaguá, e Manoel Rodrigues, tabelião em Curitiba.” (DITZEL, 2007, p. 23).

A partir dessa relação minúscula, podemos asseverar que os povoadores dos Campos Gerais tinham procedência de várias partes do Brasil, pertencendo a famílias ricas e poderosas destes locais. Pedro Taques de Almeida foi um dos primeiros sesmeeiros da região. Suas terras compreendiam o espaço territorial que alcançava as regiões atuais de Jaguariaíva, Pirai do Sul, Castro e parte de Ponta Grossa.

Já os campos de Ponta Grossa, propriamente, foram ocupados por “Isabel Maria da Cruz, Domingos Teixeira de Azevedo, Ana de Siqueira e Mendonça, Francisco Hieronimo de Carvalho, Francisco da Silva Xavier, Manoel de Lemos Bicudo, João de Almeida Lara, Diogo Costa Rosa, entre outros.” (DITZEL, 2007, p. 25/26). Desses primeiros povoadores, “originaram-se diversas famílias que a historiografia regional denomina “elite campeira.” (p. 26).

O trabalho nessas propriedades era “realizado pela família proprietária, pelos agregados e por escravos.” (p. 27). Entre os agregados, os chamados “fazendeiros” ocupavam-se das questões administrativas. No entanto a maioria dos serviços das fazendas era feita por escravos.

Segundo Ditzel, a vida em geral era muito rústica. E com relação às mulheres, era submissa. Dependiam da autorização dos maridos ou pai, inclusive para conversar com as visitas. As jovens ficavam reclusas numa dependência da casa e muito raramente eram chamadas ao convívio dos hóspedes. Apesar de tudo, no caso de viuvez ou ausência do esposo, eram elas que assumiam os negócios da família.

No dia a dia da fazenda, uma das principais ocupações da população eram os ritos cristãos. Durante a semana havia rezas e ladainhas e aos domingos missa e celebração dos sacramentos. Muitas vezes o trabalho e a religião aproximavam senhores e escravos e, com isso, era criada certa harmonia na vida da fazenda. Por exemplo, “nos dias de festejos e cerimônias religiosas abriam-se as portas da casa senhorial aos escravos, e estes cantavam e dançavam para agradecer a acolhida.” (p. 30).

A população em geral do Estado do Paraná, nesta época, era muito mal distribuída. “A população escrava constituía 22,5% do total.” (p. 31). Além dos negros, o trabalho escravo foi

um dos destinos dados também aos índios aprisionados. Os contatos entre grupos colonizadores e os indígenas da região, predominantemente Tupis, foram na sua maior parte, conflituosos. Saint-Hilaire diz que “os índios esquecem-se de tudo, menos as ofensas, e mesmo que se desejasse viver em paz com eles seria muito difícil fazê-los compreender isso.” (p. 48).

Outro marco importante da sociedade princesina foi o estilo de vida tropeiro. As comitivas de tropas que percorriam os caminhos em direção à feira de Sorocaba conduziam o gado criado nos Campos Gerais, nos campos de Guarapuava e nos muares provenientes do chamado continente de São Pedro. Os tropeiros podem ser descritos como homens aventureiros cujo ofício era muito perigoso. Mas de modo geral, os lucros arrecadados no comércio “eram investidos em novas propriedades, colocados em firmas ou casas bancárias, a fim de se obterem novos rendimentos.” (LAVALLE, 1974, p. 76).

Com esses lucros, muitos fazendeiros tropeiros enviavam seus filhos para estudar na Europa. E foi a partir destas confluências populacionais que se formou a população dos Campos Gerais, que teve na presença dos imigrantes um importante ganho no que diz respeito à formação da população urbana.

Eles atuavam na imprensa, na atividade fotográfica, na área médica e jurídica, na venda de secos e molhados, na produção de alimentos, nas atividades industriais em geral e nos mais diferentes ofícios. Logo participavam ativamente da construção da dinâmica da vida urbana (DITZEL, 2007, p. 37).

O núcleo da classe dominante permanecia sendo a elite campeira, e por isso conseguiu agregar os representantes dos novos segmentos sociais. É assim que a ela podem se somar os ervateiros, os imigrantes bem-sucedidos e os madeireiros. Ponta Grossa, entre o final do século XIX e início do século XX, teve um crescimento considerável na sua população.

Chegaram à cidade vários imigrantes europeus, e entre eles podemos destacar os russo-alemães que fundaram a Colônia Otávio²⁶, uma reunião de vários núcleos instalados. Sem sucesso na empreitada colonial, muitos imigrantes deixaram o campo e foram em busca da zona urbana. Além dos russo-alemães, imigrantes de outras nacionalidades chegaram a Ponta Grossa, gerando um fluxo migracional que contribuiu consideravelmente para a

²⁶ Seguindo a tendência migracional, verificada a partir de 1870, vieram para o Estado do Paraná em grande número os russo-alemães. Entre 1877/1878 chegaram em Ponta Grossa 2.381 russo-alemães que se estabeleceram na Colônia Octávio, subdividida em 17 núcleos, afastados do centro urbano. A partir de então outros grupos foram chegando à cidade e a ela se integrando. Entre os de maior importância estão os poloneses, alemães, russos, italianos, sírios, austríacos e portugueses.

urbanização da cidade, além da dinamização da vida social, cultural e política

Guísela Chamma afirma que, com a chegada dos imigrantes, Ponta Grossa apresentou uma oposição entre dois grupos formadores da sociedade. Para a autora, de um lado, encontram-se a população tradicional, camponesa, marcada por uma relação entre grandes fazendeiros e pequenos proprietários. E de outro, a chegada dos imigrantes com novas visões de mundo e com iniciativas empreendedoras originárias das suas nacionalidades que, mesmo na época de partida para a imigração, já apresentavam-se em melhores condições do que as que haviam no Brasil. Continuando com Guísela Chamma, ela apresenta este contraste:

De um lado os povoadores e seus descendentes, frios e orgulhosos, de outro os imigrantes recém chegados [...] arredios e desconfiados. De tudo isso resultou uma sociedade difícil no relacionamento [...]. Casamento só entre famílias muito conhecidas [...]. assim a sociedade pontagrossense inicia o século XX com uma elite representada pelas maiores fortunas da Província formando uma verdadeira classe senhorial e que centralizava o poder nos Campos Gerais (CHAMMA, 1998, p. 45).

Na pagina 43 nos referenciamos à ed. 591 de 25 jul. 1912, em que há uma transcrição de Raul Gomes retratando a sociedade princesina. No geral, considerava-a dotada de um povo hospitaleiro, delicado e que abriu as suas portas para pessoas vindas de fora. Guísela demonstra exatamente este lado oposto. Nas suas linhas, o que prevalece é o retrato de um povo frio e desconfiado. A partir dessas versões, percebemos uma sociedade ponta-grossense marcada pela diversidade. Raul Gomes visualiza um povo solidário e alegre; Guísela Chama uma sociedade de difícil relacionamento. Saindo da contradição destes autores e olhando para o conceito de contribuição das culturas, que será analisado no tópico a seguir, podemos afirmar que Ponta Grossa foi uma cidade que se utilizou das várias experiências, locais e imigrantes, para o seu desenvolvimento.

Entre os imigrantes, os russos merecerem ser mencionados, pois Jacob Holzmann, fundador do jornal *O Progresso* e um dos ícones da cultura princesina, é de origem russa. Epaminondas Holzmann descreve melancolicamente a saída desse povo, em 1887, das colônias da margem direita do Volga:

Filas e filas de homens, mulheres e crianças tomavam a direção dos templos das respectivas paróquias, já que, no dia seguinte, deixariam para sempre seu berço natal, emigrando para o Novo Mundo. Os sinos das igrejas dobravam lugubrememente, qual a finados, e aquela gente toda agitava grandes lenços, como querendo eternizar o adeus dos que se dispunham a partir aos que preferiram ficar [...] (HOLZMANN, 2004, p 39).

Epaminôndas Holzmann narra a triste saída desse povo da terra natal. E essa tristeza se

torna ainda maior quando as incertezas dos lugares procurados são enormes. Certamente, os russos imigrantes se sentiram assim, e então os prognósticos das incertezas se confirmaram, pois as terras distribuídas pelo governo, em geral eram de baixa produtividade.

A formação dessa sociedade, representada por colonos portugueses, índios, negros e imigrantes teve como resultado um desenvolvimento religioso plural. Cada grupo preservou traços do credo que seguia ou aderiram a comunidades religiosas que vieram de fora. Analisando a religiosidade como espaço social foi possível perceber que ela teve influência considerável na vida do povo ponta-grossense. Apesar de tudo, a movimentação religiosa se contrapôs à rotina diária das pessoas.

Na edição nº 593, de 03 ago. 1912, Raul Gomes narra suas impressões sobre um domingo em Ponta Grossa. De modo geral “a cidade estava desolada com o movimento morto”. Isso pode ser explicado pelo fato de que

A cidade perde o encanto dos dias comuns, porque os homens do trabalho se recolhem nos lares, tornando deserta as ruas. As lojas cerram as portas, as casas de commercio de importação e exportação fazem o mesmo. Quando não chove, á tarde, as moças passeiam, em bando, vão á praça Floriano Peixoto, onde, por vezes, há retraite. Ali, então, nessas horas, acontece o que acontece onde se encontram homens e mulheres (O PROGRESSO, ed. 593, 03 ago. 1912).

Neste dia as pessoas que seguem determinado credo deixando suas casas apenas para irem às missas, cultos, festas religiosas, etc., é possível indicar que Gomes se mostra um tanto quanto desencantado com a Ponta Grossa dominical. Uma cidade retratada por toda a agitação de dia de semana e que amanhece praticamente sem vida. Isto porque o povo princesino é familiar e prefere ficar neste dia em suas casas.

Mas Gomes, ainda neste mesmo número do jornal, comenta: “Em Ponta Grossa, o domingo é mais ou menos o que disse: Espírito Religioso? Uma cidade morta”. Também questiona sobre a sua religiosidade. Nestes aspectos o autor responde:

É difícil traçar uma apreciação justa sobre este assumpto. Aqui não há fanatismo, não há intolerância. O Christianismo predomina, ou pela exegese dos catholicos ou pelos protestantes. Há uma tendência para a liberdade. A razão do povo não vive obscurecida pela sombra da paixão. Não que a massa já tenha evoluído ao ponto de libertar por completo dos dogmas. Não. A corrente estrangeira, a que se cadeou com a população local influi nas idéias religiosas, modificando-as.

Continuando seu raciocínio sobre a religiosidade de Ponta Grossa, Gomes se expressa dizendo que,

Tanto que não existe em Ponta Grossa o número de igrejas preciso para o seu número de habitantes. Isto é, a cidade progride, mas com o desdobrar de seu perímetro não foram surgindo proporcionalmente, igrejas. A superstição existe, essencialmente, nas classes mais atrasadas. Há quem acredite em bruxarias, em feitiçarias.

As crenças em amuletos, as pequenas superstições existentes em toda parte ali se notam. A superstição não tem pátria. Encontramol-o em toda a parte, nos países adiantados como nos atrasados. Si é mal endêmico a todas as nações. Ninguém sabe como ellas evoluem e desaparecem.

Em *A victoriosa rainha dos Campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana*, Rosângela Vosiach Zulian, analisa a configuração religiosa dos Campos Gerais. Seu ponto de partida é a proclamação da República. Com o novo modelo político, a Igreja e o Estado, que oficialmente estavam integradas durante o Império, veem-se separados. Segundo a autora:

O momento republicano no Brasil com todas as suas circunstâncias produziu discursos oficiais em prol do reconhecimento do novo regime e pronunciamentos da hierarquia da igreja. No Paraná e em Ponta Grossa reflexos desse conflito se fazem sentir através da crônica de jornais da cidade e cartas pastorais. (ZULIAN, 1998, p. 38).

Outro estudo, *Trabalho, solidariedade e tolerância: a sociedade espírita Francisco de Assis de Amparo aos necessitados*, analisa a atuação espírita em Ponta Grossa. O estudo remonta a metade do século XIX, onde o Espiritismo surgiu na França. O objetivo do trabalho foi apresentar as atividades espíritas estendidas do ano de 1912 a 1989. Conforme Costa, “destacam-se, nestas oito décadas, Hugo Reis, Álvaro Holzmann, Guaracy Paraná Vieira e Arnaldo Schasiepen, entre outros que colaboraram e colaboram para as atividades da sociedade.” (COSTA, 1995, p. XXI). Ainda segundo ele, a separação entre Igreja e Estado favoreceu a liberdade de culto. Com isso, o Espiritismo que foi trazido ao Brasil em 1840, pelos franceses Bento Mure e João Vicente Martim, e adquiriu um campo pacífico para crescimento. Em Curitiba, no dia 24 de agosto de 1902 foi fundada a Federação Espírita Paranaense. “Em Ponta Grossa, apenas em 1912, o jornal Diário dos Campos divulga a fundação da Sociedade Espírita Francisco de Assis.” (p. 48).

Hugo Reis foi um dos defensores do Espiritismo em Ponta Grossa. Sua posição era atuante e, além de participar ativamente do Diário dos Campos, “[...] passou a colaborar num órgão editado pelo centro anticlerical de Ponta Grossa [...]” (HOLZMANN, 2004, p. 271). Essa postura de Reis causava o furor da igreja que estava no seu processo de redefinição, pois ao mesmo tempo em que colaborava em jornais específicos, Reis defendia a doutrina espírita nas páginas de *O Progresso*.

Flamarion Laba da Costa, ao citar este jornal, afirma que “em edição de 01 de maio de

1909, encontrou-se o que provavelmente foi a publicação da primeira notícia sobre o Espiritismo em Ponta Grossa.” (COSTA, 1995, p. 47). Levariam ainda alguns anos para que o Espiritismo fosse implantado oficialmente na cidade, mas em 15 de fevereiro de 1912 aparece a ata de fundação do Grupo Espírita Francisco de Assis.

No jornal *O Progresso*, Reis não mediu esforços para a divulgação das ações empreendidas pela Sociedade Espírita Francisco de Assis. A distribuição de presentes feita pela sociedade às crianças pobres foi divulgada no jornal. (O PROGRESSO, ed. 23/ mar. 1912 e 02 abr. 1912); notícias sobre a formação de um caixa com o fim de auxiliar os necessitados nos momentos de doenças. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 13 jan. 1915); divulgação sobre medicamentos homeopáticos. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 30 dez. 1918); enfim, o jornal, através da atuação de Hugo Reis, teve um papel fundamental na divulgação do Espiritismo. Ainda continuado com Costa,

A Igreja Católica aparece como a grande opositora da expansão do Espiritismo, considerando-o como a “Hidra da Heresia”, procurando alertar seus fiéis através de uma vasta produção literária anti-espírita. Utilizando-se ainda, para combatê-la, dos púlpitos e das cartas pastorais. (COSTA, 1995, p. 71).

O jornal *O Progresso* sempre esteve atento à divulgação do espiritismo na cidade. No artigo “Os Templários Espíritas”, ed. 274 de 18/ jun. 1910, havia o anúncio da formação de uma sociedade sectária universal moderna. O questionamento que sobreveio é o de que: “mas quem serão os templários modernos? - Os Espíritas. E o templo. - O Universo”. A ideia geral que se preconizou é sair da teoria e partir para a ação prática. E o autor conclui: “[...] fundemos a Ordem dos Templários Espíritas, que, há de avassalar o mundo, proclamando a ciência, confundindo o erro. (D' O CLARIM).²⁷

Conferência Literária, ed. 1446, *Diário dos Campos*, 11 ago. 1915, reporta-se a uma conferência em benefício da Sociedade Espírita Francisco de Assis. O evento foi presidido por Jeronymo Cabral. O tema dessa conferência foi a Túnica de Christo. A Banda Lyra dos Campos prestigiou o evento sob a coordenação de Jorge Holzmann. O interessante deste evento foi o número de representantes que compareceram.

²⁷ Nos primórdios do século XX, precisamente no dia 15 de agosto de 1905, Cairbar Schutel fundou o jornal *O Clarim*, um mês após a criação do Centro Espírita Amantes da Pobreza (atual Centro Espírita O Clarim), e cuja primeira edição teve 200 exemplares, com periodicidade quinzenal, com a finalidade de divulgar a Doutrina Espírita codificada por Allan Kardec, bem como defendê-la dos ataques que ela sofria por detratores do Espiritismo.

Entre as muitas pessoas que compareceram a esta festa de arte, tomamos nota das seguintes, entre as demais que nos passaram despercebidas: Dr. Francisco Maciel, Dr. Francisco Burzio, Dr. Paula Braga, Dr. Jeronymo Cabral, cel. Theodoro Baptista Rosa, Euzébio Rosas, Ottoniel Santos, Napoleão de Avres, José Madureira Correa, João Gonçalves, Ricardo Ribas, Mario C. Guimarães, Atilio Pallermo, Matheus Grillo, Souza Machado, Jacob Holzmann, Alcidio Ribeiro, Dr. Elyseu de Campos Mello, João Holzmann e família, Paschalino Provesiero e família, Antonio Lustoza Ribas, Ernesto Villela, Egydio Pilotto, João Cecy Filho e família [...] (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1446, 11/ ago. 1915).

Esta lista é extensa e traz muitos outros nomes que poderiam ser evidenciados. Na relação, o que nos interessa particularmente são os representantes da alta sociedade pontagrossense, entre eles, Francisco Burzio, Elyseu de Campos Mello e Jacob Holzmann, os quais figuravam respectivamente, na medicina, na política e na imprensa pontagrossense. O que chama a atenção é a ausência de Hugo Reis na listagem. Já que a matéria não é assinada, supomos que foi escrita pelo próprio Reis. Outro aspecto interessante que aparece já no final do texto é a presença feminina: “Judith e Flávia Holzmann, Annita Cordeiro, Luiza Del Claro, Alvina Baer, Lilita Tinoco, Zelândia, Zuleica, e Aurora Lins etc”.

A Ponta Grossa do início do século XX também contava com outros grupos religiosos. “Os imigrantes, parte protestantes, parte católicos, agregavam em torno de suas crenças na reivindicação de padres e pastores para o amparo espiritual da comunidade.” (CHAVES, 2001, p. 74). Os imigrantes partilharam da solidariedade e contribuíram para o desenvolvimento cultural e social de Ponta Grossa. Entre os protestantes, Chaves destaca os Luteranos:

A comunidade Evangélica Luterana de Ponta Grossa foi fundada em 5 de agosto de 1894. Pastores como Bertholdo Apetz, Wilhem Fugman e Friedrich Wilhelm Brepohl, que tinham a missão de congregar a comunidade, foram também intelectuais autoditadas, representando o saber erudito diante do grupo (p. 78).

Com relação aos maçons, uma nota do jornal intitulada “Festa maçônica”, transmite o seguinte:

Sessão solenne de posse às 7 horas. Assim principiou o banquete composto de 33 talheres, no hotel Gguzzoni.
 Fallou o Dr. Petit brindando o venerável que acaba de assumir o cargo, Pastor José Hohl.
 Fallou em seguida o Sr. Mattos de Miranda fazendo a apologia da ordem maçônica.
 Fallou o Sr. Leocádio Correa saudando a imprensa liberal representada ali pelo Sr. Jacob Holzmann proprietário do “Progresso”.
 Fallou o Dr. Burzio mostrando a influência social da maçonaria. Terminou dizendo que a noite de Ferrer veio golpear o clericalismo hespanhol.
 Fallaram o Sr. Thomé da Silva e Antônio da Silva saudando as luzes da loja Amor e Caridade Segunda.
 Fallou o Sr. Oliveira Franco que fez brinde de honra ao Dr. Lauro Sodré, grão mestre da maçonaria Brasileira.
 Fallou brilhantemente o pastor José Hohl sobre os sentimentos chistãos dos maçons.

O banquete terminou as 11 horas da noite.
A mesa do banquete tinha forma de t. A loja estava bellamente ornamentada (O PROGRESSO, ed. 277, 25 jun. 1910).

Por consequência desta citação do jornal *O Progresso*, percebe-se que a Ordem Maçônica tinha certa organicidade em Ponta Grossa. O destaque entre os maçons fica para Francisco Burzio, médico e dotado de grande carisma pelos habitantes da cidade. Outro fato interessante entre os maçons é a participação de representantes do meio protestante. O Pastor José Hohl, pelo que demonstra, configurava-se como personalidade maçônica de destaque uma vez que foi ele quem iniciou e encerrou a cerimônia. Destaque ainda para Jacob Holzmann, embora não fique explícita a sua participação no grupo. Não é possível afirmar se estava como representante da imprensa ou se também fazia parte da ordem maçônica, mas de qualquer modo é uma demonstração de que existiram pessoas compromissadas com essa ordem na cidade de Ponta Grossa.

Percebemos que Ponta Grossa teve no início do século XX uma configuração social diversificada: autóctones, colonos, negros e imigrantes. Desse conjunto populacional resultou uma configuração religiosa plural. O grupo católico efetivamente foi o mais representativo e procurou, a partir de suas ações, ampliar sua visibilidade. Entre os espíritas, procurou-se atuar nos espaços onde a população sentia maiores necessidades. Os demais, maçons e protestantes, tiveram atuações voltadas para seus respectivos grupos. Ora atendiam às necessidades educacionais, como foi o caso dos protestantes, atuando nas colônias de imigrantes. Mas de modo geral o que prevaleceu, foram os protestantes organizando suas comunidades e os maçons da mesma forma discutindo os aspectos relacionados às suas ordens sociais.

O marco mais decisivo da composição social foi sem sombras de dúvidas a chegada dos imigrantes no final do século XIX. O fluxo migracional, somado às populações que já habitavam Ponta Grossa, modificou consideravelmente o quadro social da cidade e trouxe de certa forma um sincretismo no campo religioso. Como dito, a religião católica foi a que predominou. Mas protestantes, espíritas e maçons marcaram presença na composição social do povo princesino. Esse sincretismo social e religioso respaldou a urbanização e modernização, caracterizando-a como cidade. Com isso, a população com maior densidade demográfica passa a lutar por necessidades essenciais. A cultura está nas pautas reivindicadas pela sociedade, temática discutida no item seguinte.

1.3 CULTURA

Os imigrantes preservaram alguns de seus traços culturais, como religião, hábitos alimentares, festividades e clubes sociais. Essas características, somadas às da população local, garantiram à Ponta Grossa uma relativa riqueza cultural. Já no final do século XIX, Epaminondas Holzmann registrou traços marcantes da cultura princesina.

Ao apagar das luzes do século XIX, numa festa de Sant' Ana, Ponta Grossa engalanou-se para aplaudir o renomado circo Temperany, que anunciava ser o único pavilhão de dois mastros a percorrer o Brasil, motivo por que podia apresentar um sensacional pareja de voladores, o homem-canhão e outras novidades internacionais, jamais vistas na cidade. (HOLZMANN, 2004, p. 88/89).

Conforme Holzmann esse circo apresentou cerca de vinte espetáculos, sendo todos eles acompanhados pela banda Lira dos Campos. Portanto, o desenvolvimento cultural pontagrossense já ganhava forma em fins do século XIX. Nesse tópico, estabelecemos interlocução com o conceito de cultura definida por Claude Lévi-Strauss, em *Raça e História*²⁸. Essas temáticas serão analisadas a partir de outras referências básicas: “Cinco Histórias Convergentes” e “Espaço e Cultura”. De maneira geral, são trabalhos que contemplam Ponta Grossa, desde o final do século XIX ao início do século XX.

A definição de cultura por Lévi-Strauss, em *Raça e História*. (STRAUSS, 1952), aparece como uma contribuição das raças humanas. Na opinião do autor, “nada no estado atual permite afirmar a superioridade ou inferioridade de uma raça em relação a outra.” (p. 7). Apesar de o autor ter firmeza na defesa dessa ideia, nada impede que sejam por ele consideradas as diversidades culturais.

Apesar de existirem muitas culturas, o importante é estar consciente de que “nenhuma cultura se encontra isolada. Aparece sempre coligada com outras culturas e é isso que lhe permite edificar séries cumulativas [...]” (p. 80). Essa cumulatividade das culturas pode ser resultante de fatores, por exemplo, como migrações, empréstimos, trocas comerciais, guerras, etc. Conforme o entendimento de Strauss, “[...] não existe, pois, sociedade cumulativa em si e por si. A história cumulativa não é de determinadas raças ou determinadas culturas mais é um conjunto.” (p. 84).

²⁸ *Raça e História*, de Lévi Strauss, aborda a problemática do progresso na História. Parece contraditório, mas para Strauss a diferenciação cultural se dá a partir do que ele denomina coligação. No entendimento do autor para progredir é preciso da colaboração, da participação. Nessa visão, regiões como as da Europa conseguiram se destacar em relação às outras culturas pelo fato de estarem localizadas num lugar de encontros de raças e culturas diferenciadas.

Assim, Strauss define o progresso cultural como o resultado de uma coligação entre as culturas. Ainda no raciocínio do autor, quanto maior forem as coligações, mais fecundas elas são. Como observamos na introdução deste tópico, Ponta Grossa, desde fins do século XIX, já apresentava traços culturais evidentes. O interessante é que a principal referência em termos culturais vem de Jacob Holzmann, um russo que esteve à frente da Banda Lira dos Campos, sendo também o fundador do jornal *Diário dos Campos*. Esta afirmativa evidencia a importância da coligação das culturas apontadas por Strauss.

A população ponta-grossense, como vimos no item sobre sociedade, foi formada por diversos grupos. Desse modo, a Ponta Grossa do início do século XX era uma cidade associada à manifestação das diferentes culturas que passaram a viver na região. Entre essas, os imigrantes russos, que, na singularidade de Jacob Holzmann, produziram significativas intervenções culturais na cidade. Na análise de Ponta Grossa, consideramos pertinente as fundamentações de Strauss, pois região de passagem de tropeiros, foi procurada por imigrantes, de várias etnias, raças e religiões.

No final do século XIX e início do século XX percebe-se um ideário de cidade modelado por manifestações culturais e políticas. Já argumentamos no tópico anterior, a partir das ideias de Roque Spencer Maciel de Barros, que o Brasil conviveu a partir de 1870 com uma pluralidade de ideias advindas do darwinismo, materialismo, positivismo, iluminismo e romantismo. Argumentamos que, no nosso entendimento, o discurso que prevaleceu nas crônicas dos jornais e nas pesquisas por nós consultadas foi marcado pela linguagem positivista, com os slogans ordem e progresso.

Essa menção aparece nos discursos ao referirem-se a nova Ponta Grossa. Na linguagem dos cronistas, é uma cidade ideal que desponta. Em termos culturais, o desenvolvimento da cidade passou a ser significativo: “um teatro (1873) e uma biblioteca” (1876). (DITZEL, 2007, p.49). Tudo isso faz com que já no início do século XX, conforme já citamos acima, a cidade passasse a ser representada como uma cidade que passa a respirar um “clima urbano”.

Além disso, “a tradição dos espetáculos circenses e teatrais se estabeleceu em Ponta Grossa logo no início do século XX.” (CHAVES, 2001, p. 96). Referenciamos este aspecto na introdução do item. Esse desenvolvimento, segundo o autor, foi estimulado pela implantação da ferrovia, pois começaram, então, a permitir a passagem pela cidade “[...] desde o circo de horrores, com suas atrações bizarras, até músicos de renome internacional.” (p. 99). As bandas também marcaram épocas na cidade desde o final do século XIX:

[...] conjuntos de bandinhas como a banda do seu Camargo, a Aurora Pontagrossense, que era dirigida por Manoel Cyrilo Ferreira, e a ainda atuante Banda Lyra dos Campos, do professor Vieira Godói, famosa sob a batuta do “Russinho” Jacob Holzmänn, abrilhantaram diferentes momentos das sociabilidades locais (p. 105).

Esse desenvolvimento cultural sentido nos primeiros anos do século XX encantou cronistas que passaram pela cidade. Os cinemas, o teatro e os espetáculos, representaram, de certa forma, um desenvolvimento cultural significativo. Com eles a vida noturna pontagrossense tornou-se movimentada. Ponta Grossa, no início do século XX, foi uma cidade que possibilitou divertimento aos seus habitantes da classe alta, da classe média e também reservou espaços para as classes menos privilegiadas.

Mas, segundo Niltonci Batista Chaves, “o cinema não era o único espaço de lazer e sociabilização disponibilizado em Ponta Grossa”.

As praças eram pontos de encontro típicos da sociedade pontagrossense. Comentários a respeito delas estavam sempre presentes nas notícias publicadas no Diário dos Campos. A praça João Pessoa, localizada diante da Estação Ferroviária, constituía, nesse período, em local onde muitas famílias concentravam-se, sobretudo nas noites de verão. Nesta mesma praça a população local costumava recepcionar autoridades e visitantes ilustres que chegavam à cidade (CHAVES, 2001, p. 68).

O povo mais pobre, além desses encontros públicos geralmente se reunia nas associações, igrejas e escolas. Em tais espaços era possível de serem encontrados diversos segmentos sociais. Além disso, os vários clubes sociais existentes, alguns fundados no século XIX, representavam locais de lazer e confraternização, pois sua programação era bastante variada, contando com bailes e festas. As diversas atividades esportivas também eram presentes na vida social do povo princesino.

Outro fator de destaque na cultura pontagrossense foi a implantação de “empresas” jornalísticas. Em 13 de maio de 1893 foi fundado o jornal *Campos Gerais*. (DITZEL, 2007, p. 50). No ritmo de surgimento, em 1899 foi lançada a *Gazeta dos Campos*. (p. 50). Outro periódico lançado foi o jornal *O Escapelho* fundado em 1908. (p. 51). Todos estes jornais, bem como outros de menor expressividade que surgiram foram efêmeros. No entanto, entre todos, o que nos chama a atenção é o jornal *O Progresso*, fundado por Jacob Holzmänn em 1907, o qual permanece até hoje, mas, como se sabe, com a denominação de *Diário dos Campos*.

Esse desenvolvimento cultural de Ponta Grossa está associado à importância estratégica de sua localização. Também merecem menção outras ações dos imigrantes que

chegaram à cidade. Como um ponto de preservação da identidade cultural do grupo eles fundaram o Clube Germânia, que tinha por finalidade “unir os alemães, praticar a assistência social, organizar atividades culturais e reforçar o uso do idioma alemão. (p. 62).

Além do Clube Germânia, em 1906 foi fundado o Cine Recreio, primeiro cinema de Ponta Grossa e que funcionou até 1911. Quando encerrou suas atividades, surgiu o Cine Teatro Renascença, de propriedade de Jacob Holzmann.

Raul Gomes, na edição nº 594, de 06 de agosto de 1912, fala da “existência d' um “meio” litterario, em Ponta Grossa, não importa de que estalão”. Nesta mesma edição, o autor ainda afirma que “há na cidade 'uma imprensa com dous órgãos bem feitos, bem regidas, bem norteadas”. Esses dois órgãos, conforme Gomes são os jornais *O Progresso* e *O Correio dos Campos*. Raul Gomes faz comentários em relação à tendência desses jornais, afirmando que ambos tinham “grande circulação”.²⁹ Mas, de modo específico, ressalta a importância cultural do jornal *O Progresso*.

Devido a já sua longa existência o ‘Progresso’ tem exercido notável influência no meio pontagrossense, franqueando suas columnas para a mocidade, que nelle começou a exercitar suas pennas com produções litterarias. Diversos nomes em voga no ‘meio’ pontagrossense surgiram no ‘Progresso’, firmando escriptos sobre gêneros diversos (O PROGRESSO, ed. 594, 06 ago. 1912).

Após indicar outros aspectos da cultura princesina, Raul Gomes asseverou que muitos desses nomes são reconhecidos fora da cidade. Numa entrevista com Annita Philipowski,³⁰ Gomes inicia interrogando: “Ha em Ponta Grossa um meio literário?” Annita responde:

Creio poder responder affirmativamente. Não constituem esse meio um elevado numero de elementos, porém há entre elles alguns bastante e merecidamente considerados no mundo intellectual paranaense, e com dedicação digna de louvor mantém a folha literária que aqui se publica; e outros, que ainda principiantes, mas que pelo talento e aplicação ao estudo prometem um futuro bastante lisongeiro para a literatura pontagrossense. (O PROGRESSO, ed. 594, 06 ago. 1912).

Com relação às mulheres, a mesma Annita Philipowski afirma:

²⁹ Epaminondas Holzmann, ao comentar sobre o primeiro número do jornal, afirma que a primeira tiragem foi de meio milhar. Sequentemente, nos primeiros meses, conforme o próprio autor, a circulação girava em torno de 300 exemplares por dia. Não é possível fazer um levantamento exato do número de jornais que circulava. Mas de qualquer forma sabe-se que de início era dada preferência aos assinantes com poucas vendas avulsas.

³⁰ Annita Philipowski nasceu em 1886 e faleceu em 1967. Foi uma mulher pontagrossense que participou ativamente da sociedade princesina. Atuou no jornal *O Progresso*, onde “não se intimidava em recorrer a imprensa para participar de debates, criticar mazelas sociais, discutir o mundo feminino a partir da sua complexidade e da sua afetividade. Por décadas utilizou esse expediente, tanto em forma de versos como de prosa”(BUCHOLDZ, 2007, p. 41).

Infelizmente não. Há mesmo um número muito limitado de moças que escrevem. As senhoritas pontagrossenses dedicam-se com preferência á musica e a pintura, e creio que se pode atribuir esse desamor às letras, á critica, que essa arte a mais que todas as outras esta sujeita (O PROGRESSO, ed. 594, 06 ago. 1912).

O movimento cultural de Ponta Grossa teve como principal fonte de divulgação os jornais que circulavam pela cidade. Eles foram os principais espaços de intervenção pública de parte significativa da elite cultural de Ponta Grossa, particularmente divulgando notas sobre a cidade ou publicando seus poemas como fazia Annita Philipowski.

O grupo do jornal teve papel relevante no processo de organização de projetos culturais na cidade. Jacob Holzmänn, de origem russa, fundou *O Progresso* e teve papel de destaque na banda Lira dos Campos; Hugo Reis, natural do Rio de Janeiro, além de editor e proprietário do jornal, teve um papel significativo na divulgação do espiritismo e organização operária. Assim, a manifestação cultural da cidade foi resultado de várias colaborações e como consequência, já desde o início do século XIX, teve um desenvolvimento cultural de destaque. No próximo capítulo analisaremos a fundação do jornal *Diário dos Campos* no contexto da imprensa nacional e os principais traços dos intelectuais desse periódico.

CAPÍTULO 2

ORIGEM DO DIÁRIO DOS CAMPOS E FRAGMENTOS DAS TENDÊNCIAS INTELECTUAIS

Eis a nossa opinião sobre a imprensa: a imprensa é o povo inteiro. Não é uma representação indirecta. É directa. Qualquer homem pode vir defender nas columnas livres deste livre jornal as suas opiniões (O PROGRESSO, ed. 617, 03 out. 1912).

A passagem da epígrafe foi retirada do artigo intitulado “Sexta vez”, de Hugo Reis, no qual fez alusão aos momentos em que deixou e retornou ao periódico. Na concepção de Reis, o jornal é o espaço de manifestações de opiniões desde que elas sejam devidamente assinadas. Carlos Eduardo Vieira entende que o jornal diário “[...] é parte de uma estrutura midiática de enorme impacto e cada vez mais, diversificada ação política e cultural.” (2007b, p. 15). Por isso, “a imprensa permite uma ampla visada da experiência cidadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional.” (p. 13).

O uso de periódicos como fonte de pesquisa está relacionado às mudanças nas concepções de documento. A história da educação se manteve por muito tempo afastada destas discussões. No entanto, nos últimos anos, perspectivas em ampliação dos campos temáticos têm aberto esta possibilidade. Num diálogo com Nóvoa, Vieira afirma ainda que “[...] a imprensa é um lugar privilegiado de manifestação de diferentes vozes: ela, provavelmente, o local que permite um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que se manifestam, de um e de outro modo, o conjunto de problemas dessa área”. (2007b, p. 13).

Vilela, Silva, Pinheiro e Barreira (2004), após analisarem as possibilidades abertas pela nova historiografia, explicitam a importância dos periódicos na história da educação. No entendimento deles, esse tipo de documentação permite que se ultrapasse a mera história das ideias pedagógicas. Citando Chartier, eles argumentam que ao relocalizar o texto e o uso a que este foi submetido, o pesquisador poderá perceber os conflitos ocasionados desde sua produção até a apropriação pelos leitores. Ou seja, a utilização dos impressos permite compreender como os indivíduos produzem seu mundo social e cultural.

Ao olhar para a questão dos periódicos como fonte para pesquisa, em *História dos, nos e por meio de periódicos*, Tânia Regina de Luca demonstra que, de início, os

pesquisadores estavam preocupados em escrever a história da imprensa. Porém, ultimamente, eles têm utilizado a imprensa para escrever a História. Para que isso acontecesse seria necessário utilizar os jornais impressos como fontes documentais. E isso, como demonstra a autora, era praticamente impossível segundo os limites impostos à tradição historiográfica do século XIX. Para realizar esta tarefa, o historiador “[...] deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo.” (p. 112).

Nestas condições, os jornais estariam fora de qualquer possibilidade de servir como fonte de pesquisa para a História. Eles “pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões.” (p. 112). Essa visão depreciativa em relação aos jornais, que nesse ponto Luca compartilha com Vieira, vem a ser a importância da questão da mudança da concepção de documento, que seria questionada a partir da década de 30 quando os adeptos da Escola dos Annales passariam a reconhecer a relevância dos meios impressos nas pesquisas históricas.

Apesar de um significativo reconhecimento da imprensa como fonte de pesquisa por essa escola, a utilização dos periódicos como fonte só ocorreria pela intermediação da terceira geração³¹ dos Annales. Estes proponentes lançaram novas perspectivas para as análises históricas cujas temáticas passavam a incluir “o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens, as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História.” (p. 113).

Essa renovação temática abriu consideravelmente as possibilidades de fontes para as pesquisas em História. Além da abrangência das fontes para pesquisas, abriram-se também novas perspectivas analíticas. Os marxistas, sobretudo E. P. Thompson, seguiram na ideia de escrever uma história pela ótica dos vencidos. Assim, sair-se-ia daquela visão positivista que se baseava em documentos oficiais para escrever a história dos heróis e das grandes personalidades.

Além da abordagem marxista, outro aspecto importante foi o desenvolvimento das

³¹ A primeira geração é a dos fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, responsáveis pelo lançamento da revista *Annales de “histoire économique et sociale”* (1929). Em 1956, com a morte de Febvre, Fernand Braudel tornou-se o diretor efetivo dos Annales e ocupou lugar dos mais destacados na historiografia e no sistema universitário francês até sua aposentadoria em 1972, tendo ao seu lado nomes como Ernest Labrousse e Emmanuel Le Roy Ladurie. A terceira geração compõe-se de ampla plêiade de historiadores, entre os quais estão François Furet, Georges Duby, Jacques Le Goff, Jacques Revel, Michèle Perrot, Mona Ozouf e Pierre Nora. (LUCA; BASSANEZI, 2005).

chamadas “História Cultural”, “História imediata” e “nova história política”. Essas inovações no campo historiográfico trouxeram perspectivas abrangentes para o estudo da história. Após um amplo debate a partir da década de 70, o jornal tornou-se fonte de pesquisa histórica em longa escala. Carlos Eduardo Vieira ampliou essa concepção e entendeu o jornal além de fonte como objeto ou tema de pesquisa. Por essa razão, Vieira compreendeu que “o jornal, entendido como potente mecanismo de produção de memória, deve ser problematizado de tal forma a que o texto jornalístico seja interpretado como enunciado, isto é, como intervenção que visa demarcar e fixar formas de pensar que se expressam como valores, juízos, modos de classificação, enfim, justificativas para ação social. (2007b, p. 14).

Nesta mesma direção, Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, em *O Bravo Matutino* (1980), utilizaram o jornal *O Estado de São Paulo* como fonte única de investigação. As autoras tiveram como ponto de partida a consciência da pouca importância dada pelos historiadores à imprensa como fonte investigativa. Por isso, justificam sua investida: “a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social.” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19). Na referida obra, as autoras se detiveram no período compreendido entre 1927 e 1937, analisando especificamente os editoriais do jornal. Na conclusão da análise, verificaram que o matutino atuou como porta voz dos interesses da classe dominante paulista.

Como se sabe, utilizamos como fonte e objetivo de nossa pesquisa o jornal *O Diário dos Campos*. Mas tomando como base essas novas perspectivas acima citadas, cabe reiterar que se trata de um jornal centenário que circula até os dias de hoje, e que teve sua história iniciada pelo seguinte trecho:

[...] em 1907, novo desfalque ameaçava a banda do Jacob: com o fechamento do semanário *O Comércio*, o gráfico Jango Antunes, trombone-cantante da Lira, estava na iminência de deixar a cidade, a menos que alguém decidisse comprar o jornal e a minúscula oficina de Aldo Silva. E Jacob Holzmann topou a parada, não apenas por entender que a cidade não podia ficar sem jornal, senão ainda para não perder seu trombonista, pelo que, em 27 de abril de 1907, nascia o hebdomandário *O Progresso*, ou seja, o atual *Diário dos Campos* (HOLZMANN, 2004, p. 105).

Como se pode observar pela citação acima, *Diário dos Campos* é o terceiro nome do jornal. Primeiramente se chamou *O Comércio*, e na propriedade de Jacob Holzmann foi mudado para *O Progresso*. O empreendedor do novo veículo de comunicação de Ponta Grossa via no jornal “uma oportunidade de negócio interessante, a exemplo do que acontecia nos grandes centros. Um jornal com periodicidade, com credibilidade, com anunciantes e com

assinantes teria tudo para dar certo.” (BUCHOLDZ, 2007, p. 2).

De fato, se analisarmos pela longevidade, as perspectivas de Jacob Holzmann se confirmaram. O jornal permanece circulando até hoje. Porém quando nos concentramos nos detalhes históricos do jornal percebemos que sua sobrevivência se deu com muitas dificuldades. Prova disso é que ao longo da sua existência passaram pela editoração do jornal vários donos e vários editores. Nesta análise enfatizaremos a atuação de Jacob Holzmann, Hugo de Borja Reis e José Cadilhe. Analisaremos nas páginas seguintes a tendência destes intelectuais no contexto da história da imprensa.

2.1 FUNDAÇÃO DO JORNAL O PROGRESSO E A IMPRENSA NACIONAL

No livro *Diário dos Campos: memórias de um jornal centenário*, Alessandra Perrichelli Bucholdz faz um perfil histórico do jornal que contempla desde sua fundação até a década de 1990, quando o Jornal parou de circular por um determinado período. Assim conclui a autora:

Se o sucateamento do parque gráfico foi o responsável pela suspensão do Diário dos Campos, em 1990, a modernização tecnológica e a profissionalização no exercício do jornalismo foram os estandartes que marcaram o retorno da circulação do jornal, em 15 de setembro de 1999. A data foi escolhida a dedo, seja pelo simbolismo que representava a continuidade da história interrompida havia nove anos, no mesmo período (BUCHOLDZ, 2007, p. 148).

Dois aspectos nos chamaram a atenção no desfecho da obra de Bucholdz. O primeiro diz respeito à reinauguração do jornal. Um momento importante para a História do mesmo, uma vez que lhe dá *status* de jornal centenário. Um jornal que enfrenta dificuldades, mas vivencia uma maturidade ainda que resistindo à imponente concorrência online, pois o outro ponto que merece destaque está inerente ao sucateamento do jornal. Os pequenos periódicos sempre tiveram muitas dificuldades de se manterem na dura competição com os grandes jornais. De modo geral, receberam por preços menores equipamentos que para esses jornais das grandes cidades já estavam ultrapassados.

Cabe ressaltar que nesta pesquisa não tivemos a incumbência de analisar a História recente do jornal. Apesar de não ser um tempo histórico tão afastado assim, remontamos nossa análise às suas origens de fundação. Raul Gomes sintetiza informações sobre a

imprensa ponta-grossense:

Há na cidade uma imprensa com dois órgãos bem feitos, bem redigidos, bem norteados.

O mais antigo é O Progresso, propriedade e direção do Dr. Elyseu Campos Mello.

Esse órgão foi fundado há 5 anos, em maio de 1907.

Imparcial e dedicado à defesa dos interesses municipais, desobriga-se com brilho de sua missão.

De formato grande, bem impresso, oferece leitura aproveitável e variada. Circula trisemanalmente e conta com um numeroso e distinto corpo de colaboração onde figuram os nomes dos drs. Flaviano Silva, Octávio Toledo, Oliveira Ramos, Paula Braga, Jeronymo Cabral, que o dirigiu por muito tempo [...] O Progresso tem uma história que registra um passado de lutas e agitações (O PROGRESSO, 06 ago. 1912).

No ano de 1912, quando Raul Gomes escreveu suas crônicas, o jornal encontrava-se sob direção e propriedade de Elyseu Campos Mello.³² Ele teve uma participação significativa na história do jornalismo da cidade e, como demonstrado acima, quando Hugo Reis e Jacob Holzmann se ausentaram do jornal por um breve período, ele assumiu a direção do periódico. Ainda relacionado à fundação do jornal, transcreveremos um texto escrito por Jacob Holzmann intitulado “A imprensa”, no qual ele rememora a fundação do periódico:

Em princípios de 1907 germinou no meu fraco cérebro a idéia de fundar em Ponta Grossa um jornal semanal, cuja necessidade era comentada por todos. Sem entender do ramo, estudando com optimismo e superficialmente o assumpto, tirei a conclusão de prestar um serviço a nossa cidade, esperando a par desse interesse moral, tirar também vantagens pecuniárias que compensassem meu trabalho. A desilusão não se fez esperar. [...] Ao fim de 04 anos consegui desempatar o capital, perdendo o meu trabalho (O PROGRESSO, 17 abr. 1921).

Jacob Holzmann lançou um empreendimento cercado de muitas expectativas, as quais giravam em torno de dar à cidade um meio de comunicação; e também em conseguir bons negócios. No fim, o que se nota é que Holzmann não conseguiu nem sequer recuperar o capital empregado, repassando seu jornal a empreendedores como Elyseu de Campos Mello. Apesar disso, a fundação do jornal foi um período histórico que marcou a transição da passagem de um século para o outro e cuja definição explica bem esse momento relacionado à consolidação da imprensa. Para nos localizarmos na sua transformação, principalmente a brasileira, antes que entremos em detalhes referentes à fundação do jornal propriamente dito,

³² Era militante do Partido Republicano conservador. Foi vereador por duas vezes em Ponta Grossa, e Deputado Estadual por duas legislaturas, além de Prefeito Municipal da gestão de 1928. Elyseu de Campos Mello foi durante alguns anos proprietário do jornal *Diário dos Campos*. Em 1921, quando Hugo Reis deixa efetivamente o jornal, Elyseu de Campos Mello estava entre os sócios-proprietários, conjuntamente com Vitor Antônio Batista e Felizardo Toscano de Brito.

vamos fazer um breve percurso pela história da imprensa nacional.

No Brasil, Nelson Werneck Sodré foi um dos primeiros a pleitear um estudo desta envergadura. É de autoria deste autor o pioneiríssimo *História da Imprensa no Brasil*. Todavia, se quisermos alongar este percurso historiográfico, um livro bem convidativo e que remonta as origens da imprensa é *Mídia e Modernidade*, de John B. Thompson. Este autor analisa não só a imprensa, mas os meios de comunicação como um todo, interferindo na transformação espacial e temporal dos relacionamentos humanos.

Não desmerecendo os autores acima citados, que são importantíssimos para um entendimento mais amplo da história da imprensa, neste trabalho tomamos como principal referência *História da Imprensa no Brasil*, organizada por Tânia Regina de Luca e Ana Luiza Martins. (2008).

A viagem histórica do livro inicia já na introdução com os apontamentos das próprias autoras, que têm como ponto de partida a chegada da família real ao Brasil em 1808. Nesta época já circula de forma clandestina o jornal *Correio Brasiliense*, que não era impresso no Brasil. Seu público, como nos jornais fundados subsequentemente, foi a elite colonial e posteriormente a imperial. Sobre esta questão assinalam as autoras:

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da colônia em Império e participar intensivamente do processo. A imprensa é a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a construção do passado. (2008, p. 8).

Relacionado à construção do passado, há apontamentos inerentes às dificuldades em trabalhar com os periódicos impressos. Em primeiro lugar, “os trabalhos sobre imprensa no Brasil têm se voltado para análises pontuais e fragmentadas, por vezes pensadas em amplo espectro, mas que acabam interrompidas e inconclusas pela inviabilidade da magnitude empreitada.” (p. 14). De fato, os periódicos dependem de um volume imenso de material devido à sua contingência. Exatamente por isso, “[...] os tratamentos persistem sob a forma de recortes isolados, coletânea de textos e aportes variados sobre a temática.” (p. 14).

Na pesquisa que desenvolvemos houve a sensação da maior parte dos apontamentos feitos acima. A fragmentação do jornal, resultante da falta de qualidade na preservação, somada às grandes quantidades que não foram guardadas, tornam muitas vezes o uso inadequado das fontes de forma involuntária. Ou seja, por mais que haja uma boa pretensão do historiador para usar o material, ele não consegue por impedimentos materiais.

O primeiro jornal surgido no Brasil foi o *Correio Brasiliense*. Mas este não gozava de boa reputação, pois tinha o rótulo de clandestino. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, fundada no mesmo período, representou o jornal oficial do Estado brasileiro. Foi uma imprensa cuja circulação se dava sob tutela do Estado.

Posteriormente, surgiram outros jornais. Não cabe a nós os elencar neste espaço. Mas o livro *História da imprensa no Brasil* traz detalhadamente a relação desses periódicos, cabe dizer muitos deles efêmeros. Um fator importante na era dos jornais brasileiros e que nos chamou a atenção é a questão da opinião pública.

Com relação a isso, Reis afirma que “ella é quem faz a religião, a sciencia, a arte”. (O PROGRESSO, ed. 273, 16 jun.1910). Na continuidade da sua argumentação, enfático, afirma ainda que

Só a Ella nos inclinaremos reverente porque na soberania colletiva está inclusa a nossa própria soberania. Somos um órgão soberano. De um povo soberano. A política professada por este jornal defini-se pela escola da autonomia moderna; Política é a sciencia de administrar a riqueza pública.

Opinião, no entendimento de Reis, seria a oportunidade de manifestação pública no espaço do jornal. Contudo, o entendimento desde conceito vai mais além. No texto “Os Primeiros Passos da palavra imprensa”, Marco Morel faz algumas interrogações a respeito disso. “Mas afinal, o que significa esta expressão?” (MOREL, 2008, p. 33). Na resposta: “há quem a tome de forma literal como personagem ou agente histórico dotado de vontade, tendência e iniciativa próprias.” (p. 33). Mas no geral, e o autor é muito conciso na resposta: “a expressão opinião pública é polissêmica – também polêmica.” (p. 33).

Formação da opinião das pessoas. Fazer com que elas criem polêmicas em determinadas questões, talvez seja essa uma das principais imposições dos meios de comunicação impressos. A chamada opinião pública não é recente no jornalismo e suas principais características datam das duas primeiras décadas do século XVIII na Europa. Carlos Eduardo Viera (2007b) argumenta que o conceito de opinião pública está associado à questão da modernidade. Partindo deste princípio, conforme Vieira, “a modernidade foi concebida pelos seus principais arautos como a ação edificante da razão que – por meio da ciência, da tecnologia, da instrução e das políticas sociais - universalizaria um novo modo de pensar e agir.” (p. 19). Nesse aspecto, os jornais representariam um importante aliado, não só no papel de incentivador de manifestações pedagógicas, como ainda exerceriam a importante função de polemização. Por isso, a imagem da imprensa, tanto ontem como hoje, estava

associada ao seu poder de influenciar a sociedade, de formar a chamada “opinião pública”³³. Segundo Asa Briggs e Peter Burke, “genericamente, os jornais contribuíram para o aparecimento da opinião pública, termo que tem seu primeiro registro em francês por volta de 1750, em inglês em 1781; e em alemão, em 1793.” (p. 78). Jürgen Habermas também aborda a questão da opinião pública a partir da automização da esfera pública. Segundo o autor, o jornal dos tempos modernos, principalmente a partir do século XVIII seguiu engajado nas lutas em prol da afirmação dos valores burgueses. Nesta perspectiva, uma das principais finalidades da nova imprensa seria obter lucros econômicos. Com relação à opinião pública, Habermas entende que o sujeito é o público enquanto portador de opinião pública. Neste aspecto, os jornais tiveram papel fundamental, pois “passaram de meras instituições publicadoras de notícias para, além disso, serem porta-vozes e condutoras da opinião pública, meios de luta da política partidária. (HABERMAS, 1984, p. 214). O autor conclui que o editor de jornal passou de vendedor de notícias a comerciante com opinião pública.

Continuando com Marco Morel, antes da incursiva no campo político, os jornais brasileiros têm um destacado papel na divulgação da literatura. “Havia uma relação estreita dos livros com os jornais periódicos, até porque ambos podem ser definidos como imprensa.” (MOREL, 2008, p. 37). Divulgando o que de mais novo se construía na Europa e nas Américas, através das ideias de autores que publicavam em suas páginas, os jornais consolidaram a opinião, acelerando de certa forma, as independências nas Américas, inclusive no Brasil. Depois da independência,

Os jornais do período inicial constituíam, em alguns casos, através de várias redes de sociabilidade, dentro das condições da época, formadas no Brasil recém-independente que buscava se construir em nação. Não se deve negligenciar dentro desses laços que se articulavam (criavam, mantinham ou refaziam), com densidades desiguais, uma forma de associação bastante específica em suas características, embora articulada com as demais: as redes das sociabilidades pela imprensa periódica. Essa pode ser considerada um palpável agente histórico, com sua materialidade no papel impresso e efetiva força simbólica das palavras que fazia circular, bem como dos agentes que a produziam e dos leitores/ouvintes que de alguma forma eram receptores e também transmissores de seus conteúdos (MOREL, 2008, p. 41).

³³ A questão da opinião pública é estudada de forma aprofundada na obra *Mudança estrutural da esfera pública*, de Jürgen Habermas (1984). Nesta obra, a questão da esfera pública tem como ponto de partida aquilo que Habermas chama de esfera pública burguesa. Nesta questão, o autor se detém nas transformações históricas do objeto nos países da Europa, sem descuidar do tipo de representatividade pública preconizada na Idade Média. Mas de certo modo, a gênese da esfera pública burguesa remonta “com o capitalismo financeiro e mercantil, que a partir do século XIII se expande dos Estados do Norte italiano para Europa ocidental e setentrional [...]” (HABERMAS, 1984, p. 28). No século XVIII a esfera pública é caracterizada por várias esferas sociais: esfera pública burguesa, a esfera pública literária. Estas esferas têm como principais instituições, os cafés e chás; lojas maçônicas, teatros, lojas, revistas e jornais impressos entre outras.

Em termos numéricos, não eram muitos os leitores assíduos dos jornais. Mas através desses leitores é que se formou um campo de interatividade, que fazia com que os conteúdos expressos nas páginas dos jornais se configurassem como os grandes responsáveis pela formação da opinião pública. Assim, aos poucos, o jornal se impunha para a comunicação oficial de atos do governo, para a conexão entre as províncias e o poder central e – a despeito do quadro urbano incipiente – para o consumo de proprietários rurais que edificavam casa na cidade, visando alguma protagonização no teatro da política imperial.

O jornal que vai se definindo no final do século XIX, apresenta-se com uma riqueza de conteúdo considerável. Muitos escritores desfilam com textos que se inserem nos vários campos, indo da poesia, teatro, ficção, filosofia, história e naturalmente, no da imprensa. Toda esta transformação pôde ser interpretada como a modernização que dava seus primeiros toques de aparência no Brasil. A inauguração da ferrovia, em 1854, representou de certa forma a agilidade na distribuição da notícia.

Em *Imprensa em tempos de Império*, Ana Luiza Martins (2008), analisa os meios impressos no período imperial. O que nos interessa neste estudo é o período de declínio do Império analisado pela autora e, seguindo suas argumentações, já no final do século XIX, incrementado, sobretudo, pelos ideais republicanos, as temáticas da imprensa giram em torno de temas recorrentes: “as crises entre igreja e o Estado (a chamada questão religiosa); a insatisfação dos militares para o Império (a chamada questão militar e a campanha da abolição.” (MARTINS, 2008, p. 73).

No caráter transformista da sociedade e da política, a imprensa brasileira atua também de forma inovadora. Após a Proclamação da República, esse jornalismo

[...] se transformaria em imprensa republicana, agente do projeto civilizador, secularmente acalentado. **Nela, estamparam-se à exaustão as idéias e imagens do progresso pretendidas pela nova ordem. Ao lado da política, a urbanização foi um de seus grandes temas**, veiculada pela festejada modernização do aparelhamento jornalístico, com novas oportunidades tecnológicas para a produção e reprodução do texto e da imagem, em que desdobrou a estética literária parnasiana e moldurada por guirlandas art-nouveaux. Conglomerados jornalísticos consolidaram-se naqueles anos eufóricos, introduzindo novas relações no mercado do impresso. O debate político, a veiculação do quadro econômico e a exaltação das transformações urbanas foram conduzidas pela propaganda e pela publicidade, que se profissionalizavam, a serviço de grupos estrangeiros e dos primeiros governos republicanos [...] frase de ordem: o Brasil civiliza-se (MARTINS, 2008, p. 79/80, grifo nosso).

No período de 1889 a 1930, os discursos da imprensa se centraram basicamente numa sociedade que buscava incisivamente o progresso. Este discurso pôde ser discutido no

primeiro capítulo, no qual não só a cidade como a população são vistas de forma idealizada. A imprensa torna-se grande imprensa, otimizada por uma conjuntura favorável. Essa transformação apóia-se basicamente no tão propagado incentivo à alfabetização (que será analisado no 3º capítulo), à insurgente indústria do papel e ao aparecimento do telefone e telégrafo, que se configuraram como agilizadores do processo de transmissão dos dados que eram elaborados pela redação. A alfabetização, aliás, pedra de toque para os republicanos, somou para a formação do leitor, que encontrou nos periódicos o suporte preferencial para o exercício da leitura e das letras.

As transformações no campo da comunicação impressa seguiram também os contextos social político e econômico da sociedade brasileira. Essas transformações, sem sombras de dúvida, aconteceram em maior proporção nos grandes centros urbanos brasileiros. Ponta Grossa, na passagem do século XIX para o século XX, ainda apresentava-se como uma cidade em processo de formação. Coube à imprensa, neste período, um importante papel na veiculação de representações aceitas pela sociedade em geral.

O jornal *O Progresso* foi fundado em 1907 como já nos referimos anteriormente. Resultado do insucesso de muitos jornais que apareceram na cidade, *O Progresso* é uma extensão do jornal *O Comércio*. Com dificuldades para continuar e na iminência de fechamento, Jacob Holzmann o adquire e lhe batiza com esse novo nome. Nessa época, segundo os comentários de Epaminondas Holzmann, em sua obra, *Cinco histórias Convergentes*: “Ponta Grossa de setenta anos³⁴ atrás era, por assim dizer, um minúsculo ponto branco, perdido no alto do outeiro dos Campos Gerais, sem ligação ferroviária com a capital [...] e no terreno da imprensa, seu atraso era contestado.” (HOLZMANN, 2004, p. 261). *O Progresso* se firmou ao longo da primeira metade do século XX como principal órgão da imprensa ponta-grossense.

Nesta visão, o jornalismo ponta-grossense surge atrelado a alguns fatores de modernização que a cidade passava a conquistar. Holzmann fez um histórico da origem do *Diário dos Campos*. Primeiramente foi instalada uma oficina pertencente ao republicano Albino Silva. Desta resultariam a impressão do *Jubileu Operário*, *Ponta Grossa* e *O Pigmeu*. Mais tarde em 1904, foi fundado *O Comércio* de Aldo Silva. Este jornal, como comentado acima, foi comprado por Jacob Holzmann, em 1907 e transformado em *O Progresso*. Epaminondas Holzmann transcreve a fala de Jacob em relação à fundação do jornal:

³⁴ A primeira edição de *Cinco histórias convergentes* data de 1966.

Acho oportuno relembrar aos meus contemporâneos a estabilidade do primeiro jornal de nossa cidade. Digo nossa porque aqui me criei e nela resido há vinte e oito anos. Como entusiasta e franco atirador dos propagandistas de Ponta Grossa, por diversas vezes me vi em sérios apuros quando, em viagens, apregoava o progresso e o futuro da cidade onde constituíra família. Quase sempre, no auge da conversação elogiosa, os que não conheciam nossa cidade perguntavam-me: - Temos indústrias? - Estão em formação. - Temos boa viação? - Temos a melhor do Estado, além de outras que fatalmente virão. - Temos comércio? - Em franca prosperidade. Quantos jornais há? São diários? (Aqui é que Jacob embatucava...) - Não temos nenhum. Já tivemos, mas se acabaram. (p. 264).³⁵

Este trecho traz uma passagem longa, mas que expressa um sentimento positivo em relação aos aspectos de desenvolvimento da cidade. Jacob Holzmann demonstra, acima de tudo, uma expectativa muito grande em relação ao que a cidade poderia vivenciar em termos de progresso. No entanto, sua postura é totalmente embaraçosa quando ele se vê indagado em relação aos jornais da cidade. Pudemos sentir pelo contexto da imprensa no Brasil que desde a chegada de D. João vínhamos caminhando num processo ascendente de desenvolvimento da nossa imprensa. Esse desenvolvimento ainda não era sentido em Ponta Grossa, como também ainda não o era pela maior parte das cidades interioranas, que ainda não tinham sua imprensa formada.

Certamente, todos estes questionamentos estimularam Jacob Holzmann a estabelecer um jornal em Ponta Grossa. De espírito empreendedor, suas atividades se espalharam por vários ramos de negócios na cidade princesina. De fato, em 1907 ele se apossava do jornal e com longas e infundáveis batalhas fez de tudo para resistir aos ímpetus contrários ao desenvolvimento do jornalismo em Ponta Grossa. Sobre a fundação do jornal:

Finalmente, no dia 27 de abril de 1907, a cidade amanhecia engalanada de esperanças: nascia o jornal do Jacob, o hebdomadário O Progresso, que nada mais é do que o cinquentenário Diário dos Campos, o segundo órgão publicitário em idade no Estado do Paraná.

A tiragem foi de meio milhar, não só para a localidade como para fora. Fizemos a expedição para Curitiba e todas as praças do interior; e até no exterior foi parar o jornal, com a remessa de um exemplar a Henrique Holzmann, residente na Argentina. (p. 267).

Aldo Silva foi o primeiro redator do jornal. Assim “O progresso, que nasceu num pequeno quarto da antiga residência de Manoel Cirilo Ferreira, na Rua 7, era impresso numa pequena edícula, e numa prensa das primeiras que surgiram no país e, por certo, aposentada deste os tempos de Gutemberg [...]” (p. 267). Inicialmente, o jornal começou a ser editado

³⁵ No original, esta passagem é narrada em forma de diálogo. Optamos, por questões estéticas, citá-la de forma corrida e textual.

semanalmente. Em 1908, no entanto, passou a circular três vezes na semana. Outra mudança aconteceu no campo editorial, pois João Dutra passou a ser o novo editor do periódico. Com *O Progresso*, a imprensa ponta-grossense consolidou-se.

A virada na história jornalística da cidade e da história do jornal aconteceria de fato, com a chegada de Hugo Reis. Ele foi o primeiro anunciante do jornal. Experiente na área jornalística nos grandes centros urbanos, a iniciativa publicitária foi um marco singular de Reis e mudou a configuração estilística do jornal. A partir de então poderiam ser vistos em suas páginas os principais nomes do comércio, indústria e personalidades da cidade.

Além de trazer a novidade para o jornal, Hugo Reis, “[...] passou a colaborar num órgão editado pelo centro anticlerical³⁶ de Ponta Grossa, e pouco depois, em 02 de abril de 1909, edificou o semanário “A Vedeta”, de Parceria com Vicente Postiglione.” (p. 271).

No ano de 1909, foi fundado na cidade um jornal de oposição. Tratava-se do *Jornal do Paraná*. Esse jornal tinha como proprietário Abrão Glasser e seu primeiro editor foi Generoso Borges. Com a criação desse jornal iniciou-se uma briga de tendências editoriais. Há indícios de violências físicas praticadas pelos integrantes do *Jornal do Paraná* contra os jornalistas de *O Progresso*. Por exemplo, o “velho Dutra, foi agarrado pelos braços e pelas pernas, espancado e impiedosamente arrastado para a praça pública.” (HOLZMANN, 2004, p. 274). Essa briga inicia bem antes da fundação do *Jornal do Paraná* e “se deu pelo embate, que principalmente João Dutra vinha travando contra a construção da estrada de ferro entre São Paulo e Rio Grande³⁷.” (p. 271).

O referido veículo recebera o apoio de muitos políticos e cidadãos de Ponta Grossa e tinha como objetivo fazer frente a *O Progresso*, especialmente a Hugo Reis e João Dutra, os redatores. Holzmann afirma que “Hugo dos Reis, então secretário do jornal, escreve: “Há poucas horas disse aqui ao colega Aldo Silva: um jornal que não agita a opinião não presta para nada”. (p. 273). Depois do fato houve uma grande revolta nos setores que apoiavam o jornal. Liderados pelos coronéis Henrique Thielen e Eugênio Grisand, muitas pessoas de destaque social saíram em defesa de *O Progresso*, obrigando aos agressores a viajarem para Curitiba e aos capangas a saírem da cidade.

³⁶ Trata-se do jornal *O Escapello* (1908), de caráter anarquista e anticlerical, vinculado ao Centro Livre Pensador (grupo formado por intelectuais do início do século com o ideal do livre-pensamento e de concepções racionalistas), e contava com artigos de Hugo dos Reis, Teixeira Coelho, Gigi Damiani (anarquista italiano que passou pela colônia Cecília em Palmeira (PR), escreveu para jornais em Curitiba e São Paulo, e foi expulso do Brasil em 1919).

³⁷ A princípio foi uma questão política e pessoal. Já afastado da estrada de ferro, João Dutra andava às turras com o Dr. Sengés, engenheiro fiscal do governo junto à linha férrea São Paulo-Rio Grande.

A violência promovida contra os jornalistas de *O Progresso* viria, de certa forma, revelar o prestígio do jornal na cidade. “Muitos foram seus defensores.” (p. 275). Dez meses depois outro atentado foi praticado contra o jornal. Desta vez, ao chegarem para trabalhar pela manhã, os gráficos encontraram a porta arrombada com os equipamentos danificados e espalhados pelo chão. Após isso, Hugo Reis deixou por várias vezes a redação do jornal com voltas esperançosas, como é possível de ser percebido observando o trecho seguinte, que se trata da sua sexta reapresentação como editor.

É quase supérfluo o apresentarmo-nos, pela sexta vez, na redacção de uma folha paranaense.

Jamais, porém, o fizemos com tanta satisfação. Pisamos um terreno preparado, longamente preparado. Aramos a terra, com pertinácia, com afinco; regamol-a com o nosso suor, e com os detritos das idéias mortas adubamos o canteiro das idéias vivas; que neste jardim desabrochem rosas magníficas de ouro e branco, domadas pelo espírito, brancas pela consciência (O PROGRESSO, ed. 617, 03 out. 1912).

Pela citação é perceptível o fator que impulsionou Hugo dos Reis. Certamente o trabalho e o entusiasmo foram as principais características apresentadas pelo intelectual. Dessa forma, em 1915, Hugo Reis retornou como proprietário. No entendimento de Jacob Holzmann,

Na ocasião da venda ainda pensei que o negócio em poucos annos melhoraria forçosamente, devido ao progresso material e moral de Ponta Grossa. Outra illusão que se desfez sim por que por uma fatalidade até hoje não pude desligar-me completamente do jornal e dos jornalistas, daquelle pelas acções de associado e deste pelos momentos de perseguições que de vez em quando soffrem, occasiões em que todo o homem integrado nas suas faculdades, não pode deixar de prestar o seu auxilio moral aos jornalistas de valor, cuja vida é consagrada ao bem público (O PROGRESSO, 17 abr. 1921).

Ilusão e mais ilusão. Já observamos as expectativas frustradas de Jacob Holzmann na fundação de seu jornal. Entretanto, em cada nova situação esta ilusão reavivava. Mas de certa forma, o que se nota é uma teimosia de Jacob, não só pelo desejo que tinha de ver um periódico circulando na cidade, mas também pelo laço de afetividade que mantinha com os profissionais que com ele trabalhavam. Com Hugo Reis, o jornal sofreu significativas mudanças no seu quadro editorial, desde 01 de janeiro de 1913 já tivera seu nome mudado para *Diário dos Campos*. Como proprietário, Reis permaneceu até 1921. Neste período o jornal passou por uma sucessão contínua de crises. Falta de assinantes, indisponibilidade de patrocinadores, tecnologia sucateada, além da oposição de pessoas que sempre discordaram da posição crítica de Reis. Enfrentando todas essas circunstâncias ele foi obrigado a se

desfazer desse periódico.

O jornal foi comprado por Elyseu Campos Mello e Capitão Vitor Antônio Batista em 02 de setembro de 1921. Nessa época, Toscano de Brito deu início à editoração do jornal. Com relação a isso vemos a descrição de Bucholdz:

A transição do Diário dos Campos de Hugo dos Reis para o grupo ligado a Elyseu de Campos Mello, Toscano de Brito e José Cadilhe aconteceu no dia 02 de setembro de 1921, e ela pode ser percebida pela nova linha editorial assumida [...] O novo grupo promoveu uma reformulação gráfica, com adoção de novo padrão tipográfico para o título. O redator chefe, José Cadilhe, deu o tom da nova linguagem, mais literária, dramatizada e, algumas vezes, polêmica. O papel da imprensa foi definido como o de porta-voz da verdade e sentinela da ordem (2007, p. 66).

Já na edição 2881 de 10 set. 1921, o jornal transcreveu um artigo que foi publicado na *Gazeta do Povo* e que destacava a mudança editorial do jornal.

Acaba de sofrer radical mudança na sua linha de acção em nosso presado collega da cidade de Ponta Grossa o “Diário dos Campos”. Passando a direcção do dr. Toscano de Brito, o órgão campesino traçou-se um programma de actividade na política estadual, em defesa das causas das reivindicações de justiça e de moralidade necessárias a o alevantamento das nossas verdadeiras efficiencias políticas e intellectuaes, há tanto atiradas no ostracismo pelos açambarcadores da situação. É mais um forte reducto que se ergue para a nossa campanha da nossa grandeza como povo e como Estado.

Jacob Holzmann também comentou este momento:

Mas hoje ao iniciar-se o 15º anno de publicação do primeiro jornal que conseguiu manter-se atravez de todos os obstáculos ainda verifico-que o nosso adiantamento moral está muito aquém do material. Ainda não se compreendeu entre nós que dos jornaes bons e jornalistas bons deve se preferir estes (O PROGRESSO, 17 abr. 1921).

Observamos pelo trecho de Holzmann que, desde o início, o jornal se mantinha apenas na expectativa de crescimento. Foi assim quando esteve em suas mãos. Na época de Hugo Reis o jornal não conseguiu firmar-se também como um empreendimento que tivesse retornos financeiros, ou pelo menos que pudesse manter um bom padrão de circulação. Por fim, em 1928, José Cadilhe deixou a direção do jornal e a empresa foi assumida por Campos Mello. Elyseu Campos Mello a gerenciou até 1931. Desse momento em diante, o jornal passou a vivenciar um período de certa estabilidade, sob a coordenação de Juca Hoffmann ou José Hoffmann. Terminamos, portanto, o ciclo gerenciado pelos intelectuais por nós analisados.

Neste tópico discutimos sucintamente a história da fundação do *Diário dos Campos* à

luz da história da imprensa nacional, e que marcou época na imprensa ponta-grossense. Durante vários anos foi o único órgão da imprensa local atuando na formação da opinião pública, e só mais tarde outros jornais foram surgindo. O *Diário dos Campos*, como mencionamos na introdução do tópico, circulou até 1990 quando teve suas atividades encerradas. O jornal voltou a circular em 15 de setembro de 1999, e a partir de então reconquistou espaço como o principal jornal da cidade. No próximo tópico analisaremos a atuação dos principais editores e proprietários do jornal: Jacob Holzmann, Hugo Reis e José Cadilhe.

2.2 INTELECTUAIS E SUAS TENDÊNCIAS

Na edição 617 de 03 out. 1912 de *O Progresso*, Hugo Reis expressava sua opinião sobre a imprensa³⁸:

Eis a nossa opinião sobre a imprensa: a imprensa é o povo inteiro. Não é uma representação indirecta. É directa. Qualquer homem pode vir defender nas columnas livres deste livre jornal as suas opiniões. Todavia... já se sabe, exigimos a assignatura.

O nosso programma é o commercio. Jornal feito pelo commercio e pela industria, por elles e para elles vivemos. Só assim faremos a verdadeira politica: - a economia. Traçaremos discursos a Balfour ou a Chamberlai, tanto se nos dando seja este ou aquelle o ephemero detentor do poder, tentando guiar os factores biológicos da formação de uma colectividade, quando é certo que não há forças humanas capazes de contraporem-se aos factos positivos da sociologia que pela história se repetem em cada grande povo que honrou o planeta.

Hugo Reis tinha uma concepção jornalística democrática. No seu entendimento, o jornal pode ter a participação dos leitores desde que esta seja assinada. Este posicionamento pode ser contrariado à medida que, como veremos no terceiro capítulo, muitos dos artigos circulados não foram assinados, pelo menos no que se refere a textos transcritos. No entanto, uma característica importante percebida nesta citação trata-se do caráter comercial do jornalismo na concepção de Reis. Segundo este intelectual, o programa do seu jornalismo é o comércio e a indústria porque o jornal vive por eles e para eles.

Jacob Holzmann também expressou sua opinião sobre o jornal em texto publicado na edição que circulou na data de 17 de abril de 1921.

³⁸ Não localizamos editoriais ou notas assinados por José Cadilhe, que expressassem sua concepção de imprensa. Por isso não a fizemos.

Geralmente se entende por jornaes bons os bem impressos com bastante material redacional. Jornalistas bons muitos entendem serem aqueles que agradam a todos (o que é humanamente impossível) distribuindo a mancheias, adjectivos elogiosos a pretexto de qualquer motivo, enquanto não dão valor aos jornalistas que por um ideal de paz e concórdia consomem a sua existência em prol dos vitaes interesses da communhão. [...] No meu fraco entender eu prefiro os jornalistas dignos aos aparentes jornaes bons. Nós aqui não experimentamos em toda a sua plenitude os effeitos de jornalista chantagistas e podemos fazer todo o possível para nunca os conhecer.

No fragmento, Holzmann ressalta a importância do bom jornalista em detrimento do conteúdo. No seu entender, é mais importante um jornalista digno com a profissão do que aquele que tenta agradar a todos com artigos elogiosos. Dois posicionamentos sobre a imprensa: o de Hugo Reis, que exprime um carácter democrático, mas não nega o patrocínio da indústria e do comércio; e o de Holzmann, que demonstra certo apego ao carácter do jornalista. Neste tópico a nossa principal tarefa será evidenciar fragmentos da tendência dos intelectuais por nós analisados.

Hugo de Borja Reis foi o intelectual, entre os que analisamos, que mais atuou como redator do jornal. Foram mais ou menos doze anos, com algumas interrupções como demonstrada pela sexta apresentação que fez no jornal. Nestas condições, como podemos definir o intelectual e suas tendências no *Diário dos Campos*? Esses intelectuais representaram na suas atuações diferentes faces. Num primeiro instante, e já demonstramos na introdução dessa dissertação, manifestava neutralidade em relação à política e à religião. Esta postura foi contestada em vários aspectos, como por exemplo, nos “atentados” praticados contra o jornal, na atuação de Hugo Reis na causa espírita e na divulgação de eventos praticados por esta doutrina ou na própria dependência relacionada ao comércio, conforme as palavras de Reis.

Na edição que circulou em 21 jul. 1917, Hugo de Borja Reis, num artigo denominado “Diário dos Campos” expressa o carácter intelectual do periódico.

Intellectualmente, o “Diário dos Campos” tem a honra de contar entre seus amigos sábios da América e da Europa, que estudam o Espiritualismo Científico, e que estudam a sociologia decorrente. Neste último capítulo o “Diário dos Campos” terá, no futuro de entrar para a História do Brasil. Foi o primeiro organizador de um Programma político baseado nas doutrinas do neo-christianismo, e como este tem que vencer e dominar fatalmente, esse programma será para a Republica Socialista de amanhã, o mesmo – dadas as proporções – que o Manifesto de 70 foi para a actual Republica brasileira. No terreno scientifico a doutrina da irradiação da luz astral, e da luz espiritual, assegurarão ao “Diário dos Campos” um lugar no futuro campo da Sciencia. Todas estas coisas podemos asseverar sem vaidade. O homem – mesmo o mais illustre não passa de um receptáculo réles de entidades que estão acima delle; quanto mais ou menos illustre, como nós do “Diário”. Través estas doutrinas philosophicas e discussão scientificas a cidade já tem quem conhecer

nestes centros afastados, e cada vez ficará mais conhecida com a irradiação, penetração e vulgarização dessas idéias doutrinárias. Ve-se, pois, que nesse, como em todos os outros terrenos do jornal, de tudo resulta uma grande propaganda para Ponta Grossa.

A ressalva feita por Reis na transcrição acima refere-se a um compromisso jornalístico relacionado ao Espiritismo Científico. Nesse posicionamento, seu jornalismo atenderia aos princípios doutrinários do neocristianismo. Logo, sua postura ideológica pôde ser identificada com a socialista espírita. Por essa razão, a perspectiva de Reis é de uma fé imensurável no futuro. Além disso, sua intenção é de que a doutrina espírita seja conhecida através do discurso do jornal.

Hugo Reis em “Uma lição de liberdade de imprensa”, publicado em 11 nov. 1919, comenta que

Certamente, os signatários não pensaram que a sua carta fosse estampada nestas columnas. Pois foi, e aqui ficará figurado para sempre, podendo servir de documento de uma época, para o historiador do futuro. Saberá então este historiador, que o “Diário dos Campos” era um jornal completamente livre. Saberá este pesquisador dos factos históricos que essa modesta folha paranaense, sem coacção legal, adoptara as leis da França, no tocante à resposta, que nesse paiz europeu, todo o cidadão atacado por uma gazeta, tem direito em de usar em sua defeza, nessa mesma gazeta. Inteirar se á que para todas as pessoas que por elle se julgarem offendidas reservava o jornal um espaço de 20 linhas para o interessado defender-se. Comprenderia o antiquário que essa folha se guiava por uma orientação filosofica, pairado acima da politica. Verificaria que o telegrammas tinham sido verdadeiros, representando, não só a opinião de uma partido, contrário ao então dominante, mas a opinião de quase toda a gente independente, que não fosse como o signatários da carta transcripta, políticos apaixonados . E então o historiador sorriria, bondosamente. Porque, se dava a liberdade a essa parcella do povo, e esse pugillo do povo não queria a liberdade; porque, se facultava a tribuna livre a essa fracção das populações, e essas gentes não queriam a tribuna livre; porque, se defendia o direito dos pobres e dos oprimidos, e por estes, não havia a piedade e a compaixão que levava tal jornal a defender os; porque, esse jornal defendendo o commercio dos impostos, a indústria contra o açambarcamento de transportes, as religiões contra a opressão do poder, a Republica contra o desvirtuamentos do regimen – a liberdade, em fim – havia de contar com a ingratidão.

Neste artigo, Hugo Reis recebe uma carta de assinantes indignados com a publicação no jornal de telegramas vindos de Curitiba. No entendimento destes leitores, o *Diário dos Campos* estava publicando mentiras escandalosas e, devido a isso, queriam suas assinaturas canceladas. Hugo Reis, nessa situação, além de publicar a carta de cancelamento de assinatura no *Diário dos Campos*, comentou sobre a liberdade de imprensa, a qual enfatiza o intelectual, que será um ponto importante de observação pelos historiadores que pesquisarem sobre o periódico.

Percebemos por estas incursões algumas peculiaridades que identificaram a tendência do jornal e dos intelectuais que o dirigiam. Uma delas é a de liberdade de opinar no periódico,

lembrando que desde que com assinatura; e a outra é a liberdade de manifestação do jornalista, das suas opiniões vinculadas ao direito de respostas. Além da liberdade do leitor de opinar e responder as críticas, a outra característica refere-se à moralidade do jornalista em relação a conteúdos demagógicos e que se voltem aos interesses pessoais. Este é um posicionamento defendido por Jacob Holzmann e se identifica com o conceito de intelectual de Julien Benda.

Nestes aspectos, como então definir a atuação dos intelectuais do *Diário dos Campos*? A partir de autores como Norberto Bobbio, Helenice Rodrigues e Antonio Gramsci, evidenciaremos traços gerais sobre a concepção de intelectual.

Norberto Bobbio ao comentar sobre os intelectuais, afirma que “vivemos em sociedades nas quais cresceu enormemente o espaço a eles concedido para se fazerem ouvir e multiplicarem-se os meios de difusão das produções intelectuais.” (BOBBIO, 1997, p. 16). Mesmo assim, defendendo a tese de que os intelectuais exercem poder político, acredita que “[...] a política da cultura e política dos políticos são esferas que devem ser mantidas bem distintas; mesmo que se reconheça que o homem de cultura faz política, ele o faz no longo prazo, tão longo que os lances mais imediatos não deveriam perturbá-los nem desviá-lo de sua estrada.” (p. 16).

Entre as tendências intelectuais apontadas por Bobbio, uma das mais interessantes refere-se ao homem de manifesto: “lê de vez em quando em algum jornal – geralmente de esquerda – que um grupo de intelectuais assinou um manifesto [appello] tomando posição diante deste ou daquele acontecimento político.” (p. 57). E mais: “o manifesto acabou por se tornar, ironicamente, aos olhos de muitos, a forma típica do protesto dos intelectuais, do mesmo modo que a greve é a forma típica do protesto operário.” (p. 57).

No Brasil, sentimos essas características dos intelectuais em dois momentos distintos. O primeiro deles está exposto no livro *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-1945)*. Escrito por Sérgio Miceli, no primeiro capítulo o autor analisa as organizações partidárias e as instituições culturais dependentes dos grupos dirigentes de São Paulo, e as frentes de mobilização política em que a classe intelectual até então filiada à oligarquia passa a refugiar-se. Isto porque, na argumentação de Miceli, na década de 20 muitas famílias oligárquicas apresentavam-se em declínio. Com isso, as investidas no campo intelectual foram uma forma de “[...] se livrar das ameaças de rebaixamento social que rondavam os seus, tiveram oportunidade de se desgarrarem de seu ambiente de origem e, ao mesmo tempo, de objetivarem através de seus escritos essa experiência peculiar de distanciamento em relação à sua classe.” (MICELI, 1979, p. 22). Nesse sentido um dos aspectos fundamentais refere-se à

expansão das instâncias de produção cultural e ideológica no Estado de São Paulo.

Entre tais instâncias, merece ser mencionado o grupo ligado ao jornal *O Estado de São Paulo*, que, dirigido pela família Mesquita, já se destacava no campo cultural desde 1897 controlando o seu jornal independente. Seus integrantes, e a sua própria linha editorial se digladiavam contra o PRP (Partido Republicano Paulista), que representava o único partido oligárquico existente no Estado de São Paulo. Assim,

O envolvimento dos intelectuais com os grupos dirigentes não se manifestava apenas em termos de adesão a alguma facção partidária. Tanto aqueles vinculados ao situacionismo perrepista como os elementos identificados com as causas políticas dissidentes ou com a oposição democrática prestaram sua colaboração na administração pública estatal, na imprensa, no setor editorial, na câmara dos deputados. (MICELI, 1979, p. 10).

Ao mesmo tempo em que os intelectuais da última geração oligárquica assumiam as diversas tarefas políticas e ideológicas, também se lançavam no campo da literatura moderna. Portanto um dos campos mais férteis de atuação intelectual no campo das manifestações, sejam elas nos órgãos da imprensa dominante (*Correio Paulistano*), independente (*Estado de São Paulo*), ou democrática (*Diário Nacional*), contribuiu para a projeção de vários intelectuais que culminariam na eclosão da semana de arte moderna de 1922.

O segundo momento está diretamente ligado ao manifesto dos Pioneiros da Educação brasileira de 1932. Esta temática é abordada por Pedro Ângelo Pagni, na obra intitulada *Do manifesto de 1932 à construção de um saber Pedagógico: ensaiando um diálogo entre Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira*. Segundo Pagni,

Três etapas norteiam a produção do manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: a primeira origina com a idéia de um grupo escrever um documento a partir dos acontecimentos da IV Conferência Nacional de Educação (12/1931); a segunda a repercussão desse documento na imprensa; a terceira a hegemonia alcançada pelos seus signatários na Associação Brasileira de Educação (PAGNI, 2000, p. 26).

Quanto ao segundo ponto, ou seja, o que trata da repercussão na imprensa, chamamos a atenção para o inquérito sobre a instrução pública do Estado de São Paulo que foi empreendida por Fernando de Azevedo em 1926. Nesse inquérito, um dos principais diagnósticos foi o de que a instrução pública paulista não possuía uma política de educação clara. Em torno destas discussões, Fernando de Azevedo ficou encarregado de redigir um manifesto sobre a educação. Concluído em 1932, “esse manifesto surge na imprensa como um manifesto público que procura representar as aspirações de um grupo e suas posições políticas.” (2000, p. 80). Assim “entre os dias 19 e 26 de março, o documento foi publicado

na grande imprensa do eixo Rio São Paulo (e possivelmente em outras capitais do país, com o Título 'A reconstrução Educacional no Brasil'." (p. 81).

Fica evidenciada por esta análise as principais tendências e a atuação intelectual brasileira no início do século XX no Brasil e ao mesmo tempo em que foi exemplificada a postura do homem de manifesto exposta por Bobbio. Atrelado às classes dirigentes, seus posicionamentos no campo cultural, social e político-brasileiro tornaram-se públicos. Partindo deste mesmo raciocínio, e tendo como foco os intelectuais, Helenice Rodrigues da Silva afirma que “sua nova função social consiste em defender os valores e as causas universais. Assumindo formas de protestos e de indignações, a intervenção dos intelectuais no 'espaço público' exprime-se, a partir do caso Dreyfus, por meio de petições, manifestos, artigos em jornais e revistas, etc.” (SILVA, 2002, p. 16).

Entre os intelectuais que analisamos não nos detivemos explicitamente na atuação política desenvolvida por eles. Contudo, percebemos que Hugo Reis participou de vários manifestos, principalmente na divulgação do movimento Espírita na cidade e ao mesmo tempo na formação do movimento operário. No período editorado por Reis e Jacob Holzmann não foi possível, porém, identificar uma aproximação com o poder constituído. Já na fase de José Cadilhe os contornos políticos se tornaram mais visíveis. Um dos proprietários do jornal, Elyseu Campos Mello, além de jornalista, foi político atuante. Por esse motivo José Cadilhe em seus escritos se contrapunha a Abraham Glasser e Brasilio Ribas, personalidades que administraram a cidade entre 1917 a 1924, e defendia Elyseu Campos Mello.

O terceiro autor acima referenciado trata-se de Antonio Gramsci. Ele elabora o contexto histórico dos intelectuais, no qual tipifica várias de suas categorias, nas quais estão evidenciadas a origem, as tendências e a atuação intelectual. Quanto a esta, retemos como principal base analítica o próprio Gramsci, que foi um intelectual “jornalista militante”. No caderno II do Cárcere, ao referenciar-se ao jornalismo Gramsci afirma que

O tipo de jornalismo considerado nestas notas é o que poderia ser chamado de ‘integral’ (no sentido que, no curso das próprias notas ficará cada vez mais claro), isto é, o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades de uma categoria, mas pretende também criar e desenvolver esta necessidade [...] (GRAMSCI, 2006a, p. 197).

Gramsci trabalhou em vários jornais italianos. Anita Helena Schelesener fez algumas considerações a respeito da tendência assumida por ele.

O Grido del Popolo é um exemplar: semanário fundado em 1892 por iniciativa de um grupo de operários tipógrafos torna-se, no início do século, um órgão de divulgação dos socialistas de Turim. Sob a direção de Gramsci o jornal passa, em 1918, a um órgão de debates e divulgação de textos inéditos, muitos deles reproduzidos por outros semanários socialistas. Sem dispor de colaboradores regulares e com falta de verbas, Gramsci atuava sozinho até outubro de 1918, quando por decisão da Comissão executiva da Seção Socialista de Turim, o jornal publicou seu último número para iniciar a publicação do *Diário Avanti!*. (SCHELESENER, 2002, p. 63).

Em 1921, o jornal *Diário Avanti!* seria substituído pelo *Ordine Novo*. E sua tendência, segundo Anita Helena Schelesener seria:

Um jornal cuja vida e desenvolvimento ‘seria impossível sem um contato íntimo com as massas operárias’ na sua luta para ‘elaborar e realizar concretamente as formas do Estado proletário’, por isso, solicita aos leitores que o jornal continue recebendo todo o incentivo de difusão que mereceu a revista, pois um ‘jornal comunista é sangue e carne da classe operária’ (p. 144).

Continuando com Anita Helena, “podemos, ainda salientar a importância que Gramsci atribui aos jornais no contexto das relações políticas, como formadores de opinião” (SCHELESENER, 2002, p. 194), mas ao mesmo tempo, não adota uma postura passiva diante dos jornais.

A crítica aos jornais da época traz elementos que são retomados nos cadernos, onde se **entende que o jornal tem a função de produzir, organizar, difundir cultura, contribuindo que a sociedade civil se politize e se torne mais dinâmica e ativa.** As colocações sobre o ‘jornalismo integral’, apresentadas nos cadernos do Cárcere, embora introdutórias, têm como pano de fundo as ricas experiências realizadas desde a atividade quase solitária no Grido del Popolo até a fundação e elaboração do L' Unità, passando pelo grande laboratório político e de formação cultural que foi L'Ordine Nuovo. (p. 196, grifo nosso).

A função do jornal na concepção de Gramsci seria a de desempenhar um papel de partido político. E nesta atuação é levado em consideração o papel dos indivíduos singulares. O papel educativo, na visão de Gramsci, consistiria então, em os jornais e revistas assumirem a função de preparação política, de formação de opinião e de mentalidade. Assim, se olharmos para a visão dos outros autores analisados, o jornal, principalmente na posição de manifestos, ou atuação cultural e literária, configurou-se num mecanismo de dominação da classe dirigente. Gramsci, por outro lado, como jornalista militante e socialista direcionou seu alvo de discussão na própria classe trabalhadora: o povo.

Na concepção de Gramsci,

A atividade das revistas e jornais é analisada pela função política-ideológica. Assim, os jornais católicos, como o *Momento*, o *Unità Cattolica* ou *Corriere d'Itália*, que expressam o pensamento do clero moderado, desempenham um importante papel não só na manutenção da unidade doutrinal, como também na tentativa de compor com os grupos que detém o poder na Itália (SCHELESENER, 2002, p. 60).

E quanto à atuação dos jornais, estes “[...] representam para Gramsci os interesses de determinados grupos econômicos e políticos e, nessa condição, recolhem e difundem notícias que, mesmo em tempos normais não representam a verdade.” (p. 61).

É importante em Gramsci, além do contexto de sua atuação, entender a sua política jornalística. O jornal, na sua concepção, além de partido político, exerceu um papel importante na formação da opinião e transformação da mentalidade. Está muito longe de encontrarmos esta postura no jornal *Diário dos Campos*. Porém é possível que os intelectuais que analisamos tivessem um papel importante na função de produtores e difusores de cultura. Eles se empenharam nas repercussões sociais e culturais que se desenvolveram na cidade e buscaram estar integrados com as principais discussões estabelecidas, a saber: a defesa da instrução pública brasileira e a defesa da instrução paranaense principalmente no período de Caetano Munhoz da Rocha.

Por meio desses autores, buscamos definir o conceito de intelectual. Geralmente o termo está associado ao indivíduo ou grupo com certo domínio de um determinado saber. É isso que têm demonstrado as definições sobre este conceito, as quais giram em torno do pensamento de Gramsci. Para ele, entre as várias categorias de intelectuais que aborda, está a que os define como organizadores da cultura. Nesta categoria podem ser inseridos aqueles que trabalham com a transmissão de visões de mundo, entre os quais destacamos os jornalistas por nós analisados.

A família de Jacob Holzmann saiu da Rússia em 1877, em direção à Ponta Grossa. Em princípio, foi complicado o estabelecimento nesta cidade em função da diferença de culturas e também do campo de atuação profissional ainda incerto. Depois de muito sofrimento, uma parte da família de Holzmann foi para a Argentina. Seu pai continuou na cidade, onde passou a dedicar-se ao comércio. Holzmann herdou as características paternas, e seu perfil é traçado por um homem de empreendedorismo multiforme. Foi alfaiate, regente da banda Lira dos Campos, comerciante e, entre outras atividades, sua maior atuação se deu no campo cultural, com a fundação de teatro, e uma posição de maior destaque com a fundação do jornal *O Progresso* em 1907³⁹. (HOLZMANN, 2004, p. 80/82).

³⁹ O jornal de Holzmann nascia com cinco colunas, sem títulos ou fotos. Os textos seguiam o estilo telegráfico,

No entanto, apesar dessa personalidade eclética e empreendedora, Jacob Holzmann não foi um homem de escolarização formal. A descrição que Epaminondas faz de seu pai é a seguinte:

Educado na escola árdua do trabalho, Jacob Holzmann não tinha sequer o curso primário completo. Não obstante, teve capacidade suficiente para formar sua mentalidade robusta como autêntico autodidata. Na música, sempre pontificou como regente de banda, de conjuntos orquestrais e até de orquestra sinfônica, além de ser professor e orquestrador seguro; e nas letras, teve atuação destacada como humorista e colunista de elevado bom senso (HOLZMANN, 2004, p. 76).

E a visão sobre sua tendência intelectual é de que o pai era:

Idealista na acepção máxima do termo, devotava-se inteiramente aos interesses da coletividade e à defesa dos humildes. Nada de ligações partidárias que pudessem comprometer a linha de independência de sua folha, embora ele próprio não fosse apolítico. O Progresso, que é o Diário dos Campos de hoje, jamais esteve jungido ao situacionismo de antes de 1930; e na campanha civilista, iniciada em 1909 pela pena vibrante de Hugo Reis, desempenhou papel de relevo (p. 76).

A campanha civilista se constituiu numa alternativa de mudança do quadro político brasileiro. Neste ponto, a neutralidade no campo político se desfazia e o jornal se defrontava com a elite política local que apoiava Marechal Hermes. Ainda neste plano, como detalharemos a seguir, Jacob Holzmann ocupou o cargo de vereador na cidade.

Seu pai, desde o início discordava do sonho que Jacob Holzmann tinha de tornar-se músico. Foi por essa falta de incentivo que Jacob abraçou a carreira de alfaiate. Mas seus sonhos aos poucos tomaram forma. Em 1879, Juca de Godói fundou a banda Lira dos Campos. (p. 81), da qual se tornou membro. Em 1896, quando Godói sentia o peso da idade, Jacob Holzmann assumiu em definitivo sua coordenação.

Metade dos sonhos cumpridos. Mas para manter uma banda era preciso muito empenho. Além do mais, Holzmann enfrentou a concorrência de outra banda: “a Aurora ponta-grossense.” (p. 87). A disputa entre essas duas bandas chegou a ter impacto político na cidade. No Teatro Sant’ Ana, recém inaugurado, a banda Aurora Ponta-grossense teve privilégios em relação à de Holzmann, e muitas das contraposições à Lira dos Campos acontecia porque, apesar de Jacob ser católico, em sua banda tocavam músicos de várias

com uma linguagem bastante pessoal e adjetivada, retratando com perfeição o jornalismo interiorano no início do século XX. As linhas que separavam as colunas também eram um recurso comum na época, contribuindo ainda mais para a aparência sisuda e carregada dos jornais. (BUCHOLDZ, 2007, p. 25).

outras religiões. E “o clero discordava de pessoas de outras seitas participarem da banda” (p. 98). Por isso o descontentamento de certos católicos em relação à postura de Holzmann.

Já com relação à intolerância católica, Epaminondas relata o seguinte: “Com essa banda de hereges e seus cantores não quero nada! Arranjem outra ou não oficiarei a missa.” (p. 99). Essas palavras são de um oficial católico que se mostrava inflexível com o caráter plural da composição da banda de Holzmann. No entanto, percebe-se neste ato a personalidade carismática do maestro: “com missa ou sem missa, a banda do Jacob fica e está acabado!” (p. 99). No final, a banda tocou e o padre, mesmo contrariado, rezou a missa.

Jacob Holzmann foi destaque em vários setores da sociedade princesina: “O Jacob tinha negócios, alfaiataria, banda de música, tipografia de obras, papelaria, e ainda ia fazer cinema... Isso é demais – diziam. O homem quer monopolizar Ponta Grossa, quer tudo! Por isso é que ele é tão patriota... Quem melhor do que ele, etc.?” (p. 265). Além disso, em 1904 candidatou-se a vereador. Com 447 votos foi o quinto mais votado. Na ocasião o prefeito eleito foi Ernesto Guimarães Vilela. Na condição de vereador apresentou projetos para aquisição de terreno para a câmara municipal, como também relacionados ao meio ambiente.

Não foram raros os episódios de repúdio à banda de Jacob Holzmann, ou ao seu jornal. O que percebemos é que esse caráter de oposição a ele e aos seus empreendimentos se dava por ação de pessoas que tinham poder político na cidade. Mas o destaque de Holzmann se deu com maior desenvoltura na banda Lira dos Campos. Nela, viveu momentos de grande repercussão no cenário social princesino. Holzmann manifestou-se ainda no seu periódico em vários momentos e como proprietário do jornal pôde, por várias vezes, expressar suas opiniões. Com o contato que teve com vários setores da sociedade, ele pode ser considerado como produtor e difusor de cultura, uma vez que sempre se preocupou com o jornalismo e a cultura geral de Ponta Grossa. Maestro da principal banda e dono de cinema e teatro, Epaminondas Holzmann o define assim:

A batuta segura de Jacob Holzmann esteve sempre presente em vários empreendimentos de arte: dela dependeram a Lira dos Campos, a orquestra da sociedade Filarmônica de Ponta Grossa e uma orquestra constituída exclusivamente de senhoritas (o maestro era o único varão entre tantas beldades), sem falar do ótimo conjunto orquestral do Renascença e na II Orquestra Sinfônica de Ponta Grossa, que tivera em Jacob Holzmann o consultor dedicado de todas as horas. Pelo que se vê nada do que a Princesa dos Campos faz hoje em matéria de música, é coisa nova: tudo que existe atualmente já foi realizado no passado, ficando a crédito do pretérito a orquestra feminina, ainda não imitada nos dias que correm (p. 110).

Por esta passagem, fica explícita a atuação no campo da cultura empreendida por

Jacob Holzmann, que se fez presente inclusive na organização da cultura feminina. Mas no final da década de 1920 a era das bandas de música chega ao fim, por força das transformações sociais, que também encerrou o ciclo empreendedor de Jacob Holzmann. Na direção do jornal ele sempre influenciou a composição do quadro editorial. Sua atuação se deu na escolha de Aldo Silva, João Dutra e o próprio Hugo de Borja Reis.

Como se sabe, Hugo Reis chegou a Ponta Grossa em 1908. Vindo dos grandes centros urbanos, Reis era experiente no campo do jornalismo, além de ter uma postura literária eclética. Segundo Gramsci e analisando o contexto histórico italiano,

[...] o pessoal jornalístico é muito limitado, e portanto alimenta-se através de suas próprias graduações de importância: os jornais menos importantes servem de escola para os jornais mais importantes e vice-versa. Um redator de segunda classe do *Corriere* torna-se diretor ou redator-chefe de um jornal da província e um redator que revela de primeira classe num jornal de província ou num semanário é absorvido por um grande jornal (GRAMSCI, 2006, p. 212).

Reis pode ser observado por este ângulo interpretativo. Suas referências constatarem que exerceu o papel jornalístico no Rio de Janeiro e em São Paulo com grande desempenho. Este que iria adotar também em Ponta Grossa como editor e proprietário de jornal. O motivo da sua vinda à cidade teria sido por problemas de saúde. Por indicativo médico, o clima do sul do Brasil seria o ideal para o controle de suas crises de asma. Eclético, Borja Reis não pensava em discorrer sobre os mais variados assuntos. Sobre as suas origens, Bucholdz comenta:

Embora tivesse chegado de São Paulo, Hugo dos Reis era fluminense de nascimento. A vivência nos principais centros urbanos dava o tempero da sua formação ligada às letras e ao saber científico. Por natureza, ele via o mundo a partir de uma ótica e lógica “urbana”, que valorizava o cientificismo e o academicismo. Como bom jornalista, sempre estava atento aos acontecimentos, discutindo e acompanhando de perto os caminhos seguidos pela humanidade (BULCHOLDZ, 2007, p. 31).

Pessimista quanto à profissão de jornalista no interior, Reis planejava montar na cidade uma empresa de representação comercial. Foi quando resolveu anunciá-la, no único jornal da cidade, que iniciou os primeiros contatos com os jornalistas de *O Progresso*. Na época, o jornal era de propriedade de Jacob Holzmann. A editoração jornalística era feita por João Dutra, sucessor de Aldo Silva, que foi o primeiro redator do jornal. Esse primeiro contato marcaria uma longa relação entre Reis e o jornal *O Progresso*. Já nos primeiros contatos Reis foi incorporando as funções de editor literário. Sua atuação era progressiva, escrevia poesias, artigos políticos e editoriais. “Em junho de 1910 (com a saída de Dutra),

Hugo Reis assume a editoração do jornal.

Na concepção de Reis, o jornalista é uma espécie de mediador entre o governo e o povo, pois isso acontece porque, se ele está próximo do povo, sua atuação permite também que ele esteja próximo do governo. Assim, o jornalismo é o poder do povo. Essa característica pode ser percebida a partir da transcrição feita da edição de *O Progresso* de 01 de junho de 1909:

Programa... o nosso? Temo-lo dito mil vezes: defender o povo. E temos o direito de defender o povo do Paraná? Temos! Somos brasileiros, somos paranaenses, que já há pouco neste nobilíssimo Estado – nobre no civismo, nas letras, nas ciências e nas artes, muitas vezes célebre nas lutas do pensamento livre – tivemos ocasião de defendê-lo. Com a pena, com o sangue. Quem há por aí que não diga, não por falsidade, não por perversidade, por inversão atroz dos bons sentimentos, mas de dentro d’ alma, mas de dentro da consciência, de dentro do coração, que nós somos de fato paranaense? Ninguém.

Hugo Reis defendia em seus escritos o povo adotando como base teórica os princípios kardecistas. No entanto, os seus escritos não tiveram como base discursiva a participação do povo. Com relação aos cidadãos “em vários artigos Gramsci acentua que o cidadão italiano se encontrava distante das práticas mais comuns das democracias burguesas: nas relações cotidianas os cidadãos “não sabem como o Estado funciona nem como deveria funcionar.” (SCHELESENER, 2002, p 25). Reis fez a mesma análise sobre o Brasil, afirmando que aqui não há democracia. Esta ausência resulta da ignorância popular. Se o povo é ignorante meia dúzia de inteligentes dominam e exploram a bondade analfabeta do povo.

Para desmistificar essa posição, Gramsci trabalhou diretamente na base, ou seja, nos Conselho de Fábricas, que tinha como principal finalidade, além de estabelecer uma relação entre produção e o exercício da soberania, desenvolver também uma nova concepção de Estado. Nestas condições, Hugo Reis se diferencia de Gramsci, apesar de em termos práticos ter atuado na fundação do movimento operário ponta-grossense. O intelectual italiano utilizava o povo como base de seus escritos e o jornal exercia um papel fundamental na sua educação.

No campo político, Hugo Reis defendeu a candidatura de Rui Barbosa. Com esta postura, Reis confrontava seu discurso com o da elite política ponta-grossense que apoiava para presidente Marechal Hermes, como ilustramos acima. A partir de 1910, Reis passou a encampar o manifesto dos operários curitibanos. Para ele, “o operariado que é uma força consciente, a musculatura rija que impulsiona o progresso, não pode se manter indiferente à peleja da qual depende o futuro da República.” (BUCHOLDZ, 2007, p. 34). Enquanto editor

do jornal, Hugo de Borja Reis teve como principal alvo as conquistas sociais da classe trabalhadora. Foi ele quem “[...] lançou seu notável “Manifesto” para a fundação da Sociedade Operária de Ponta Grossa.” (p. 288). A sua campanha foi encampada por personalidades ponta-grossenses como por exemplo, o médico Francisco Burzio, Flaviano Silva e João Milasch, homens que conheciam o sofrimento da massa trabalhadora. Com essa iniciativa, a partir da interferência de Hugo Reis, a Sociedade Operária ponta-grossense começou funcionar em 1913.

Segundo Epaminondas Holzmann, “doutrinador espírita de méritos inconfundíveis, mérito na divulgação do evangelho, teve capacidades e prestígio suficiente para conseguir a realização do II Congresso Espírita Paranaense.” (HOLZMANN, 2004, p. 293). Por essa afirmação, compreendemos a liderança exercida por Reis na cidade. Seu credo e atuação religiosa provocavam reação dos grupos católicos. Por essa razão, Reis assumiu as causas sociais como uma missão que deveria ser levada adiante. E a razão deste ideal estava no espiritismo, cujo alicerce era a busca da melhora do próximo e da comunidade em que se vive. Por isso Hugo Reis era intitulado simplesmente como obsediado, e “[...] o motivo da suposta obsessão estava na circunstância de ele ser socialista, anticlerical declarado e espírita convicto, além de pregador do Evangelho segundo Kardec.” (p. 312).

Conjuntamente com Jacob Holzmann, Reis enfrentou enormes dificuldades no jornal. Por várias vezes abandona o cargo que exercia, mas seus retornos sempre resultavam em esperanças. Dessas indas e vindas, finalmente “[...] no dia 1º de janeiro de 1913, ainda com tiragem vespertina, passou a circular a primeira edição do Diário dos Campos, com o subtítulo O Progresso, e dando continuidade à numeração.” Reis já desde 1910 ocupou o cargo de editor chefe do *Diário dos Campos*. A partir de Bucholdz, podemos estabelecer uma análise comparativa entre o período da mudança de nome do jornal.

Apesar das dificuldades e limitações ainda existentes, o Diário dos Campos conseguia registrar, edição a edição, o cotidiano da região, definindo seu papel e sua força na visibilidade dos acontecimentos. As preocupações políticas, econômicas, sociais, culturais e morais da sociedade passaram a ser refletidas nas breves notícias dispersas e distribuídas de forma desordenada nas páginas do jornal (BULCHOLDZ, 2007, p. 43).

Na sua missão jornalística, Hugo Reis acumulou prestígio entre os habitantes da cidade, como também muitos desafetos. Talvez este tenha representado o principal obstáculo para que Reis não conseguisse dar ao seu jornal o tão esperado sucesso que almejava. Manifestou-se como intelectual, jornalista e socialista militante. A partir de 1917, as colunas

do jornal discursavam sobre o apoio de Hugo Reis ao movimento grevista que eclodiu na cidade, o qual fazia parte da greve geral que parou as principais cidades brasileiras e chegou a Ponta Grossa, e que, como editor e proprietário do jornal, não mediu esforços no apoio aos operários. “Coloco o jornal a inteira disposição do operariado, aconselhando apenas que se mantenha a ordem e o respeito com os poderes constituídos e a prosperidade – defendeu Hugo, enfatizando mais uma vez a ótica do espiritismo”. (BUCHOLDZ, 2007, p. 49).

No campo político, Hugo Reis teve uma postura combativa aos políticos locais. Um dos alvos de sua crítica foi Abraão Glasser, oposicionista de Eliseu Campos Mello, candidato apoiado pelo *Diário dos Campos*. Esta oposição teve como principal consequência a destruição da redação do jornal.

A sua inserção em diferentes projetos estimula a aproximação à noção de organizador e disseminador de visões de mundo. Essa assertiva se evidenciou na medida em que ele procurou organizar o espiritismo; teve uma influência marcante na organização operária e atuou em várias causas da sociedade princesina. Entretanto, a luta incansável pela prosperidade do jornal e os resultados desfavoráveis fizeram com que Reis desistisse do seu sonho. Por fim, em 1921 ele vendeu o jornal e seguiu novos rumos.⁴⁰

Ao novo grupo proprietário do *Diário dos Campos* estava ligado uma figura singular e que teve grande destaque no universo da dramaturgia. Trata-se do teatrólogo José Fernandes Cadilhe. Cadilhe teve, a partir de 1921, uma influência marcante no jornalismo princesino ao atuar no *Diário dos Campos*. Epaminondas Holzmann afirma que foi “[...] o continuador do trabalho de Hugo dos Reis na direção do Diário dos Campos, posto que assumiu em 1921 para deixá-lo em 1928.” (p. 322).

Na continuação, ao comentar sobre o comportamento de Cadilhe, Holzmann diz, que este era “radical: era mais aconselhável, no dizer de Euzébio Martins, brigar com o diabo do que com Juca da Nhá Cora.”⁴¹ (HOLZMANN, 2004, p. 322). Cadilhe, nestes aspectos, destaca-se em relação aos outros integrantes do jornal *Diário dos Campos*. Suas palavras tiveram uma tonalidade muito aberta e combativa em seus discursos. Foram sete anos de

⁴⁰ Epaminondas Holzmann descreve as atividades de Hugo de Borja Reis depois que vendeu o *Diário dos Campos*. Desalentado, o invulgar idealista resolveu desistir da empreitada, retirando-se para uma chácara nas proximidades do rio Tibagi, lado sul, com o propósito de ali cultivar o eucalipto em larga escala. (HOLZMANN, 2004, p. 304). Insucesso na nova empreitada, “em 25 de maio de 1925, lançava o semanário O Comércio, de sua propriedade, gerência e redação, ostentando o pomposo dístico de “órgão das classes produtoras do Paraná.” (p. 307). Mais uma vez, sem conseguir êxitos, deixou Ponta Grossa em 1927, e retornou para São Paulo onde trabalhou como editor no jornal *O Correio Paulistano* e em serviços de publicidade, produzindo ao mesmo tempo alguma poesia. Além disso, exercendo outras atividades, faleceu em São Paulo mesmo, em 29 de junho de 1934.

⁴¹ Pseudônimo de José Cadilhe.

insistência no jornalismo ponta-grossense, durante os quais

Cadilhe sustentou discussões que marcaram época, vencendo todos os oponentes de tala erguida. Ainda deve perdurar no espírito do pontagrossense aquela polêmica sobre a personalidade de Rui Barbosa. Além de contar com o *Diário dos Campos*, escreviam pelas colunas de *O Dia*, de Curitiba, e de outro jornal local, que morreu na casca. Três jornais diários contra um semanário – *A Cidade* – jornal de formato do *Paraná Esportivo*, mas apenas com quatro páginas. (p. 322).

Ainda segundo Epaminondas Holzmann, “José Cadilhe e Hugo Reis foram os maiores da imprensa de Ponta Grossa. Ninguém jamais conseguiu sequer igualar os feitos imperecíveis e inimitáveis dos dois campeões da pena.” (p. 329). Logo que deixou o jornal *Diário dos Campos*, em 1929, Cadilhe lançou dois pequenos jornais, essencialmente humorístico e causticante: “o Não Dito e o Bataclan” (p. 325). Desse modo, entre idas e vindas, esses homens marcaram a imprensa ponta-grossense do início do século XX. Holzmann se caracteriza pela marca de homem empreendedor que foi, fundando o jornal, cinema e maestrando a banda Lira dos Campos. Sua atuação estava presente na história cultural e empresarial da cidade; Hugo Reis tinha uma característica peculiar de intelectual: uma atuação apaixonada, militante e de entusiasmo pela sua atuação. Foi espírita, socialista que defendeu os operários, e no campo político se opôs à elite local, defendendo os ideais de Rui Barbosa. José Cadilhe se destacou como homem da cultura e da imprensa. No campo político combateu o situacionismo local uma vez que manifestava apoio a Elyseu de Campos Mello, político, sócio-dono do jornal *Diário dos Campos*. As trajetórias desses homens tiveram contribuição relevante no processo de formação da opinião e da organização da cultura no início do século XX na cidade de Ponta Grossa. E a partir de agora, trataremos dos discursos que tiveram repercussões neste periódico, particularmente sobre a temática educacional.

CAPÍTULO 3

PRESENÇA DO DEBATE EDUCATIVO NACIONAL NO DISCURSO DOS INTELLECTUAIS DO DIÁRIO DOS CAMPOS

Semear o campo é o que precisamos, antes de tudo. Começamos pela base, isto é espalhamos para todos os recantos a flor da instrução e da educação. Ao governo compete este trabalho, mais do que qualquer um de nós. E cada um saiba o que faz, desde o instante em que tomou a si a tarefa nobre de ensinar a criança. Da simples escola primária (e isto já está muito repetido) é que depende o futuro d' uma pátria (Alcídio Ribeiro, DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 1.408, 27 jul. 1915).

Como observamos até aqui, Ponta Grossa do início do século XX é uma cidade com sinais relativos de modernização. E uma cidade moderna exige serviços que atendam a população, dentre os quais podem ser destacados o saneamento, a industrialização, a iluminação e a instrução pública. Os discursos dos intelectuais direcionam-se neste sentido, ou seja, opõem-se ao analfabetismo e ao mesmo tempo postulam a instrução pública.

Com relação a este último aspecto, Maria Elisabeth Blanck Miguel afirma que “as transformações pelas quais passava a sociedade brasileira tinham a ver com aquelas que aconteciam no seio do capitalismo internacional hegemônico.” (1999, p. 17). Dessa forma, à medida que a sociedade brasileira crescia economicamente, a população passava a ver na educação um mecanismo de acesso às novas relações de trabalho. Com isso, passou a prevalecer uma nova visão de educação.

No período compreendido entre 1870 e 1889, prevaleceu a crença de que um país é o que a sua educação faz ser. Esse discurso continuou nas primeiras décadas do século XX, quando ocorreu um debate intenso em torno da escolarização da população. No jornal *Diário dos Campos* a causa educacional ganhou contornos relevantes. Neste capítulo discutiremos o discurso educacional que circulou neste jornal, privilegiando as temáticas enunciadas, tais como missão da educação, educação da mulher, formação de professores e reformas educacionais.

3.1 MISSÃO DA EDUCAÇÃO

Nesta categoria evidencia-se a necessidade educativa que aparece geralmente atrelada a outros problemas sociais. Por exemplo, a edição nº 243 de 04 jan.1910, numa

matéria intitulada “o Policiamento da Cidade”, assinala-se que “[...] as conseqüências de factos, registrados diariamente, no commissariado da polícia desta cidade não viríamos reclamar, em nome da civilização da moralidade de um povo contra o que se pratica [...]”. É a criminalidade que começou se tornar rotina na cidade e fez com que o discurso fosse este: “há momentos em que o foro de cidade civilisada, de que gosa a fulgurante Estrella dos Campos Geraes deixa de ser o privilégio de um povo adiantado e culto.”

Questionamos a conclusão do artigo uma vez que nações adiantadas e cultas também têm criminalidade. Ainda assim, ressaltamos a importância dada à educação para o desenvolvimento social de uma nação. Com relação à criminalidade, Carlos Monarcha faz menção a um programa intelectual que tem como finalidade promover a abolição das diferenças. Essa função é atribuída para os chamados ideólogos que “[...] exaltam, assim, as funções criadoras da razão humana e elaboram uma espécie de metafísica dos costumes.” (MONARCHA, 1999, p. 75). Ainda na sua visão, “popularizam um vocabulário específico “-civilização-”, “-razão-”, “-progresso-”, “-constituição-”, “-soberania-” - e acima de tudo, a palavra “-luz-”.” (p. 75). E “tal discurso oscila entre imagens catastróficas – criminalidade, alcoolismo, decadência moral, social e política e imagens redentoras – civilização/progresso, bem-estar. Confrontam a presença de uma sociedade decaída e a confiança numa sociedade redimida.” (p. 75). Mas, se num primeiro plano a violência e o crime exigiam a instauração de instituição repressiva (a organização da polícia urbana de São Paulo ocorre em 1876), era necessário estabelecer também uma política de caráter persuasivo – a instrução pública. Porque é “pela instrução que conhece o homem a importância da responsabilidade moral, o encanto e a vantagem do trabalho; e a responsabilidade é o mais fecundo freio dos crimes, e o trabalho é o mais fecundo elemento da civilização humana em todo sentido.” (p. 81).

O contexto analisado por Monarcha refere-se ao final do século XIX em São Paulo. Esse contexto pode ser aproximado do discurso do jornal. Nesse discurso a criminalidade é apresentada como atos de povos incivilizados em que a principal solução seria a educação que aparecia na condição de salvadora da sociedade, funcionando como um caráter persuasivo que poderia colocar freio nos atos “incivilizados” e “criminosos”. A posição discursiva apresentada no jornal é que,

[...] não deixaremos de reclamar a droga salvadora para combater a enfermidade, já que nos falta o principal – o completo saneamento moral da sociedade, pela educação do homem. Aplique-se, outro remédio – o lembrado pela cirurgia moral – a neutralização do mal na parte affectada, pela amputação do membro (O PROGRESSO, ed. 243, 04 jan. 1910).

Está claro que existiam problemas na sociedade ponta-grossense, e o autor do texto, ao mesmo tempo, aponta a solução para o mal, a saber: a educação do povo. Ela aparece como uma maneira profilática de evitar muitos males sociais. Esse discurso salvacionista presente nessa passagem citada do jornal será debatido nas conferências da Associação Brasileira de educação a partir de 1927. Segundo Marta Maria Chagas de Carvalho,

[...] o discurso cívico da ABE é discurso profilático erigindo a questão sanitária em metáfora da situação nacional e a obra educacional em obra de saneamento. Na já aludida conferência de Miguel Couto na ABE, em 1927, a ignorância é caracterizada como ‘calamidade pública’ equivalente à ‘guerra’, à ‘peste’, a ‘cataclismos’; a falta de educação é comparada ao ‘câncer que tem a volúpia da tortura ao corroer célula a célula, fibra por fibra, inexoravelmente, o organismo’, levando a nação à ‘subalternidade e à degenerescência’ (CARVALHO, 1998, p. 145).

Certamente esse discurso profilático, de regenerescência, já fazia parte do novo ideal republicano, no qual a instrução popular aparecia como uma semântica salvadora. Esse sentido pode ser observado também na edição 203 de 02 ago.1910 do jornal *O Progresso* com o título “O Analphabestismo”: “Philantropos sociaes, respondi-me a isso: as vossas estatísticas dizem: a instrucção diminue a perversão, quer dizer – o alfabeto diminue o crime. O crime é uma doença da alma, como a pneumonia é uma doença dos pulmões.” Ao analisar o problema como uma doença, a possível solução seria: “para a doença há um remédio, e para o envenenamento há um antídoto. Acotovelando o com uma escola. O professor há de eliminar o carcereiro.” E prosseguindo, “mas considerando que se a sociedade tivesse fornecido um ABC ao ignorante e um offício ao mendigo, a somma da ignorância com a miséria não produziria – o crime.” E para concluir o texto, “Condemnamos a sociedade a que dê instrucção a todas as creanças e dê trabalho a todos os famintos applicando se mais a evitar o assassinato do que a regenerar os assassinos.”⁴²

Conforme Monarcha “sob a estatística das escolas, decresce a estatística do pauperismo e do crime. Isto, porém, consegue-se procurando que o mínimo de educação não fique abaixo da instrução que todo o homem deve possuir para compreender os seus deveres e vindicar os seus direitos.” (MONARCHA, 1999, p. 82). A educação teria uma missão salvadora, regeneradora da civilização. É nesta direção que se buscava implementar medidas de políticas públicas que tinham como finalidade combater ao analfabetismo. Mais uma vez a sociedade era comparada a uma doença que precisava ser sanada, sendo a escola o seu principal remédio. Mas só ela não era o essencial, sendo preciso ainda dar atenção ao

⁴² Texto assinado por Guerra Junqueiro.

professor. Utilizando-se destes mecanismos, o autor do texto se mostrou um tanto quanto otimista, porque a propagação da instrução evitaria o crime e o assassinato.

Neste mesmo texto, Guerra Junqueiro discorre sobre a felicidade: “A felicidade! Em que consiste essa illusão? No amor? Na saudade? Na riqueza? De que serve que um homem encontre todas essas fortunas invejadas se para cada homem que as possui há um milhão de homens que as não tem?!” Ou seja, a preocupação central do artigo era o combate ao analfabetismo. Suas interrogações continuam: “Enquanto pessoas dormem no conforto do lar, muitas outras mendigam nas praças da cidade, à porta da igreja, nas esquinas. Mas de onde veio esse indivíduo? De onde surgiu?” Nessas indagações, o autor indicava alguns possíveis fatores que determinaram esta posição social negativa.

[...] Na época em que as creanças roubaminhos, elle roubava relógios. Precodiade. Quando os outros eram anjos, já elle era gatuno. Na idade em que se aprende a ler, ele aprende a assobiar.

Os preconceitos e os crimes buscam os cérebros analphabetos, como os morcegos e os chacaes buscam os subterraneos às escuras.

Não teve mãe, não teve pae, não teve berço, não teve escola. Germinou como um tortulho venenoso. A alma ensangüentada da miséria tem dessas gerações espontâneas (O PROGRESSO, ed. 203, 02 ago. 1910).

A preocupação central do artigo, como já dito, refere-se ao combate ao analfabetismo, que no início do século XX estava relacionado à questão da alfabetização do povo brasileiro. Ao abordar o discurso da modernidade nas conferências educacionais da década de 20 no Paraná, Aurélio Bona Júnior e Carlos Eduardo Vieira, afirmam que “os principais objetivos dos fóruns educacionais, segundo seus organizadores, eram discutir e propor alternativas aos problemas nacionais que, segundo a crença da época, poderiam ser sanados pela obra educativa.” (2007, p. 22).

Concentrados na força da educação, “[...] a falta de instrução do povo foi apontada como uma das causas do descompasso do país em relação ao concerto das nações modernas.” (BONA JÚNIOR; VIEIRA, 2007, p. 23). Os mesmos autores mais adiante afirmam que “o índice de analfabetismo figurava como a principal evidência da ignorância do povo e foi incorporada aos discursos políticos e educacionais ao longo do século XX em distintos contextos.” (p. 23-24). Apesar de tudo, “os altos índices de analfabetismo não foram apresentados como resultantes da incompetência das elites políticas em promover a educação popular, mas sim pela resistência destas camadas da população em entender os papéis da escola e da educação no desenvolvimento da sociedade brasileira. (p. 24).

Em 1926, Azevedo Sodré, na conferência intitulada *O Problema da educação*

nacional posicionou-se contra a tese da resistência do povo quanto à alfabetização. Na visão do conferencista era mister

[...] convencer a nossa gente que, ao contrário do que habitualmente se afirma, não cabe ao analfabetismo a culpa do atraso, do desgoverno, da anarquia, e dos mitos que afligem nosso país, antes são mais nocivas, culpáveis e condenáveis as elites mal preparadas que nos governam e as legiões sempre crescentes de alfabetos que as sustentam (CARVALHO, 1998, p. 148).

E Marta Maria Chagas de Carvalho complementa que o combate aos males que afligiam o nosso país dependia do ponto de vista do conferencista de “medidas educacionais.”

Na coluna “Dentro da escola”, com o subtítulo “Instrução pública”, edição 1408, de 27 de julho de 1915, assinada por Alcídio Ribeiro, é tratada a questão da educação. “Nunca será demais tudo o que se fizer pela instrução popular. Pois nada mais triste, nada mais degradante do que o atraso em que um povo vive. Feliz da nação que conseguiu extirpar essa planta maléfica chamada analphabetismo.” A falta de instrução está atrelada ao “atraso da nação”. A educação é, por conseguinte, uma ação que deve ser empreendida pelo governo federal. E essa educação não pode estar presa a simples missão de ensinar ler e escrever: “Longe, bem longe já vae o tempo em que só com o escrever e o ler o povo se satisfaça. Hoje, outras, bem outras as exigências. É justo o progresso, justo e natural.”

Nessas discussões em torno da educação, a escola pública passou a ser uma reivindicação constante das autoridades do ensino. Carlos Monarcha afirma que “a escola aparece como vanguarda da civilização, garantia no futuro de ordem e progresso nacional.” (MONARCHA, 1999, p. 42). Essa ufanização com relação à ordem e ao progresso advêm, (o ponto de referência de Monarcha é São Paulo de fins do século XIX) do grande surto de modernização: “instalam-se fábricas, fazem-se prédios bons, abrem-se ruas novas, melhoram-se edifícios públicos, em geral os logradouros da cidade são cuidados; criam-se novos pontos de repouso e embelezamento. Uma febre de progresso rápido, constante e seguro apodera-se dos paulistas.” (p. 63). A reforma urbana paulista, por sua vez, traz exigências reformistas das instituições sociais da época: “cadeia, hospício dos alienados, hospitais, polícia urbana e instrução.” (p. 69).

Nos discursos republicanos o que predominou efetivamente foi uma fé imensurável nas potencialidades humanas que poderiam ser aperfeiçoadas pelo desenvolvimento da instrução pública. A visão da época, em relação à educação, era que a instrução pública era uma das vias pela qual se efetivariam as aspirações, ao mesmo tempo em que se configuraria

numa experiência histórica que se propunha a realizar a felicidade do povo. Segundo Monarcha, “com a proclamação da República, se extravasa a concepção de revolução que relaciona o novo com a idéia de liberdade.” (p. 167). Na visão republicana, “pensa-se a educação não como condição de ascensão social, mas como condição prévia para o bom funcionamento das instituições republicanas.” (p. 171). Neste sentido, “[...] a instrução popular – a Escola Normal e a instrução primária – é um centro multiplicador das luzes, que colocam as idéias em marcha, impulsionando a história em direção ao progresso e à liberdade.” (p. 172).

Um artigo, sem assinatura, publicado no dia 27 de setembro de 1921, edição nº 2895, aborda “Os cem anos de analfabetismo no Brasil”. Essa matéria é uma transcrição feita do jornal o “Paiz”⁴³. Nesta época quem ocupava a editoração do jornal era José Cadilhe. O destaque é para o seguinte trecho:

Se, em setembro de 1922, nós fizéssemos uma festa comemorativa, uma única, para celebrar o centenário da independência, mas provássemos aos olhos do mundo que o número de analfabetos no Brasil estava reduzido a 50% - no mínimo – da população, teríamos certamente, prestado à Pátria a mais valiosa, a única homenagem valiosa do nosso amor, do nosso desvelo e da nossa gratidão por ella, Infelizmente [...] nem pensemos nisso.

Um centenário de independência, com o modelo político mudado, mas que mantivera a condição da educação brasileira. Essa falta de desenvolvimento no campo educacional não dava motivos para comemorações. O texto transcrito demonstra pessimismo em relação à educação brasileira. E esse pessimismo é exaltado num texto sem assinatura e publicado no dia 01 de outubro de 1921, edição 2897, do *Diário dos Campos*. O autor comenta as repercussões negativas oriundas da falta de desenvolvimento da educação. No texto, com título “Instrução”, o autor diz que “desanima a certeza de que o nosso Brasil tem ainda 20 e tantos milhões de analfabetos”.

No entendimento de Marcus Levy Albino Bencostta,

⁴³ Fundado em 1884 por João José dos Reis Júnior, o jornal carioca “O Paiz” foi um dos que mais abriu espaço para a divulgação de artigos e críticas sobre artes, contribuindo para manter os seus leitores bem informados acerca do movimento artístico brasileiro nos primeiros anos da República. Nos anos 1890, a folha possuía as colunas diárias “Diversões” e “Artes e Artistas”, ambas responsáveis por divulgar os eventos artísticos, nacionais ou internacionais, e, sobretudo, os espetáculos teatrais do dia. À época, intelectuais como Oscar Guanabara, Valentim Magalhães e Crispiniano da Fonseca colaboraram nas duas seções e se destacaram como críticos teatrais, num período em que a dramaturgia brasileira encontrava-se em plena transição, em razão da penetração de novas tendências.

No discurso daqueles que implantaram, no Brasil, o novo regime político em 1889, era preciso, além da justificação racional do poder, a fim de legitimar a República, construir uma nação pautada em valores que demonstrassem estar em definitivo sintonizado com as mudanças que o mundo moderno apresentava (2001, p. 104).

O mesmo autor evidencia que várias representações e práticas tinham como objetivo eternizar a República. Num diálogo com Monarcha, afirma que entre estas representações, “[...] destacavam-se aquelas que diziam respeito à Instrução Pública, que naquele momento adquiriu características de uma quase religião cívica, cujo papel era dotar a sociedade de coesão através da educação do povo e da criação do novo regime.” (BENCOSTTA, 2001, p. 104). Ou seja, tinha-se consciência de que existia um alto índice de analfabetismo, mas o combate a ele ficava na retórica da instrução.

Toscano de Brito⁴⁴, no artigo publicado em 24 de janeiro de 1922, edição nº 2.964, comentou sobre o Centenário da Instrução. O autor inicia o texto alegando que faltam bons motivos para comemorar o centenário da educação. Referindo-se às belezas da cidade, ele se diz insatisfeito com a ausência de praças ajardinadas. Além das deficiências estruturais apontadas, assevera que para uma merecida comemoração seria necessário pelo menos, “[...] festejar o centenário com a fundação de mais um, dois ou três grupos escolares que seriam batizados com os nomes de D. Pedro I, José Bonifácio e D. Pedro II, etc.”

Suas considerações seguem: “como extinguir a ignorância? Usando educação. Como educar? Dando instrução. Educar é desenvolver as faculdades físicas, intelectuais de uma pessoa.” E para fechar o texto: “Ensinar e educar deve ser a preocupação máxima de todo o brasileiro.” Com relação ao contexto educativo do início do século XX, Rosa Fátima de Souza traz algumas considerações: “no final do século XIX e início do XX, a educação popular encontrava-se difundida em nível mundial e seguia os moldes da escola graduada baseada na classificação homogênea dos alunos, na existência de várias salas de aula e vários professores.” (SOUZA, 1998, p. 15). Souza está referindo-se à implantação dos grupos escolares que se deu no Estado de São Paulo. E comentando sobre a visão educacional do período, a autora afirma ainda que “os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram não apenas a esperança de consolidação do regime, mas a regeneração da nação.” (p. 15). Com essa visão e tendo como principal mote divulgar os valores republicanos, foram implantados em São Paulo no início da década de 1890 os primeiros

⁴⁴ Hugo dos Reis fica na direção do periódico até o ano de 1921 quando a editoração do jornal passou para o grupo de Cadilhe e Cia (Eliseu de Campos Melo, Vitor Antonio Batista e José Cadilhe). De início, os exemplares do *Diário dos Campos* circulavam com a assinatura e direção de Toscano Brito.

grupos escolares. A função principal destes estabelecimentos seria difundir o ensino primário. Em poucas décadas, o modelo foi adotado na organização do ensino primário em todos os Estados do país.

Na continuação da sua análise, Rosa de Fátima elenca algumas representações do discurso republicano: “alicerce das sociedades modernas, garantia de paz, de liberdade, da ordem e do progresso social”; elemento de regeneração da nação. Instrumento de moralização e civilização do povo.” (p. 27). A escola pública desejada pelos republicanos,

[...] é uma escola para a difusão dos valores republicanos e comprometida com a construção e a consolidação do novo regime: é a escola da República e para a República. Esse vínculo entre a educação popular e o novo regime democrático era exaltado pelos profissionais da educação (SOUZA, 1998, p. 28).

O ideal predominante republicano era “[...] formar o cidadão republicano, o simulacro do homem moderno. Educar o povo consistia em preparar as crianças para a vida social.” (p. 158).

Hugo Reis, na edição nº 623 de 17 de outubro de 1912, edita do jornal *O Correio dos Campos* o artigo “Guerra ao Analfabetismo”. No início, o autor explicita sobre a semântica do título.

O notável projecto que demos circunstância detalhes nestas columnas, visando remover da nossa face, como nação civilizada e depositária de uma boa porção da intelectualidade latina, o ferrete⁴⁵ ignominioso da escravatura da alma, - o analfabetismo, teve repercussão na pátria de Tiradentes, naquella terra alterosa, que José Bonifácio, o venerável chamou de “estrella brilhante do sul, formosa província de Minas.

Reis referencia em seu discurso as transformações educativas que estavam sendo formuladas em Minas Gerais que, segundo o texto, teve a inspiração vinda de homens como Tiradentes e José Bonifácio. No Estado do Paraná, o exemplo citado é José Correa de Freitas. Na visão do autor, o “nosso grande Correa” foi um dos principais representantes pela integração dos debates relacionados à questão do analfabetismo.

Hugo Reis afirma ser responsabilidade da imprensa lançar no seu primeiro congresso os debates intitulados a “A guerra contra o analfabetismo”. Essa ação seria um dos aliados mais importantes na luta pelos “nossos indigentes intellectuaes.” (O PROGRESSO, ed. 623, 17 out. 1912). No artigo intitulado “Imprensa a serviço do Progresso”, Maria de Lourdes

⁴⁵ Ferro de marcar gado, criminosos, escravos. Sentido figurado: ignomínia.

Eleutério analisa a atuação da imprensa na Primeira República (1889-1930), lembrando que já nos reportamos a esta passagem no tópico 2.1 desta dissertação. A alfabetização, na concepção republicana, era um fator essencial para a transformação da nação. Para os jornalistas, esta temática era também importante, uma vez que ela estava relacionada à formação do leitor. Nos periódicos da época, os leitores encontraram suporte preferencial para o exercício da leitura e das letras. Observa-se, por esta tendência apontada por Maria de Lourdes Eleutério, que Hugo Reis estava não só vinculado aos princípios republicanos de transformação social, como seguia também as linhas editoriais dos grandes jornais brasileiros.

No entendimento de Reis,

[...] sendo a imprensa a mais imediatamente interessada contra o analphabetismo, quer por neccessidades Moraes, quer por materiaes, pensamos que umas das resoluções primordiaes a que se deverá entregar ao congresso de jornalistas, seria a discussão de um requisitório proposto sobre o assumpto, e que deverá ser respondido com a máxima liberdade, e interpretado segundo o livre arbitrio de cada um, devendo, apenas, para haver homogeneidade, ser a questão proposta por uma comissão de congressistas especialmente nomeadas para este fim. Então creiamos na vitória dessa cruzada - quando a imprensa inteira do paiz de leste a oeste, do norte ao sul, inteira, vibrasse, cheia de esperança, cheia de fé, de entusiasmo, de verdade, de belleza, batendo-se num estrepito de talento pelos nossos indigentes intellectuais.

Nesse sentido, a partir do momento em que se posiciona criticamente em relação ao analfabetismo, o discurso do jornal passa a repercutir também o aparecimento de colégios particulares na cidade. Geralmente são colégios de procedência religiosa: “Collégio São Luiz” (1906); Collégio Sant’ Ana” (1910). O interessante é que em ambas as propagandas são elencadas as disciplinas oferecidas pelos colégios: “Religião, Portuguez, Francez, Arithmética, Geometria, Leitura, Geographia, História do Brazil, História Universal, Calligraphia, Desenho, Trabalhos Manuaes e Canto.”(O PROGRESSO, ed. 247, 13 jan. 1910).

No jornal, aparecem as escolas particulares religiosas. Segundo Etelvina Maria de Castro Trindade, “às escolas particulares laicas opõem-se, diametralmente, as confessionais, introduzidas em Curitiba, de 1880 a 1930.” (TRINDADE, 1996, p. 25). Ainda seguindo as argumentações da autora, apesar de existir uma variedade de escolas confessionais protestantes, “o grande contingente das escolas confessionais é, contudo representado pelas escolas católicas, sempre crescente em número, sobretudo após a chegada das congregações religiosas educacionais, a partir de 1895.” (1996, p. 27).

A edição ed. 264, de 22 fev.1910 divulga a implantação do Collegio Central do

Paraná: “Nesta cidade esta funcionando, desde o dia 11 de janeiro do anno passado o Collegio Central do Paraná que se propõe, no seu vasto programma annual de ensino, ministrar a infância e mocidade dos vários cursos: Primário; - Secundário e especiaes.” No jornal identifica-se que “[...] a escola é, pois, a alavanca prodigiosa que derruba as barreiras eminentes erguidas em opposição à marcha vertiginosa dos povos, na ampla estrada do progresso, e os eleva ao nível das nações cultas, da civilização mundial.”⁴⁶ (O PROGRESSO, ed. 326, 18 out. 1910). A escola passa a ser compreendida como sinônimo de civilização.

O número 326, de O Progresso, de 18 out. 1910, traz um texto que trata especificamente sobre escola. Ao discorrer sobre os fatores que levam à evolução, o autor afirma que as origens são: “[...] o trabalho, o estudo, os accommetimentos, a analyse dos factos, dos phenomenos, enfim a experiência própria, adquirida na prática das grandes luctas, na arena da vida.” Maria Cristina Gomes Machado, ao tratar da instrução da população, afirma que “a educação era não só vista como aquela que poderia aproximar as classes, mas que, no interior da escola, permitiria a elas se igualem e receberem as mesmas oportunidades.” (MACHADO, 2002, p. 107). Segundo Cristina Gomes, Rui Barbosa expressou o mesmo sentimento em seus pareceres: “destacou, em vários momentos dos pareceres sobre educação, que no século XIX a instrução popular se tornara uma necessidade imperiosa. Muitos intelectuais, representando os mais diferentes países, acreditavam que, com os sistemas nacionais de ensino, seriam alcançados melhoramentos na sociedade.” (p. 136). Ou seja, a educação popular povoou a mentalidade dos intelectuais como a única capaz de transformar a nação e seus cidadãos.

Pelo texto, o que colabora com o declínio social é um germe chamado “ignorância”. A ignorância por sua vez é definida como: “[...] a creadora dos lupanares, a mãe da mendicidade, a velha disseminadora do vício, esse micróbio da desgraça que germina pertinazmente, em todas as classes.” Para o autor,

A escola é o refulgente pharol que derrama nos cérebros, os luminosos reverberos da sciencia e esclarece a intelligencia ao homem, encaminhando-o para as largas empresas, onde com a consciência impolluta, com pujança de saber, prossegue impávido, heróe, antevendo n' um horisonte de esperanças, a recompensa das horas tristes provada na solidão do infortúnio – o triumpho de suas sublimes aspirações, a Victória (O PROGRESSO, ed. 326, 18 out. 1910).

Rui Barbosa expressou em seus pareceres fundamentações relacionadas à ignorância do povo. Terezinha do Nascimento analisa as definições deste intelectual. “Em sua

⁴⁶ Texto assinado por J. Tertuliano Pereira.

concepção, cabe à escola, eliminando a ignorância, contribuir para o ajustamento do indivíduo, transformando-o em cidadão útil a si e à sociedade.” (NASCIMENTO, 1997, p. 119). Na continuação do argumento, mais do que um ideal explicitamente republicano, Nascimento explica que para Rui Barbosa “vencer a ignorância popular era tido como condição necessária à superação das desgraças brasileiras já que supunha ser a miséria e a servilidade resultantes da ignorância.” (p. 44). Mas adiante ela cita o próprio Barbosa:

Ao nosso ver a chave misteriosa das desgraças que nos afligem, é esta, e só esta: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria. Eis a grande ameaça contra a existência constitucional e livre da nação: eis o formidável inimigo, o inimigo intestino, que se asila nas entranhas do país. Para o vencer, releva instaurarmos o grande serviço da ‘defesa nacional contra a ignorância’ (BARBOSA, 1946, I: p. 121 e 1942, p. 12).

O artigo “Flôr intellectual... flôr de sangue... pátria viva... Mocidade!”, publicado em 20 de julho de 1915, edição nº 1410 do *Diário dos Campos*, assinado por Hugo Reis, discorre sobre o valor político da mocidade universitária. Por meio de vários questionamentos, ele atribui a esta mocidade o papel manifestante do patriotismo político e cultural. Em um dos questionamentos interroga: “não foi ella que iniciou a grande campanha de reivindicação moral, feita pela “flor intellectual” do seu talento, fazendo a reviravolta da opinião publica do Brasil a favor do Paraná?” Depois de citar exemplos de jovens vencedores e analisar a importância das jovens femininas, conclui o texto:

À mocidade cabe examinar a herança que a nação lhe dá. Si nossos maiores nos entregaram uma Republica podre e corrupta, a mocidade, cheia de ideal, que não se vende e que não se compra, que tem consciência, e liberdade de pensamento, que bebeu nas escolas o critério da analyse, tem o direito da crítica, o direito do exame, o direito de corrigir, de aplicar o ferro em brasa às chagas da pátria, o bisturi as vasos corruptos. E quando o paciente se revolte contra a cura, a mocidade ainda tem o supremo direito de todos os povos que é o da Revolução.

Outro ponto atrelado à missão da educação é a questão da higiene, que aparece também nos discursos do jornal. As iniciativas tomadas nesse sentido visam convencer a população urbana sobre a necessidade dos cuidados pessoais. A reportagem intitulada “Os Mandamentos da Hygiene” traz vinte pontos cujo primeiro refere-se à saúde:

A saúde do cidadão não lhe pertence, pertence à sociedade, cuja prosperidade e força se fazem da saúde de todos. O individuo deve tudo fazer para conservar-se em estado de fornecer a parte da actividade, de prestar o serviço que a sociedade tem o direito de exigir d'elle (O PROGRESSO, ed. 247, 13 nov. 1910).

O indivíduo necessita estar bem e com saúde, tudo isso para cumprir o seu papel social, que é o de servir a própria sociedade. Nesse número o jornal traz as informações necessárias para se ter uma boa higienização e no nº 252, de 25 jan. 1910 o discurso apresenta-se como defensor do chamado “educador higiênico” (ou médico) com boa formação.

Enfim, o médico para dirigir a Hygiene, como requer o cargo que acaba de ser creado, exige que o nomeado seja um hygienista, um especialialista, que só cuide e trate do saneamento da cidade; estudando e executando as providencias aconselhadas, indicadas pela sciencia, para que não tenhamos de lamentar, pelas facilidades de descuido de um médico que não tome a sério a importância do cargo, os males advindos das inconveniências praticadas por incompetentes.

Este discurso exige um educador bem preparado para ensinar a população sobre os princípios básicos da higiene. Não adiantava, neste caso, ter boas iniciativas. Era necessário alguém com domínios técnicos suficientemente capazes de dar uma boa instrução para o povo. Daí a exigência do médico ou higienista com boa formação.

As discussões relacionadas à higiene estiveram presente em Curitiba no início do século passado. Geralmente na questão educacional a higiene se converte em orientações práticas para a adequação das construções das escolas. Portanto ela está ligada às normas do conforto. Ao discorrer sobre o assunto, Etelvina Maria de Castro Trindade afirma que, “nesses ambientes austeros, pretende-se, no início do século, disseminar a moral, difundir a ética e a fé, enaltecer o progresso e o trabalho; distribuir disciplina e a ordem, incentivar o civismo e introduzir a saúde e higiene.” (TRINDADE, 1996, p. 28).

No tocante à higienização, um debate bem intensivo aconteceu nas conferências educacionais realizadas pela Associação Brasileira de Educação. A semântica predominante era a mesma e cuja passagem já fizemos referência acima: a falta de higiene aparecendo como doença que necessita ser curada.

Segundo Marta Maria Chagas de Carvalho, nessas conferências “a inegável gravidade da questão sanitária no país reforçava o poder persuasivo da propaganda educacional.” (CARVALHO, 1998, p. 146). Ainda conforme Marta Carvalho, a questão da higienização é colocada como uma “metáfora sanitária” com grande poder de “sensibilização”. Essa sensibilização é decorrente porque o que aparece nesses discursos é

[...] a imagem negativa e um tanto abstrata da ausência de educação é substituída, com vantagem, pela imagem concretizante da doença que induz a imaginação do ouvinte a visualizar, no horror análogo do câncer ou da degenerescência física, os maléficos da situação educacional do país (p. 146).

O discurso sobre a higienização está próximo das discussões que professam o analfabetismo como doença que precisa de remédio. O remédio indicado para a cura é a educação. A “educação higiênica” foi colocada na pauta da primeira Conferência Brasileira de Educação. Na oportunidade (ainda que não estivesse explicitamente presente), foi formada uma comissão para tratar exclusivamente do assunto. Pelas discussões ficou definido que no campo educacional as propostas debatidas

[...] traduziriam-se como valorização de questões morais e sanitárias avançadas como dispositivos de fixação de hábitos e de erradicação de vícios. Tendo como denominador comum a implementação de um modo de vida moralizado e sanitizado no qual o trabalho e a família eram modelados por uma série de micro-dispositivos, tais propostas funcionavam como os principais recursos da profilaxia social (p. 315).

Pela análise que fizemos até aqui pudemos perceber que a educação tinha como missão combater o analfabetismo e ao mesmo tempo instituir medidas higiênicas para a sociedade.

3.2 EDUCAÇÃO DA MULHER E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Neste item, tomamos como ponto de partida analítica a transcrição da fala de Annita Philipowiski. Em entrevista concedida a Raul Gomes ela afirma:

Nós moças de Ponta Grossa, que fontes tivemos e temos para saciar nossa sede de saber? Em uma escola de primeiras letras recebíamos o ensino das matérias elementares, e este mesmo interrompido pelos impedimentos da professora, e nada mais.

Para freqüentar o curso secundário na capital poucos paes podem arcar com as despesas.

A Escola Normal prepara as moças especialmente para professoras, porém poucas são as que têm vocação e a indispensável dedicação para a carreira, e por este motivo vem a ser, quase todas, mestras bem medíocres.

Quando se abriu o instituto “Dr. João Candido”, em nossa cidade podia estabelecer se também um curso secundário para meninas ensinando com especialidade geographia geral, eletrecidade, escripturação mercantil, contabilidade, tachigrafia e uma das línguas mais geralmente faladas como a franceza, ingleza ou allemã. Ficariam, com o preparo nessas matérias, habilitadas para occuparem cargos no correio, telegrapho, telephone, ou como guarda livros e correspondentes commerciaes.

Seria prematuro reclamar universidades ou academias no Paraná onde se salientassem mulheres como Mme. Curie Lente da Sorbonne, Luiz e Jacobsen na Dinamarca, Anna Rogstad membro do Parlamento na Noruega e ultimamente até uma secretaria da legação, Clotilde Luici, nomeada pelo Governo do Uruguay para a respectiva legação em Bruxellas (O PROGRESSO, Ed. 595, 08 ago. 1912).

O pensamento de Annita Philipowiski é adiantado em relação a sua época. Ela comenta sobre a fragilidade da escola de primeiras letras destinada às mulheres e afirma que poucos pais podiam financiar o curso secundário na capital. Com isso, a única alternativa apontada por ela refere-se à Escola Normal. Esta, por sua vez, oferecia curso de formação de professores, mas segundo Annita, eram poucas as mulheres que tinham vocação para esta função. Por isso ela nem cogitava exigir ensino universitário na cidade. Mesmo assim, não deixa de lamentar a falta de uma escola secundária para as mulheres:

Ponta Grossa; porém, a segunda cidade em população e progresso commercial e industrial, já devia ter um estabelecimento de ensino secundário para meninas, que as preparasse para a lucta, pela vida, porque aquella de entre nós que quizer, abandonando a rotina commum, sahir desse circulozinho estreito e oppressor, adquirir os meios para se lançar n'uma esphera mais ampla, para levar uma vida menos dependente; enfim, há de recuar vencida ante a impotência de ver realisada a sua elevada aspiração na falta de uma escola que lhe faculte para esse fim o saber necessário (O PROGRESSO, Ed. 595, 08 ago. 1912).

Existiam, no entendimento de Anita Philipowiski, muitas deficiências no que se refere à educação feminina. O discurso do jornal *O Progresso* já se antecipava na sua defesa. Essa atuação discursiva se dava, porém, a partir de uma condição:

Quando em uma escola, encontrardes creanças bem educadas; quando na sociedade, encontrardes homens bastante polidos, podeis asseverar de antemão que foi uma boa e intelligente mãe quem lhes guiou os primeiros passos e quem lhes abriu cuidadosamente a pratica da moral (O PROGRESSO, ed. 246, 11 jan. 1910).

Este texto foi escrito por Maria E. Nascimento que, na conclusão, sustenta que: “a mulher precisa, pois, ter uma educação e instrução elevada, porém, dentro do raio de nação que lhe está traçado”. O que prevalece é um discurso de mulher submissa que, se a educação faz-se necessária em sua vida, o único benefício a ser alcançado é a educação dos filhos. O que se construía era a imagem de uma mulher do lar, com a única finalidade de cuidar dos filhos e do marido.

Etelvina Maria de Castro Trindade, em *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na primeira república*, analisa a educação feminina. Nesta obra utiliza como fonte básica a imprensa periódica. Os objetivos principais traçados pela autora baseavam-se na investigação do pensamento, compreensão da educação, conhecimento da cidade e redescoberta das mulheres. Segundo Trindade, “as primeiras décadas da República no Brasil foram marcadas pela necessidade de consolidar o novo regime, fazendo surgir uma série de estratégias que a

mulher não está absolutamente alheia.” (TRINDADE, 1996, p. 13). Surge a imagem da mulher submissa. Conforme destacado acima, a mulher “educada para o mundo interior, é uma mulher solicitada a dar contribuição externa que inclua tanto o desembaraço e a efusão, quanto o recato e a modéstia.” (p. 14). Mas por que educar a mulher? “Instrua a mulher para evitar que caia na degradação pecaminosa dos prostíbulos. Instruam-na para que ganhe a vida com honra para si e proveito para a sociedade, eduquem-na para estar cônica de seus deveres e ter cultura, para conquistar a felicidade na gratidão e veneração do homem.” (p. 30).

A mesma autora ainda relaciona alguns objetivos da educação feminina na República:

Na mulher republicana a escola pretende desenvolver atributos que a tornem apta a exprimir uma face interna e intimista, voltada à manutenção da unidade familiar, e uma figura externa e pública que preencha os interesses da sociedade e da nação. A primeira compõe a “mulher interior”, contida, restrita aos espaços domésticos e ao círculo de parentela; a segunda, a “mulher manifesta”, aberta aos espaços do mundo social, do mercado de trabalho e da comunidade política (TRINDADE, 1996, p. 31).

No discurso do jornal relatado acima a função principal da mulher “educada” seria para que ela tivesse condições de educar seus filhos. Nesses objetivos identificados por Trindade, essa condição permanece intocável. Com relação à educação da mulher: “que se pretende da menina? Que seja o anjo velador do lar, a carinhosa promotora da educação da família.” (p. 32). Conforme aponta a autora, “[...] a República vê na mulher e em seu corpo a matriz das futuras gerações: mas entende, por outro lado, que a mãe só preenche plenamente sua função sendo aquela que educa;” (p. 35), porém, já se preconizam possibilidades para que se ampliem o espaço de sociabilidade das mulheres.

Trata-se da profissionalização da mulher que começa a desenvolver-se nos países europeus. O artigo intitulado “O Talento das mulheres”, (O PROGRESSO, ed. 276, 23 jun. 1910), traz em seu conteúdo um discurso que relativiza a dominação masculina e tem como contexto as transformações femininas europeias. Divulga-se representativamente o surgimento de uma mulher de participação mais ativa na vida pública. O texto é transcrito desta forma:

Nos países em que a educação moral da sociedade cercou a mulher de respeito, garantiu a contra a insensatez sensual do macho, deu-lhe, em pé de igualdade, o direito de sentar-se nos mesmos bancos acadêmicos que ocupavam sózinhos os homens – ella começou a desenvolver os seus talentos, a disputar a vitória no struggle for life e a ser sinão competidora, collaboradora preciosa delle na obra da civilização.

Na passagem fica clara a divulgação de um novo ideal de mulher. Elas que estavam submetidas a uma vida enclausurada, doméstica, começavam a ter participação mais destacada na vida social pública. Mas isto acontecia somente nos países europeus. Certamente a iniciativa do jornalista era fazer com que se criasse no seio social o desejo de constituir essas novas experiências. Esta condição deve ser olhada com muita cautela, pois autor do texto assume uma postura temerosa em relação à emancipação feminina. Para isso, basta observarmos a sequência do texto em que são descritos os novos cargos ou funções ocupadas pelas mulheres no velho mundo:

No commercio, a actividade feminina está começando a criar uma situação difícil para o homem. Capaz de administrar a sua vida com mais economia e maior conforto que seu rival; mais delicada e flexível e com um desenvolvimento senso artístico nativo, assim habilitada a produzir trabalho mais barato, nítido, acurado e rápido – a datylographa, a telegraphista, a caixeira, a enfermeira, a servente de laboratório, em regra desloca o homem e toma-lhe o lugar.

A mulher é apresentada com maior eficiência que o homem. Ao mesmo tempo em que sua mão-de-obra “é mais barata que o masculino”. O que se percebe por estas duas passagens é novo espaço social que a mulher passa a ocupar. A mulher que permanecia até então num espaço predominantemente familiar passa a ter visibilidade pública. No final do século XIX sua presença começou a ser percebida em lojas e no universo do trabalho como um todo. Essas transformações em relação a “emancipação” feminina são resultantes de dois fatores. O primeiro, a aceleração do processo de urbanização; e o segundo, as transformações no setor da industrialização. No final da primeira citação do jornal, a ocupação do espaço social pela mulher (a disputar a vitória no struggle for life e a ser sinão competidora), pode ser aproximado dos apontamentos de Trindade: o temor da concorrência feminina nos mercados de trabalho – situação que os resultados dos Editais das Universidades já sugeriam quinze anos atrás:

Não é séria. Essa concorrência que a mulher vem fazendo do homem é desleal. Desleal e lesiva dos próprios interesses das Evas Modernas cheias de idéias avançadas para... trás. Vamos à ‘discussão’ do caso. Em toda parte, no comércio, na indústria, no funcionalismo público ou não, por todos os cantos se mete a mulher evoluída. O que acontece com isso? Os homens vão sendo desbancados nos empregos e são lesados os próprios pais, os próprios irmãos da costela que progride ou julga progredir. (TRINDADE, 1996, p. 86).⁴⁷

⁴⁷ Retirado de *Diário da Tarde* de Curitiba, 01 de março de 1929.

Depois de abordar a profissionalização feminina e sua inserção no mercado de trabalho, o jornal aponta a colaboração da mulher no campo científico. O aspecto mais importante nesta área refere-se principalmente ao da educação. Ou seja, a mulher ocuparia expansivamente e predominantemente a função de professora. Aliás, esta era uma das funções destinadas as mulheres de Ponta Grossa, como afirmou Annita Philipowski na introdução deste tópico. Sobre esta questão,

A colaboração da mulher na educação da mocidade é preciosa no terreno da pedagogia moderna.
O ensino das crianças é uma especialidade em que domina soberana a mulher, na escola de hoje.
Vencidos os preconceitos estúpidos que se oppõem á educação conjuncta dos sexos, a emulação nascida do trabalho em commum, no mesmo salão, sobre as mesmas provas, redunda em benefícios incalculáveis para ambas as fracções da humanidade (O PROGRESSO, ed. 276, 23 jun.1910).

A partir de Etelvina Trindade percebemos que timidamente surgia uma mulher que transpunha os limites de sociabilidade doméstica. Após destacar o papel eficiente e importante da mulher no campo do ensino, o autor conclui o texto: “no futuro, compreendendo-se melhor, mais aptos para um collaboração intelligente, bem aparelhados com melhores recursos para o domínio da natureza inconsciente, ao crepúsculo matinal de uma nova era [...]” (O PROGRESSO, ed. 276, 23 jun. 1910). Essa nova era, preconizada pelo jornalista, seria a de plena colaboração entre homens e mulheres, de certa forma favorável ao desenvolvimento material e intelectual da sociedade. Esse texto foi transcrito no jornal *O Progresso*, de uma reportagem original, publicada em *O Correio de Campinas* e assinada por Erasmo Braga.

Nesta passagem é preciso que contextualizemos a função da mulher educadora, a qual está presente nos propósitos republicanos de educação popular. “É o sonho da República espalhando a instrução, democratizando a sociedade para formar o cidadão cívica e moralmente e colaborar para que o Brasil se transforme em uma nação à altura das mais progressistas do século.” (TRINDADE, 1996, p. 163). E é nesse projeto de educação que surge a escola Normal e a imagem da mulher professora:

A professora primária é a única pessoa que pode obter para as nações este fruto admirável. Só ela é capaz de tanto, porque é mulher, porque é mãe da escola – Afirmou Sheridam que as mulheres nos governam; pois então, continua ele, procuremos torná-las perfeitas, porque, quanto mais luzes elas tiverem, tanto mais esclarecidos seremos nós, os homens (TRINDADE, 1996, p. 163).

Rosa Fátima de Souza (2001) ao complementar a afirmativa de Trindade, assevera que:

No início do século XX, o magistério primário estava constituindo-se enquanto categoria profissional. O valor atribuído a escola pública dignificou a profissão docente e o professor passou a ser considerado o “apóstolo da instrução” - o profissional responsável pela mais nobre missão, isto é, a formação do cidadão republicano. Apesar dos baixos salários, ser professor ou professora era digno de respeito, reconhecimento, admiração (SOUZA, 2001, p. 91).

Ao analisar as imagens das escolas e as fotos dos docentes que nelas lecionavam, Souza (2001) procura reafirmar a superioridade feminina no contexto do magistério. “O grande número de mulheres em relação ao reduzido número de professores do sexo masculino registra o que foi a composição do magistério primário no Brasil do final do século XIX.” (p. 92).

Nesse processo de transformações, a vida feminina vai tomando uma nova direção e se percebe as mudanças por ela sofridas. São percebidas que a imagem da mulher educadora é resultante das transformações do processo formativo do magistério. Trata-se da implantação da Escola Normal.

Conforme os apontamentos de Leonor Maria Tanuri, a ideia de escolas voltadas a formação de professores está diretamente ligada à institucionalização da instrução pública no mundo moderno.

No decorrer do artigo intitulado “História da formação de professores”, após citar várias leis cuja finalidade é a inserção da instrução pública ao povo, ela afirma que “a primeira Escola Normal brasileira, foi criada na província do Rio de Janeiro, pela lei nº 10, de 1835.” (TANURI, 2000, p. 64).

Esta primeira escola foi efêmera e a revitalização da Escola Normal brasileira só se efetivou a partir de 1870. Nesse momento histórico, o Brasil vivenciava transformações profundas no campo ideológico, político e cultural. Na Escola Normal, “[...] o magistério feminino apresentava-se como solução para o problema de mão-de-obra para escola primária, pouco procurada pelo elemento masculino.” (p. 66). No Império ela foi pouco expansiva. No entanto, no período republicano, a Escola Normal foi o grande referencial de formação de professores.

Na seção “Notas Pedagógicas”, transcritas de artigo veiculado no *jornal O Estado de*

*São Paulo*⁴⁸, podemos perceber a dimensão da educação brasileira neste período. No artigo o jornal critica o ensino normal. No entendimento do autor,

Neste ponto devemos acrescentar que o ensino normal no Brasil é uma burla completa. As escolas denominadas ‘normaes’ não passam de estabelecimentos de ensino secundário, sujeitos ao mesmo regimento anarchisado e ao mesmo tempo pessoal incapaz dos demais. A aprendizagem profissional, theorica e pratica, está geralmente descurada, sendo a pedagogia leccionada num só anno com esquecimento da methodology. De resto não apresentam nenhum fim educativo nacional, tendendo a desenvolver-se no espírito do futuro mestre a consciência das suas funcções na constituição de uma nacionalidade forte, próspera e culta. Accresce que o programa de taes escolas não atende as necessidades de um povo que, soube obedecer a influencias de um meio selvagem, precisa renovar seus methods de trabalho, incompatíveis com a sociedade hodierna. É assim que em nenhuma dellas se ensinam noções de agricultura e economia doméstica, ao inverso do que se verifica em outras nações adiantadas. Localisadas nas capitaes do Estado, frequentemente sem communicões fáceis e rápidas, as nossas normaes não poderão fornecer professores a enormes zonas do interior. Donde a radical improficuidade que apresentam para efficaz combate do analfabetismo – o mais terrível do nosso progresso. Remover tais e tantas deficiências: difundir estrategicamente os institutos normaes; pautal-os por modelos aperfeiçoados, dotal-os de efficiencia technica, convertl-os em orgams essenciaes da reconstrucção nacional – é o problema máximo que se impõe aos nossos governos. Mas como resolve-lo? Estudamos as repostas em outras ‘notas’, que estas já não comportam o desenvolvimento exigido semelhante questão (O PROGRESSO, ed. 277, 25 jun. 1910).

Na passagem acima o autor assume um posicionamento crítico em relação à Escola Normal. Ela, que antes foi implantada como um modelo básico de formação, apresentava-se com muitas deficiências. Mas como solucionar o problema? Na mesma seção de “Notas Pedagógicas”, agora no nº 284 de 12 jul. 1910, no artigo intitulado “O Ensino Normal em S. Paulo de 1810 até a presente Necessidade de organisal-o sem mais demora”, o autor volta a referir-se ao problema do ensino normal no Estado de São Paulo. A falta de medidas urgentes para a melhora na educação implicaria em deficiências muito grandes para o futuro. Se não houvesse investimentos na educação, tais deficiências se tornariam maiores ainda.

Com relação aos professores, o autor do artigo destaca dois tipos: o primeiro ele

⁴⁸ O jornal *O Estado de São Paulo* foi fundado em 1875 com o nome de *A Província de São Paulo*. Sua fundação era resultado da aliança entre elites rurais e burguesia ascendente. Amparado em sólidos capitais, conjugou a ideologia elitista das classes dirigentes com um veio de defesa do cidadão. Marcado pelo arrojo dos avanços técnicos, o jornal garantiu seu lugar como um dos principais veículos de comunicação de São Paulo e mesmo do Brasil, durante o maior período do século XX. (LUCA; MARTINS, 2008, p. 88). A oligarquia paulista, tendo seu único partido de representação (o PRP, Partido Republicano Paulista), sofre várias dissidências internas que passaram a contestar o situacionismo. O jornal *O Estado de São Paulo*, vinculado à família Mesquita, era “independente”. Mas sob a postura empreendedora de Júlio de Mesquita, agregaram-se vários intelectuais da última geração oligárquica. Muitos destes intelectuais vinham de oligarquias arruinadas e assumiam esse discurso de “burguês populista”. Neste aspecto muitos intelectuais destacados no meio literário escreviam neste jornal em defesa do povo e da instrução como um todo (MICELI, 1979, p. 1-15).

chama de professor complementarista; o segundo de normalista. Além de apontar esta nomenclatura, o autor preocupa-se em analisar as distinções entre ambos. Os complementaristas “são professores toleráveis somente na analfabetolandia, onde até as leis parecem de analfabetos”. Percebe-se uma crítica aberta a este tipo de professor, quando há a afirmação de que não são municiados pelas doutrinas pedagógicas, bem como que essas lacunas condizem com a consequente falta de instrução dos alunos, que geralmente permanecem analfabetos.

Os normalistas, apesar de uma semântica distinta, não têm um significado propositivamente favorável. “[...] Eles não satisfazem melhor as boas normas pedagógicas.” Com uma série de argumentações, o autor visibiliza a educação normal como deficitária. Para explicar essa deficiência, busca-se um retrospecto histórico que antecede a proclamação da República:

Meses depois de proclamada a Republica, verificou-se o primeiro esforço para amoldar o ensino normal aos seus verdadeiros fins profissionaes. Reclamou essa ‘grande reforma’, que ‘havia de nos dar a escola nacional capaz de inculir no animo popular o sentimento da pátria moderna’, esta mesma folha, pela penna de um velho mestre – Rangel Pestana⁴⁹. Foi então que o governador Prudente de Moraes encarregou esse seu amigo e companheiro de organizar os planos postos em vigor pelo decreto de 12 de março de 1890, ‘reformando a Escola Normal e convertendo em escolas-modelos as escolas annexas (O PROGRESSO, ed. 284 de 12 jul. 1910).

Segundo Leonor Maria Tanuri, foi lento o processo da implantação da escola de formação exclusiva de professores. Esta autora afirma ainda que

O estabelecimento de escolas destinadas ao preparo específico dos professores para o exercício de suas funções está ligado à institucionalização da instrução pública no mundo moderno, ou, seja, à implementação das idéias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população (TANURI, 2000, p. 62).

Como observamos acima, a partir de Leonor Maria Tanuri, a primeira Escola Normal Brasileira foi fundada no Estado do Rio de Janeiro em 1835 e sua estabilização só aconteceria no final do século XIX. Por isso a dicotomização entre complementaristas e normalistas

⁴⁹ Francisco Rangel Pestana nasceu em Nova Iguaçu em 26 de novembro de 1839 e faleceu em São Paulo, em 17 de março de 1903. Foi jornalista e político brasileiro. Signatário do Manifesto Republicano (1870), foi deputado da província de São Paulo em diversas legislaturas e, proclamada a República, assumiu a direção da província no triunvirato em que também faziam parte Prudente de Moraes e o coronel Joaquim de Sousa Mursa. Em 1890, foi eleito senador, cargo que exerceu até 1896.

conforme a especificação extraída do jornal e citada acima. Rosa Fátima de Souza afirma que “o curso complementar, também com duração de quatro anos, destinava-se inicialmente aos alunos habilitados do curso preliminar, e deveria ser ministrado em escolas complementares. Souza continuando aponta que

Esse 2º grau do curso primário logo foi descaracterizado como tal, sendo transformado, a partir de 1895, em escolas para formação de professores preliminares. Até serem transformadas, em 1911, em escolas normais primárias, as escolas complementares foram efetivamente as responsáveis pela formação do magistério primário (SOUZA, 1998, p. 44).

Na visão do jornalista, nem a escola complementar, nem a escola normal eram capazes de formar profissionais condizentes com um ensino de qualidade para o povo brasileiro. Mesmo assim, o autor do texto arrisca-se a afirmar que a reforma da educação do Estado de São Paulo e a reformulação da Escola Normal trariam novas perspectivas para a instrução pública.

Em ed. 291, de 28 de julho de 1910, na mesma seção Notas Pedagógicas, saiu o artigo intitulado “Como o preparo dos professores complementaristas se tornaria eficaz – o que eles necessitam saber – uma solução que o momento reclama”. Na introdução, o autor faz referência à educação norte-americana. A ideia apresentada é que nos Estados Unidos a expansão da educação foi discutida e implementada por uma comissão de especialistas.

Com relação ao ensino normal, afirma-se que “o ensino em taes escolas seja simplesmente profissional.” Por esse motivo, o autor conclui a seção apontando que “em nosso caso, seria exigir como base do ensino normal um curso secundário nos gymnasios, divididos em dois cyclos, um realístico e outro clássico [...]” No nº 292, de 30 de julho de 1910, há a indicação de que “[...] a principal disciplina a leccionar seria a pedagogia, abrangendo a theoria prática e a crítica.” Segundo o autor, “por theoria pedagógica não compreendemos certas futilidades sobre a existência de uma sciencia ou arte de educar, a vantagem ou desvantagem da educação, as infinitas divisões desta, etc.” mas sim

[...] a evolução das doutrinas pedagógicas através dos séculos, e vida exemplar dos grandes pedagogos em busca do aperfeiçoamento humano, a comparação dos systemas educativos dos vários payzes, a exposição da methodology moderna, em fim, tudo quanto em todas as nações illumina o cérebro, forja a alma e guia o esforço do verdadeiro mestre, que não é mais um producto do empirismo.

Na conclusão do artigo, em texto circulado na edição nº 297 de 11 de agosto de 1910

o autor sugere disciplinas condizentes com a realidade brasileira. Entre elas destaque para a “jardinagem, horticultura e agricultura.” Além disso, há o enfoque para a necessidade da educação artística, com atenção especial à música. Outras atividades “compreenderia trabalhos manuaes, ou economia doméstica, desenho e gymnastica.” No discurso se percebe a defesa de uma educação que contemple o intelectual e o físico do indivíduo.

O nº 543 de 02 de abril de 1912, do jornal *O Progresso*, traz um informativo sobre as escolas complementares. “Sabemos que na reforma definitiva da instrucção publica do Estado de que cogita o actual governo, ficou resolvida a instituição de diversas escolas complementares na cidade de Ponta Grossa [...]” No final do texto, sustenta-se que a finalidade dessas escolas seria “preparar professores que iniciem o seu magistério em instância inferior.” (O PROGRESSO, ed. 543, 02 abr. 1912). Mais uma vez a preocupação com a formação dos professores. Por esta passagem percebemos abordagens relacionadas à reforma educativa do Estado do Paraná.

Conforme Teresa Jussara Luporini, a primeira Escola Normal do Paraná foi fundada em 1876, na cidade de Curitiba. Segundo a autora, num diálogo com Lilian Wachowicz, “a instrução pública estava abandonada à própria sorte [...] o professor é que providenciava os serviços de instrução, desde o aluguel de casa com uma sala adequada, até a chamada dos alunos em idade escolar para a matrícula e freqüência à escola”. (LUPORINI, 1994, p. 21). A Escola Normal, segundo a análise de Luporini, tinha como principal objetivo a melhoria da instrução elementar no Estado. Após enfrentar várias dificuldades, foi organizada definitivamente no Paraná em 1883.

Além da ocupação dos espaços profissionais diversos, da profissionalização do magistério e a consequente inserção da mulher no campo educacional, o discurso do jornal representou a questão da feminilidade. Na edição nº 297, de 11 ago. 1910, o autor discorre sobre o feminismo nacional. Esse manifesto seria lançado no Rio de Janeiro “[...] por um grupo de senhoras brasileiras que vêm com veemência de paixão concitando mulheres para aggrupar bancas em torno do pendão da emancipação da mulher.” Com base nas ideias socialistas, elas defendem “a liberdade dellas na política.” Compara: “[...] Adão e Eva. Serão, como o foram na fábula, os senhores do paraizo, partindo de mãos dadas, eternamente, felicissimamente, para a conquista maravilhosa do pomo de áureo da sabedoria.” A passagem, enfatiza que o manifesto feminista se expressava pela busca da igualdade com os homens.

Discorrendo sobre o feminismo, Maria Etelvina Trindade afirma que “[...] a mulher poderá atingir, no sonho das feministas: o nível ideal de uma concreta participação política: [...] uma educação completa primeiro e depois... o resto virá fatalmente, quer os obstinados

oposicionistas queiram, quer não.” (TRINDADE, p. 1996, 88). Esta interpretação feita por Etelvina advém da transcrição da fala da feminista Mariana Coelho: “o sexo feminino, da mesma forma que o masculino pode, socialmente falando, subir a escala do progresso até onde as próprias forças intelectuais lho permitam, sem jamais abandonar o seu primordial papel e simpático papel, que sempre representará, vitorioso no lar [...]” (p. 88).

Ao ampliar as discussões sobre o movimento feminista, afirma: “já o movimento feminista, desembarcado no Brasil na bagagem da estudante da líder Bertha Lut, aporta em Curitiba na virada do século e desperta uma acirrada polêmica entre os grupos antagônicos claramente delineados.” (p. 110).

Outra questão recorrente no jornal refere-se às Universidades femininas. O nº 331, de 29 out. 1910, traz a reportagem “Universidades Femininas,” afirmando que “existem actualmente na América do Norte” muitas delas, as quais teriam por função educar a mulher norte-americana. Na avaliação do jornalista, “o paiz de grandes mulheres é um grande paiz. A mulher educa. O homem instrue. A educação é a grande força da sociedade, e a educação é feita no lar, pela mulher. A mulher é a primeira mestra do filho e a única mestra das filhas.”

À Universidade Feminina a historiografia consultada não faz nenhuma referência. No entanto, é rico o debate entre a dicotomia instruir e educar. Gramsci argumenta que “não é completamente exato que a instrução não seja também educação.” (GRAMSCI, 2006a, p. 43). Ainda segundo Gramsci, “a insistência exagerada nesta distinção foi um grave erro da pedagogia idealista, cujos efeitos já se vêem na escola reorganizada por esta pedagogia”. Ademais, “para que a instrução não fosse igualmente educação, seria preciso que o discente fosse uma mera passividade, um “recipiente mecânico” de noções abstratas, o que é absurdo, além de ser “abstratamente” negado pelos defensores da pura educatividade precisamente contra a mera instrução mecanicista.” (p. 44).

Gramsci vai mais longe na sua argumentação: “por isso, pode se dizer que, na escola, o nexó instrução-educação somente pode ser representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em o que o professor é consciente dos contrastes entre os tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade e de cultura representado pelo aluno.” (p. 44). E para concluir, afirma que “[...] um professor medíocre pode conseguir que os alunos se tornem mais instruídos, mas não conseguirá que sejam mais cultos.” (p. 45).

Como percebemos, Antonio Gramsci se coloca num posicionamento crítico em relação a esta dicotomia, que, na realidade, esteve presente na educação brasileira do início do século XX. Segundo Marta Maria Chagas de Carvalho,

esse termo estava atrelado a arte de ensinar tal como compreendia a moderna pedagogia que circulou no país em fins do século passado e início deste a seus supostos materiais. Nessa pedagogia como arte de ensinar, fala-se mais de ‘instrução’ do que ‘educação’ e ensinar é prática que se materializa em outras práticas. Na pedagogia da Escola Nova, de que os renovadores são, no Brasil, os arautos, não se fala mais em ‘instrução’, mas em educação (CARVALHO, 2003, p. 345).

Portanto, no período por nós analisado, a educação teve essa semântica pré-escolanovista e prevaleceu a palavra instrução. Rosa Fátima de Souza também traz esta discussão. Segundo ela, “instruir significava transmitir conhecimentos, e educar, transmitir valores e normas, isto é, a formação do caráter.” (SOUZA, 1998, p. 174).

A educação da mulher teve um destaque relativo nas páginas do *Diário dos Campos*. Primeiramente ela aparece como necessidade da mulher educar seus filhos. Posteriormente, este periódico sustenta a tese da inserção da mulher no mercado de trabalho. Primeiro, ela ocupa o comércio e as funções de modo geral. Depois, o que passa a prevalecer é a função da mulher educadora. Nesse contexto, exige-se a implantação da Escola Normal e ao mesmo tempo o discurso do jornal passa a questionar as suas deficiências. No próximo tópico discutiremos sobre os desejos de reformas educacionais.

3.3 DESEJOS DE REFORMAS EDUCACIONAIS

No que se refere aos desejos de reformas, iniciamos nossa análise no pensamento educativo de Rui Barbosa. Na edição 250, de 20/01/1910, uma coluna do jornal apresenta Rui Barbosa na reprodução de um documento redigido por este intelectual e denominada a plataforma:

A plataforma do Sr. Ruy Barbosa é um documento político, que a força de uma lógica irreductível esmaga a protervia, e fallando bem alto à Nação mostra o que Ella deve ser no futuro, deixando após si esse amontuado de erros e de crimes perpetrado à sombra de uma Constituição, rasgada desde os seus primeiros dias de existência.

Neste documento, explicita-se a necessidade da reformulação da Constituição Federal: “continuamos a summa deste documento político, que passará ao archivo da história como um código inestimável de grande civismo; vamos citando o que diz o Dr. Ruy Barbosa sobre o código civil”. No texto é feita uma breve análise do debate envolvendo a formulação

do código de ensino brasileiro. A principal questão debatida é sobre a instrução pública:

Falta de instrução pública, que tem idéias amplamente desenvolvidas sobre o assumpto.

Os governos entre nós reformam os mecanismos e nenhum busca reformar os costumes.

Temos tido códigos de ensino cheios de respeito e de excellentes disposições, mas quasi que unicamente para dar pasto ao arbítrio da administração.

A instrução publica entre nós carece continuidade na observância da lei, effectividade na distribuição do ensino; realidade no exercício da fiscalização, especialmente no que diz respeito aos colégios equiparados, livres e faculdades livres.

São trivialidades cada uma das quaes denuncia uma lacuna factal na educação do paiz e que se não se mantiver em letra morta se reabilitará (O PROGRESSO, ed. nº 252, de 25 jan. 1910).

Nesta passagem percebemos como temática central aspectos relacionados às reformas educacionais. No centro das discussões estavam presentes as ideias de Rui Barbosa. A instrução pública foi questão constante no seu pensamento. Maria Cristina Gomes Machado afirma que “no conjunto da sua obra, a educação ocupa lugar importante, mas num espaço de tempo muito curto (1881-1883).” (MACHADO, 2002, p. 29). Entre as reformas preconizadas por Rui Barbosa, merece destaque a da educação. O século XIX foi o “século que difundiu a instrução pública, e Rui Barbosa foi influenciado pelas discussões da época, tanto que, empenhado num projeto de modernização do país, se interessou pela criação de um sistema nacional de ensino, desde o jardim de infância até a universidade.” (p. 109).

No mesmo texto, ainda são trazidos alguns pontos relacionados ao melhoramento da educação.

Indica: 1º o melhor método do ensino secundário nos estabelecimentos federaes; 2º a remodelação do ensino jurídico, obedecendo as normas que lhe dêem a um tempo extensão prática e mais espírito científico; 3º o desenvolvimento dos gabinetes, laboratórios, clínicos e estudos práticos nas escolas de medicina; 4º a manutenção rigorosa da frequência escolar; 5º obrigação de uma Universidade no Rio de Janeiro, aproveitando as universidades alli já existentes segundo o typo universitário da Allemanha (O PROGRESSO, ed. nº 252, de 25 jan. 1910).

Os pontos acima citados representavam Rui Barbosa como um homem que buscava inspiração externa para a reformulação da educação brasileira, tendo como base o ensino superior. A inspiração de Barbosa veio, sobretudo, da Alemanha: “a universidade alemã tem uma situação dupla. Instituições de Estado, por uma parte e por outra corporação científica autônoma na sua administração interior. Ella nomeia os funcionários acadêmicos escolhidos por votos do seio do professorado.” O que se buscava era uma administração escolar ou

universitária pautada, sobretudo, nos princípios básicos da democracia. Na época da sua proposta de reforma para este nível de educação, o ensino brasileiro “[...] encontrava constituído por duas faculdades de direito, duas de medicina, uma escola de marinha, uma escola prática de artilharia de marinha, uma escola militar, uma escola politécnica e uma escola de minas.” (NASCIMENTO, 2002, p. 30).

A preocupação de Rui Barbosa em relação à escola superior consistia em amplos detalhes. Ele tratou da questão do ingresso, da clientela dos cursos superiores, dos recursos, dos cursos, conteúdos, duração e composição do corpo docente. Nascimento discute com detalhes essa questão na sua obra. Com relação aos professores, ele manifestou interesse em suprir as deficiências brasileiras com educadores contratados do exterior. Rui Barbosa tinha certa afinidade com a Alemanha, uma vez que, especificamente em relação aos jardins de infância, “[...] prevê um curso nas escolas normais femininas que prepare os seus professores: curso ministrado por especialistas vindos da Alemanha.” (p. 9).

Rui Barbosa fez parte da comissão analisadora do projeto de Leôncio de Carvalho. Após analisá-lo detalhadamente, emitiu seus pareceres⁵⁰ e encaminhou um projeto substitutivo. Nestes pareceres chamava a atenção para um sistema nacional de educação cuja responsabilidade educativa seria do Estado. “A posição de Rui Barbosa era que o Estado deveria criar escolas suficientes e obrigar os pais a matricularem seus filhos. Era preciso que a instrução fosse obrigatória.” (p. 128).

Outra questão presente no discurso do jornal refere-se à reformulação metodológica. Em artigo publicado em 18 out. 1910, questiona o porquê do não desenvolvimento do Brasil:

os homens que têm a responsabilidade da instrução em nossa pátria, ainda não puderam descobrir a forma pratica e eficaz de disseminar-a pelas suas campanhas, pelos seus sertões extensos e abandonados dos carinhos dos governos [...] Se falta metodologia de ensino, falta também uma maior ação do governo nos locais mais distantes e isolados do país (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 2897, 01 out. 1921).

Uma das deficiências apontadas nesse texto resultou da inspiração, principalmente em nível primário que os nossos educadores buscavam em outras nações.

⁵⁰ Os pareceres sobre a reforma do ensino primário, secundário e superior originaram-se da análise do decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, que reformava o ensino primário e secundário no município da corte e o ensino superior em todo o Império. O decreto fora apresentado pelo ministro Carlos Leôncio de Carvalho membro do gabinete liberal, presidido por Cansansão de Sinimbu, num momento em que crescia o interesse pela instrução pública. (NASCIMENTO, 2002, p. 111).

Julga-se que os methods que dão resultados satisfatórios na Europa não devem ser adoptados aqui, sem se cogitar das nossas condições ethnicas, das diversidades do nosso clima, da precocidade da nossa infância, duma porção de agentes que nos põem em plana diametralmente opposta aos europeus (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 2897, 01 out. 1921).

Terezinha do Nascimento faz considerações a respeito das propostas educativas de Rui Barbosa. Geralmente, elas tinham como base pensadores europeus e eventualmente norte-americanos, e que não correspondiam a problemas reais da sociedade brasileira. Portanto, justifica-se a preocupação do autor do excerto. Mas por outro lado, por mais que não fossem coerentes com a realidade brasileira, segundo Nascimento, “suas colocações tinham por finalidade antecipar o advento da sociedade que queria alcançar, ou, como ele mesmo pensava, a implantação da proposta deveria funcionar como introdutora da nova sociedade.” (NASCIMENTO, 1997, p. 104).

Nesse raciocínio, diagnosticava-se a necessidade de formular uma educação nacional que fosse compatível com as condições geográficas, econômicas e raciais do Brasil. Reforçando o texto transcrito em o “Paiz”, o autor critica que esta educação “estrangeira” é aplicada apenas nas grandes capitais. O resto do território brasileiro, isolado, fica esquecido, e nos locais mais distantes é onde se concentra o mais alto índice de analfabetismo brasileiro. E comenta o autor:

Temos visto, nas cidades, a preocupação dos mestres de ensino primário, que tentam inocular nos espíritos infantis princípios complicados de mechanica, de phisica e chimica, de botânica e uma infinidade de cousas dispensáveis ao propósito capital que deve reger o fim que se tem em mira: desbastar a casca grossa da ignorância da criança (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 2897, 01 out. 1921).

Esse método, na visão do autor, tem bons resultados na Europa, porque essa instrução está integrada à cultura da sociedade. Sendo assim, pais e mães, já instruídos pelo mesmo sistema, têm condições de educar seus filhos. Comparativamente, as mães do Brasil não receberam mínimas instruções que lhes dessem condições para orientar seus filhos. Para isso, no Brasil, “a escola primária deve ter um prolongamento do lar e não um centro pedantesco de conhecimentos dispares e disparatados.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 2897, 01out. 1921).

A educação exige a presença das mães na educação dos filhos. Para o autor, nossa educação deve ser o mais simplificado possível, pois se os alunos não têm condições teóricas para acompanhar conteúdos mais complexos, os professores são também deficientes para educá-los.

Para a modificação metodológica completa, Rui Barbosa apresentou Herbert Spencer: “o mais sério voto da reforma, portanto, deve ser predispor as circunstâncias para um ensino popular, em que o espírito da criança não seja contrariado e tolido no seu desenvolvimento pelas lições mecânicas de mestres incapazes.” (BARBOSA, 1947, p. 48 apud MACHADO, 2002, p. 131).

Ao mesmo tempo apontava um novo método:

O princípio positivo, que pretende estender à escola a instrução enciclopédica, ampliá-la, como base, como estofo comum à educação da inteligência humana, a todas as camadas sociais, é incomparavelmente mais exequível do que os programas escolares atualmente praticados entre nós. Ensinar, pelos métodos objetivos, no espírito da criança as noções rudimentares da ciência da realidade, inocular-lhe na inteligência o hábito de observar e experimentar, é infinitamente menos árduo que mantelar-lhe na cabeça, por meio de noções abstratas e verbais, o catecismo, a gramática e a taboada (BARBOSA, 1947, p. 59 apud MACHADO, 2002, p.131).

A finalidade educativa de Rui Barbosa, como fica explicitada pela análise de Maria Cristina Gomes Machado, seria romper com o método tradicional e adotar um novo método baseado em Lições de Coisas e no método intuitivo. A partir de Lições de coisas defendia o método intuitivo. Era preciso falar de coisas ligadas à realidade e, por isso, apontou Froebel e Pestalozzi como intelectuais imprescindíveis na reformulação do método.

No dia 26 de outubro de 1921, edição 2914, o jornal *Diário dos Campos* publicou, também sem assinatura, o texto “A Burla do Ensino”. Nesse texto, critica-se a atuação do administrador público, exigindo “[...] bôa applicação das rendas municipais, no embelezamento das ruas e praças para o bem estar da população, do povo que paga, são requisitos essenciaes bem intencionada, merecedora da solidariedade e dos aplausos públicos.” Mas apesar de ressalvas gerais em relação ao administrador público, o fator que mais chamou atenção do analista foi o que “eterniza o valor moral de um homem publico é a instrucção primária, o ensino do filho do povo dos descendentes do operário, dessa falange que trabalha sem tréguas e reparte seu misero ganho com a prefeitura, na exata directa e indirecta dos impostos municipaes.”

Ainda no texto, o autor preocupou-se em criticar a instrução pública, que segundo ele “[...] é uma burla, burla aliás delictuosa porque lesa a aspiração mais sagrada da pátria, o combate ao analfabetismo, que nos acabrunha ante as outras nações do continente.” E se faltava ética ao administrador público, entre os professores “[...] há quem tem o cargo por mero rótulo que lhe faculta o ganho deshonesto.” Os professores são ainda acusados de “Gente analfabeta, que o energumenismo político guinda á missão sagrada de educar a

infância; burlões sem fé, sem princípios, sem ideais, que da sublime arte de Pestalozzi até o nome desconhecem [...].”

Rosa Fátima de Souza afirma que Pestalozzi recomendava a necessidade de psicologizar o ensino, adaptando-o ao funcionamento do espírito infantil. Isto significava partir de outros princípios diferentes da lógica predominante no “método tradicional” de ensino, o qual se pautava na aprendizagem com base na memória e na repetição, consistindo em uma abordagem dedutiva do saber, defendendo um ensino que partisse do simples para o complexo, do particular para o geral.

As ideias de Pestalozzi estão inseridas no método intuitivo, e este que se tornava símbolo da modernização do ensino brasileiro. Esse método foi sendo gestado desde a década de 1870, quando já se faziam críticas à instrução popular em vigor e se preconizavam reformulações à educação primária. Com base em Lições de Coisas, Fátima de Souza ainda comenta que, “segundo Pestalozzi, os princípios estabelecidos para as lições de coisas compreendiam cultivar as faculdades na ordem natural de seu desenvolvimento; começar por conseguinte pelos sentidos: não dizer nada a criança que ela pudesse descobrir por si mesmo.” (p. 160).

E o autor conclui o texto dizendo que

E assim, quando em todos os recantos do Brazil toma-se a sério a instrução do povo; quando os governos, numa empresa cyclopica, tentam desterrar o analphabetismo, em Ponta Grossa existem professores, que o são – unicamente para fazer jus aos ordenados, como pagamento do preço aviltante pelo qual venderam as suas consciências, o sagrado direito do voto! Proh pudor! (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 2914, 26 out. 1921).

O autor havia definido os professores como “eleitores do balaio que aguardam o aceno do senhor para tomar a cédula fechada e deposita na urna deletrear-lhe o nome.” Ou seja, na sua visão, se falta moral e ética para o administrador público, para os professores falta consciência. Percebia-se, então no Brasil, um insípido estágio de desenvolvimento dos estudos pedagógicos. Assim, desde 1893, num relatório da Escola Normal, conforme aponta Rosa Fátima de Souza, destacam-se algumas matérias do programa de ensino:

A Cadeira de Pedagogia compreende a rubrica “Introdução ao Estudo da Pedagogia”, materiais que se iniciava a história do pensamento pedagógico mediante estudo dos “pedagogistas célebres”, como Comenius, Loche e Rousseau. Em seguida, era destacada a influência de Pestalozzi e Froebel na educação popular comparando-se o pensamento deles com os anteriores. Posteriormente era estudado o pensamento de Herbert Spencer – situação da evolução pedagógica e a instituição da ciência [...] (SOUZA, 1998, p. 65).

No artigo “Instrução Pública”, depois de analisar as várias tentativas de reformas frustradas no Estado do Paraná, a intenção era de que “agora, assoalham, far-se-á um regulamento e dar-se-á aplicação prática, prompta e rigorosa.” Citando Pestalozzi, nota-se novamente a preocupação com o professor: “Fica o governo autorizado a collocar em cada escola um excellente professor.” Adiante, ele afirma que “o professor é tudo.” (O PROGRESSO, ed. 544 de 04 abr. 1912). No final do artigo, no entanto, o autor ainda se mostra um tanto quanto cético em relação as concretizações dos projetos que estavam sendo discutidos.

Demais, os grandes saltos são sempre em pura perda. Si não se apalpar o meio, auscultando-o cuidadosamente; si não se procurarem as causas primárias, básicas, tudo de que se visar a effectivação não alcançará bom fim. Duma feita, o governo suíço incumbiu o grande Pestalozzi de organizar um código de ensino. O sábio pedagogo pegando de um caderno de papel, escreveu-lhe no alto da primeira página: “art. 1º Fica o governo autorisado a collocar em cada escola um excellente professor. E só. Nessas poucas palavras o genial mestre synthetisou um mundo de ensinamentos.

As reformulações metodológicas não fazem sentido sem o professor e sem a escola. Por isso o discurso do jornal segue nesta direção. Em texto publicado em 12/06/1910, nº 284, o autor inicia reforçando a importância da valorização do educador. Em relação ao mestre, “[...] só elle pode erguer as sociedades contemporâneas, ao impulso da intelligencia dos verdadeiros estadistas. Mas, para que adquira tal poder, cumpre que seja educado, culto, consciente, digno, trabalhando á luz de um ideal superior.” Feita essa exaltação da educação, centralizada no professor, mas exigindo dele competência e moralidade, o texto passa a referenciar a educação em uma sociedade republicana e democrática.

Nessa luta pela educação, debates fervorosos dão contornos à educação popular. Em fins do século XIX, criou-se um intenso debate em torno da educação do povo. Segundo Rosa Fátima de Souza, “um amplo projeto civilizador foi gestado nessa época e nele a educação popular foi ressaltada como necessidade política e social”. (SOUZA, 1998, p. 27). Ao mesmo tempo, “[...] a educação popular foi associada ao projeto de controle e ordem social, a civilização vista da perspectiva da suavização da maneira, da polidez, da civilidade e da dulcificação dos costumes. (p. 27).

A edição de 16 de julho de 1910, nº 286, traz a conclusão de Notas Pedagógicas. De todas as discussões preconizadas, uma das mais interessantes, seguindo as ideias do artigo, “na parte pedagógica, visava assegurar a pratica real pelas escolas modelos, com nove annos

grupados em três cyclos.” Apesar de grandes perspectivas, o autor do artigo se mostra pessimista com relação à praticidade das discussões postas em debates:

Lastimavelmente, uma tão proveitosa disposição nunca chegou a tornar-se effectiva em nosso paiz, geralmente, as boas idéias morrem esmagadas no prelo de imprimir, se logram sair do tinteiro. E não tardou que medidas legislativas viessem alterar de todo, sem methodo nenhum, sem o mínimo critério, tão vantajosa organização que apenas se esboçava.

O autor do texto aponta uma série de possíveis medidas que modificariam o ensino brasileiro. Na sua visão, todas as boas ideias esbarram no letargismo e na falta de ação prática das ideias discutidas. Antes da reforma da instrução pública de São Paulo, foi feita a instalação da Escola Modelo, que contemplaria a educação de 1º e 2º graus. A primeira Escola Modelo foi instalada anexa à Escola Normal de São Paulo. Na proposta de reforma de 1890, o grande destaque da instrução pública foi a reforma da educação primária, e o principal fator de referência do ensino primário seriam os grupos escolares, que a partir desta escola Modelo, agregariam as chamadas escolas isoladas. Segundo Rosa Fátima de Souza, esses grupos foram

Considerados o tipo de escola que melhor atendia às necessidades de difusão do ensino primário, portanto o meio mais eficaz para a promoção da educação popular, especialmente nos núcleos urbanos, os grupos escolares consistiram em escolas modelares onde era ministrado o ensino primário completo com um programa de ensino enriquecido e enciclopédico utilizando os mais modernos métodos e processos pedagógicos existentes na época (SOUZA, 1998, p. 16).

Porém, as escolas modelares não deveriam ser confundidas com Escolas Modelos. Os grupos escolares foram expandidos e “[...] estavam obrigados a adotar o tipo de organização e o método de ensino das escolas – modelos do Estado.” (p. 53). E por isso, continua Souza, “[...] muitos grupos foram confundidos com a Escolas Modelos.” (p. 53). Talvez esta afirmativa justifique o pessimismo do autor de que geralmente as “leis” ou “projetos” (assim subentende-se) nunca saem do papel.

Guerra Junqueiro, no artigo publicado em 05 de novembro de 1910, em *O Progresso*, discute sobre as escolas. Neste texto, discorre sobre iluminação pública do norte. Apesar de não discordar sobre a importância da iluminação, ele comenta: “accendei os espíritos e apagai os candieiros”. Apesar deste discurso voltado à iluminação da alma, Junqueiro critica o “doloroso tempo em que as crianças permanecem na sala de aula.” Na opinião do autor, “Vamos! Deixae correr as creanças. Saturae-as de luz. Equilibra-lhes o systema nervoso.” O

autor exalta a natureza como um grande fator de liberdade das crianças e por isso critica a escola tradicional clássica.

Em o texto “A Escola”, nº 574 de 15 de junho de 1912 e assinado por Coelho Neto, a preocupação é com a escola em si. “Fundar uma escola é construir um futuro. Só um edifício pode avultar ao lado della, o tempo: - assim ficarão contiguas duas eternidades: Deus e alma.” Trata-se, na realidade, da “retórica arquitetônica” presente no final do século XIX. Nessa retórica, segundo Rosa Fátima de Souza, “sem bons prédios é impossível fazer boas escolas.” (SOUZA, 1998, p. 122). E a palavra escola, além de tratar de um grupo de alunos, “[...] passa a referir-se a um espaço especializado com características apropriadas à sua função.” (p. 122). Em uma definição geral,

O edifício-escola deveria exercer, portanto, uma função educativa no meio social. Além disso, estabelecer a correspondência entre a importância da escola e o espaço ocupado. Deveria ser um fator de elevação do prestígio do professor, um meio de dignificar a profissão dos alunos e dos pais pela escola (p. 123).

Rosa Fátima Souza ressalta a importância do prédio, da edificação. Para os reformadores “o edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio – lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente.” (p. 123).

No artigo intitulado “Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária”, Rosa Fátima de Souza afirma que “a monumental arquitetura escolar paulista, edificada nas primeiras décadas republicanas, é representativa do significado político e sociocultural atribuído a educação popular nessa época.” (SOUZA, 2001, p. 81).

No jornal, entende-se que “é na escola que o povo se transforma em nação. O alfabeto mantém o passado no presente e singra para o futuro.” Nestas condições, a comparação é de que “a escola é como uma torre alta a que se sobe por escadaria fulgida de degrau em degrau mas a vista alcança descortinado o mundo, o universo, desde os horizontes razos da terra até as nebulosas mas em colgaduras rutilas.” O autor simplesmente faz da escola um universo de possibilidades. Ou seja, na interpretação de Fátima de Souza, “os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas regeneração da nação. (p. 15).

Com o mesmo título, “A Escola”, publicado na edição nº595, de 08 de agosto de 1912, só que agora assinada por Olegário D' Almeida, percebe-se uma defesa arguta da

escola.

É a escola, a primeira sociedade, no sentido lato da expressão, que a criança frequenta. É na escola que a criança aprende a viver, e muito mais do que aprender ler e escrever. É lá, que a criança precisa começar a experimentar e compreender os prazeres, que o trabalho nos proporciona o útil, imenso, inapreciável papel, que elle representa no seio da humanidade (O PROGRESSO, ed. 595, 08 ago. 1912).

Mais uma vez é dada atenção ao professor: “Uma escola, onde o professor não exigisse dos alumnos, a máxima exactidão e ordem no cumprimento das tarefas, imparcialmente distribuídas, seria uma escola peccaminosa.”

Na edição nº 598 de 15 de agosto de 1912, com a assinatura de Annibal Noronha, continua a discussão da mesma temática. Na introdução, o autor faz referência ao papel do professor primário. A escola, “delle tudo depende.” Em seguida, diz que “energia e paciência são os predcados, ou antes, as armas de que um mestre de primeiras letras tem de se aperceber.” A energia e paciência são requeridas aos professores porque os alunos são comparados “[...] à pedra. Enquanto bruta, não tem valor algum; mas devidamente lapidada, ostenta o seu valor nas obras que o mundo inteiro admira.” O autor critica os professores sem competência para ensinar e ao mesmo tempo fala da responsabilidade dos pais. Esses são fatores indispensáveis para uma boa educação.

Mas se falta competência para os professores ensinar, o fator mais decisivo do discurso consiste em criticar a falta de atuação do Estado. O que se percebe é que esta falta de políticas públicas gerou, para a sociedade republicana, estímulo para ser livre numa sociedade democrática. Pelo texto:

Em 1890, recém-inaugurada, a Republica Brasileira devia começar por ahi sua laboriosa tarefa reorganizadora, se não queira edificar na areia. Era-lhe indispensável transformar o brasileiro do império e da escravidão ao brasileiro da democracia e da liberdade. Precisava preparar, pelo aparelho escolar, novos cidadãos, ao molde exigido pelas instituições republicanas, que, sem elles, jamais passariam de um mytho ridículo. E isto só conseguiria espalhando por toda a vasta extensão do paiz um professorado primário rigorosamente formado em numerosas escolas normaes, erigidas em fócios de educação nacional (O PROGRESSO, ed. 284, 12 jun. 1910).

Este debate em relação à educação brasileira, tendo como fundamentação as reformas europeias e latino-americanas, está inserido nos princípios republicanos de educação laica, pública e gratuita. Na década de 1890, o fator de maior repercussão educacional foi a reforma da instrução pública do Estado de São Paulo. Seguindo os ideais de reforma popular

republicana, deu-se ênfase à escola primária, cujo principal fator de reformulação foi a implantação dos grupos escolares, em que a Escola Normal teve atenção redobrada pelos reformadores paulistas, seus iniciadores. A ideia já pensada por Rui Barbosa era a “reforma dos métodos e reforma do mestre: eis uma expressão completa, a reforma escolar inteira.” (SOUZA, 1998, p. 39). E Souza afirma que “os reformadores acreditavam na imprescindibilidade da formação dos professores para a renovação da escola pública.” (p. 40). Nessas condições, “ser professor passa a pressupor um profissional atualizado, estudioso, dinâmico.” (p. 206).

A finalidade do professor seria imprescindível para a formação de uma sociedade republicana democrática. O modelo mais indicado para difusão do ensino primário no Estado de São Paulo foi a instalação dos grupos escolares. A exigida formação dos professores na Escola Normal estaria diretamente ligado a atender esta demanda. Já que o objetivo dos republicanos era instaurar um projeto democrático de administração, “[...] a instrução do povo [era], portanto, sua maior necessidade. Para o governo, educar o povo é um dever e um interesse: dever, de formar escolas; interesses, porque só é independente quem tem o espírito culto, e a educação cria, avigora e mantém a posse da liberdade.” (p.28).

Além da preocupação com a educação nacional na seção intitulada “Notas pedagógicas” cuja publicação teve início na ed. 277, de 25 de junho de 1910 de *O Progresso*, fez-se uma análise do campo educativo a partir da educação na América Latina, especialmente Argentina e Chile. Na introdução do texto, percebe-se uma negação do velho, do antigo em detrimento do novo: “o tempo antigo está morto, apressemos-nos a enterrá-lo. O novo nasceu, vive, mas é preciso educá-lo”.

Maria Marta Chagas de Carvalho (1989), em *O novo, o velho, o perigoso: relendo a cultura brasileira*, relata de forma contemplativa esta situação. Sua análise parte da obra *A cultura Brasileira*, de Fernando de Azevedo. Apesar de ser um trabalho escrito durante o Estado Novo, Carvalho argumenta que “a Cultura Brasileira conduz seu leitor a acompanhar, nos capítulos III e IV, o que é descrito como marcha avassaladora do “novo”, batendo em diversas frentes contra o “velho”, o “tradicional”, o “arcaico”. Ter-se-ia estabelecido no país “um novo estado de coisas, sob a pressão das causas econômicas, sociais, políticas.” É dessa “fermentação de idéias” que depois da guerra de 1914, se “alastrava por todos os domínios culturais.” Desse “estado de coisas” eram “sintomas” o movimento de renovação educacional de Arte Moderna e as revoltas tenentistas.

A obra de Azevedo foi escrita durante o Estado Novo. Em termos analíticos um período relativamente distinto da fragmentação retirada do jornal. Porém em 1910, no jornal

já eram pressentidas alguns questionamentos relacionados à inovação. A preocupação era:

Como se consegue isto? Diante de uma completa refundição de nosso modo de sentir, mediante uma renovação total do espírito popular em todas as classes. E como renovação total do espírito popular em todas as classes? E como se leva a cabo esta refundição, esta renovação? Por meio de uma educação nacional intensa e extensa, que deve efetuar-se como energia moral mais perseverante (O PROGRESSO, 25 jun.1910, ed. 277).

Todas as transformações preconizadas só viriam acontecer com o desenvolvimento de uma política educativa nacional. E é pelo desenvolvimento de um plano nacional de educação que se exalta o novo e forte sentimento de modernização. Essa ideia do novo já era presente no Brasil, e as inovações se faziam necessárias tendo como paradigmas as transformações ocorridas nos países da Europa e América Latina. Rosa Fátima de Souza comenta este fato:

Com os olhos voltados para os países europeus e principalmente para os Estados Unidos, os republicanos paulistas assistiam impressionados à constituição dos sistemas nacionais de ensino nesses países e os avanços educacionais. No final do século XIX, a universalização do ensino primário era um fenômeno consolidado em muitos deles (SOUZA, 1998, p. 29).

E a questão da América Latina: Chile e Argentina? No capítulo “O legado educacional do “longo século XX” brasileiro”, do livro *O legado Educacional do século XX no Brasil* Dermeval Saviani faz algumas considerações a respeito:

A linha geral dos debates apontava na direção da construção de um sistema nacional de educação, com destaque para as escolas primárias, sob a égide do governo central, seguindo na verdade, a tendência dominante nos países europeus, assim como nos nossos vizinhos, a Argentina, o Chile e o Uruguai (SAVIANI, 2006, p. 22).

A reforma começou em 1890 e, apesar das influências e proximidades dos países latino-americanos, o que prevaleceu foi “[...] o exemplo de países como a Alemanha, Suíça e Estados Unidos [...]. Caetano Campos entendia que deveríamos “estudar nesses povos a maneira de ensinar”, considerando, porém, “a necessidade não de adotar, mas sim adaptar esses métodos à nossa necessidade.” (SAVIANI, 2006, p. 23).

Na mesma seção, edição 278, publicada em 28 de junho de 1910, houve comentários críticos em relação às necessidades de reformas:

Assim tem sido e há de ser em todas as nações, onde se quiser empreender uma reforma social sólida e profunda. O mestre é bem a famosa alavanca de Leibnitz: só elle pode erguer as sociedades contemporâneas, ao impulso da intelligencia dos verdadeiros estadistas. Mas, para que adquira tal poder, cumpre que seja educado, culto, consciente, trabalhando à luz de um ideal superior.

Em edição de nº 313 transcrita no dia 17 de setembro de 1910, o jornal *O Progresso* na seção “Notas Pedagógicas”, reaborda “a Organização do ensino primário no Uruguay – Categorias de escolas, seus programmas e aperfeiçoamentos. - Situação Pedagógica da República vizinha superior a da analfabetondadia.” Pelo título, podemos perceber a relação de inferioridade educacional em que o Brasil é representado. “Analfabetolandia”, ou seja, terra de analfabetos.

Em uma análise comparada entre a História do Brasil e Argentina, Boris Fausto e Devoto, ao tratarem da educação, afirmam que “um setor que merece particular atenção é o educacional.” (FAUSTO; DEVOTO, 2006, p. 50). Ainda neste campo eles iniciam sua análise focalizando o ensino superior. Segundo os autores, “na época colonial, o Brasil estava muito defasado em relação à América Espanhola. (p. 50). Mas quando se trata da relação comparativa entre ambos, os autores continuam afirmando que a situação no ensino superior não era diferente tanto no Brasil como na Argentina.

Quando o assunto se trata do ensino primário, as diferenças se tornam visíveis. Segundo os autores, “embora a constituição imperial de 1824, consagrasse, em seu artigo 179, o direito à instrução primária gratuita, para todos os cidadãos, na prática, pouco se fez para garanti-lo.” (p. 52). Com relação à Argentina, a situação foi inversa: “[...] a questão ocuparia um lugar de destaque nos projetos políticos da elite liberal a partir de 1852.” (p. 52).

No artigo “Padrões de construção do Estado no Brasil e na Argentina”, J. G. Merquior analisa o contexto que seguiu no processo de independência de ambos os países. Segundo o autor, “[...] o Brasil imperial -, diferia tanto da Argentina quanto do Uruguai, pois nessa época ele já tinha alcançado uma unidade política permanente sobre uma imensa base territorial.” (MERQUIOR, 1992, p. 393). Ainda comentando sobre a consolidação territorial brasileira, afirma: “[...] é que o Brasil, à diferença dos países hispano-americanos, tinha uma elite política nacional.” (p. 395). Essa elite política tinha um diferencial entre os proponentes latino-americanos que se formavam na vaga de advogados, padres rousseauianos e chefes militares. Aqui, “[...] os construtores do Império Brasileiro tiveram uma formação educativa e profissional comum: quase todos foram alunos da Universidade de Coimbra, bem como partilharam a experiência de servir como agentes da Coroa em diversos lugares [...]” (p. 395).

Na Argentina, o processo de formação do Estado, ainda que tardiamente e fragmentado, teve um rumo político distinto. Merquior afirma que

Na Argentina, em contraste, tão logo a era dos caudilhos se encerrou (isto é nos anos de 1860) e começaram os tempos de “organização nacional”, os avanços mais duradouros e significativos na constituição do Estado foram conseguidos na dimensão infra-estrutural: o Estado organizou, ou ajudou a organizar, extensas redes de educação, transportes e comodidades urbanas. Nada similar, em escala nacional comparável, foi tentado pelo despótico e arraigado Estado brasileiro durante o Império – ou, quando a este ponto, no regime que o sucedeu, a República Velha (p. 404).

A independência argentina ocorreu em 1816. Inicialmente foi governada por várias ditaduras. Ditadores como Rosas, Urquiza, e Juan Bautista Alberdi não conseguiram dar solidez política à Argentina, que se torna país apenas com Bartolomeu Mitre que em 1853 aceitou a constituição federativa. Por fim, “os governos subsequentes de Mitre, Domínguez e Nicolás Avellaneda (1862-80) garantiram a unidade do país e criaram um quadro de progressiva liberdade e modernização em grande escala, abrindo as portas para as grandes levadas de imigrantes do fim do século.” (p. 392).

No Uruguai, as reflexões educacionais vinham se desenvolvendo desde meados do século XIX:

En 1850 la Comisión de Instrucción Pública del Gobierno del Cerrito, presidida por Juan Francisco Giró, eleva al Ministro de Gobierno, Bernardo Prudencio Berro un Proyecto de Reglamento que, em lo concerniente a la educación privada, señala: “La Comisión no puede considerar a la enseñanza como una industria, ni aplicarle por consiguiente, las liberalísimas doctrinas constitucionales. Mira en ella una especie de magistratura, casi un Sacerdocio. De aquí deduce que nadie puede abrir Escuela sin haber acreditado previamente su idoneidad; y que deben estar sujetas a la Inspección Pública, en cuanto al orden y la moralidad. La Comisión juzga que debe dejárseles en plena libertad, respecto al método y materias de la enseñanza (...)” (Magariños de Mello, M.J. (1954) El Gobierno del Cerrito, tomo II, volumen I: 137; citado por Durán Martínez, 2002, p. 70) (LARRECHEA, 2003, p. 4).

As discussões mais amplas aconteceriam mais tarde:

A través del cruce de definiciones filosóficas entre Ramírez y Varela⁵¹, se tendían en

⁵¹ Pedro José Varela Oliveira (departamento de Florida, Uruguai, 22 de fevereiro de 1837 - 1906) foi sociólogo, jornalista e político uruguaio e presidente interino do Uruguai em 1868 e governador provisório de 1875 a 1876. Partidário do general Venancio Flores, integrou seu governo e, à data de término, exerceu o poder executivo como presidente do senado de 15 de fevereiro a 1 de março de 1868. Foi senador entre 1868 e 1869 e entre 1871 e 1874. Ocorrido o motim militar de 1875, foi designado como governador provisório, cargo que exerceu até que, enfrentado por Lorenzo Latorre, renunciou em 10 de março de 1876. Durante o governo de Lorenzo Latorre viveu exilado em Buenos Aires retornando logo após para o Uruguai. Sem atividade política posterior, faleceu em 1906 na pobreza e esquecido. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_Varela>. Acesso em 02 ago. 2009.

1876 las líneas para la gran batalla que en los años inmediatos, espiritualistas y positivistas iban a librar en el país (...) Sólo cuatro años más tarde, en 1880, los positivistas llegaban a la dirección de la Universidad, encabezados por el Rector Alfredo Vázquez Acevedo, familiar y colaborador de Varela. A la reforma de la Escuela, llevada a cabo por el propio Varela del 76 al 79, sucedió entonces, como siguiente etapa de un mismo gran movimiento educacional, la Reforma de la Universidad, impuesta conforme a las directivas filosóficas y pedagógicas del evolucionismo de Darwin y Spencer (...) Fue ese el verdadero desenlace histórico de la impar polémica de 1876, dramático prólogo de lo que aquellas reformas iban realmente a consagrar: una revolución mental en el Uruguay. (p. 5).

O processo de reforma escolar uruguaia foi essencial para a reforma do sistema educacional do país. Os discursos do jornal referiam-se à “reforma escolar no Uruguay, pelos sistemas em uso nas nações modernas, data de 1877, quando foi promulgada a lei de educação pública, por iniciativa do ilustre cidadão José Pedro Varela.” Apenas pela data já se percebe uma antecipação das reformas educativas naquele país. Lá, a lei havia sido imposta em 1877, aqui ainda aconteciam discussões sem ações concretas e práticas efetivas.

Essa lei “collocou no Uruguay uma “Dirección geral de Instrucción Publica”, com superintendência sobre as demais autoridades escolares e dependentes do Ministério da Instrucción.” A partir de então foram organizadas as séries de acordo com a faixa etária dos alunos. “No Uruguay, as escolas publicas primárias mantidas pelo Estado se dividiram em escolas de “primeiro grau”, de “segundo grau” e “ruraes”. Estas e as do primeiro grau são “mixtas”, cabendo a regência a professoras. (O PROGRESO, ed. 315, 22 set. 1910). Ainda no mesmo artigo, o autor traz a distribuição das disciplinas na grade curricular.

Na continuidade de “Notas Pedagógicas”, nº 316 de 24 set. 1910, o autor traz alguns dados estatísticos sobre a educação uruguaia. Na conclusão do artigo indica que “[...] o governo uruguayo mandou divulgar pelo mundo tal estatística numa interessante brochura apresentada ao terceiro congresso internacional de hygiene escolar, que no mez corrente se reuniu em Pariz.”

Na edição 1822, de 22 de dezembro de 1915, com a assinatura de Leôncio Farago, argumenta-se que o intercâmbio intelectual seria de grande valia para o Brasil. Segundo ele, o Brasil era praticamente desconhecido na Europa. Por isso seria interessante uma troca intelectual, através de livros, revistas e jornais, bem como seria imprescindível a tradução deste material. Mas, além disso,

É necessário que a Associação dos estudantes brasileiros, se dirijam aos estudantes uruguayos e argentinos no sentido de que se estabeleça essa relação. [...] Uma vez que as relações intellectuais se tomem proporções elevadas, impreterivelmente se estabelecerá com mais facilidade a relação commercial, um dos fins capitães, que todas as nações colimam.

Já no nº 316, de 24 set. 1910, é trazido o exemplo oriental: “como se vê, os orientaes entendem que, com menos de três annos, não se pode proporcionar o ensino elementar nas escolas urbanas e ruraes.” Nesse ponto, há um contraste definido entre a educação brasileira e a de lá: “o contrário só se torna compreensível na analphabetolandia, onde se julga natural que professores analphabetos formem gerações de analphabetos, exprimindo-se numa Algaravia internacional.” Exprime-se que no Brasil as deficiências são estruturais e têm raízes no próprio analfabetismo dos professores.

A conquista desse modelo educacional se daria tendo como fonte inspiradora, em primeiro lugar, os países europeus, especialmente a Alemanha. Mas não se descuidava, acima de tudo, de buscar os pontos de eficiência no Japão, onde os passos preliminares de transformação da educação foram dados, voltando a atenção em primeiro lugar, “para o professor primário, como poderoso agente da nova civilização.”

Os sistemas nacionais de ensino avançavam num ritmo considerável nos principais países europeus e principalmente nos Estados Unidos. Rosa Fátima de Souza, comentando sobre esta questão, afirma que:

No final do século XIX, a universalização do ensino primário era um fenômeno consolidado em muitos deles. No bojo desse processo, a escola primária foi “(re) inventada”: novas finalidades, outra concepção educacional e organização do ensino. O método individual cedeu lugar ao ensino simultâneo; a escola unitária foi paulatinamente, substituída pela escola de várias classes e vários professores, o método tradicional dá lugar ao método intuitivo, a mulher encontrou no magistério primário uma profissão, os professores e professoras tornaram-se profissionais da educação (SOUZA, 1998, p. 29).

A inspiração da transformação educativa brasileira sempre teve como exemplo os países europeus. Ainda segundo Souza,

na Alemanha, França, em Portugal, na Bélgica, em todos os países, finalmente, em que a instrução pública é, ou que se trata de torná-la, uma realidade, encontram-se, além dos tipos de escolas rurais, das escolas dos bairros, as escolas centrais das cidades, nas quais a distribuição do trabalho é perfeita, porque as escolas dispõem não só de edifícios construídos de acordo com as prescrições pedagógicas, com todas as acomodações, de modo a satisfazerem a necessidade das diversas classes. (p. 45).⁵²

Além da reformulação metodológica e transformações educacionais na América Latina e Europa, o discurso do jornal esteve sintonizado com o contexto paranaense e local.

⁵² Discurso efetuado na 26ª sessão ordinária da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo em 7 de agosto de 1893. Anais da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, 1893.

Primeiramente, fez referência à educação no Estado do Paraná. Na edição nº 608 de 07 de setembro de 1912, o autor ressalta a importância do professor primário. Na sua continuidade, o fator preponderante é a escola, que é tratada como “base da sociedade”, “é tão importante, tão elevada a missão da escola que, para conhecermos o grau de adiantamento de uma nação, por exemplo, basta lançarmos um golpe de vista sobre suas escolas.”

O autor do texto procura dar sustentabilidade à sua opinião, demonstrando características de outros países mais evoluídos. Nessa análise discursiva mostra-se o Japão como exemplo de nação adiantada e que tem como fator preponderante uma atenção muito específica à educação. No desfecho do texto, o autor chama atenção para a educação do Paraná:

No Paraná, aqui neste nosso querido Estado natal, a instrução publica precisa de reorganização. O professor luta com mil dificuldades para desempenhar a seu contento o seu cargo. Porque o mobiliário escolar é escasso e objetos de ensino não existem. As nossas escolas, com raras exceções, não estão bem organizadas.

No texto intitulado “O ensino primário no Paraná”, edição 2920 de 07 de novembro de 1921, percebemos uma mudança discursiva significativa e toda ela centralizada na figura de Caetano Munhoz da Rocha. O autor introduz dessa maneira: “com verdadeira satisfação veremos o grande impulso, que o ensino primário do Paraná, está dando o benemérito do governador Shr. dr. Caetano Munhoz da Rocha.” E com relação ao governador, o texto é enfático:

Homem de acção, homem prático, o Shr. Presidente do Estado soube organizar a complicada machina da instrucção, abole abusos, aperfeiçoando métodos, de forma que já se pode presenciar o real progresso obtido em tempo relativamente curto. E não digamos só na parte parcial do Estado. Excia. Actende os beneficios do ensino; em todas as localidades, todos os municípios, cidades, villas, povoados estão recebendo o influxo do magnífico programa abrem-se escolas espalham se professores por todos os recantos da nossa terra, e acção segura e criteriosa do governo, segurando a necessária confiança estimula os paes que mandam os filhos á escola, na certesa de que assim procedendo asseguram á sua prole o quinhão do preparo indispensável que facilita a existência, quando crescem na grande concurrencia, ‘struggle for lifes’⁵³ (DIÁRIOS DOS CAMPOS, ed. 2920, 07 nov. 1921).

Em relação ao contexto da educação paranaense, Marcus Levy Albino Bencostta afirma que

⁵³ Expressão inglesa que significa “luta pela vida”.

No Paraná do início do século XX, o debate sobre a necessidade de projetos específicos para a Instrução pública demonstra uma certa preocupação das autoridades de ensino em discutir um formato idealizado de escola primária. Nesse sentido, o Presidente do Estado, Francisco Xavier da Silva, fez pública, em 1900, um novo regulamento de Instrução Pública. (BENCOSTTA, 2001, p. 107-108).

Bencostta argumenta que este governador considerava que a educação paranaense poderia ser melhorada seguindo o modelo paulista, ou seja, adotando os grupos escolares. Dez anos mais tarde o diretor geral interino da Instrução Pública, Jaime Dormund dos Reis, cobra a construção de escolas públicas: “[...] com facilidade se iniciaria a transformação, neste particular, da Instrução Primária, dando-se a cada cadeira um prédio próprio [...]” (p. 107). Essa observação do inspetor de instrução pública do Estado do Paraná foi antecedida por argumentações que apontavam os recursos materiais, vegetais e minerais para a construção civil. O jornal participou deste debate no texto intitulado “Choniqueta”, publicada no nº 544 de 04 de abril de 1912 e assinada por Gláucio:

Por estes dias o Congresso discutirá um projecto de lei autorizando o governo a reformar a instrucção publica. Como se sabe porque se tem proclamado a todos os ventos ‘a instrucção publica no Paraná ainda está no período embrionário’. Esse importantíssimo ramo administrativo sempre foi uma victima do descaso e da indifferença dos govenos. Ultimamente tentaram-se duas reformas, nascendo dellas dous regulamentos, que ambos, possuem cousas aproveitáveis. Um delles caiu por politicagem; o outro caiu por inépcia do director da instrucção publica. Agora, assoalham, far-se-á um regulamento adoptavel às circunstâncias e ao estado actual da vida paranaense. Muito bem. Mas, necessário confeccionar-se um regulamento adoptável as circunstancias e ao estado actual da vida paranaense. A legislação, conquanto de character mais permanente que transitório deve amoldar-se justamente as continências do meio.

As reformas efetivas da educação paranaense só aconteceriam a partir de 1916, ano em que foi enviada uma comissão ao Estado de São Paulo para conhecer o funcionamento dos grupos escolares, nos quais a criança passaria por diversas classes, e dessa forma teria progresso intelectual, físico e moral, numa educação pública fornecida gratuitamente pelo Estado.

Em 1917, a educação paranaense passou por um processo de reformulação. Foi implantado o código de ensino, (decreto nº 17, de 09/01/17). Esse código

[...] sistematizava as normas administrativas e pedagógicas para Escola Maternal, Jardim de infância, Curso Primário, Escola Intermediária, Ginásio e Escola Normal, constituindo-se num quadro demonstrativo das instituições de ensino público que compunham o sistema educacional. (MIGUEL, 1997, p. 25).

Esse sistema compreendia grupos escolares e escolas isoladas. Para Jean Carlos Moreno, no Paraná, “há vários indícios a nos demonstrar que a sociedade paranaense, desde a primeira década do século XX, vinha fazendo um investimento de base, com intuito de superar a inadequação entre a expectativa de modernidade e a estrutura pública administrativa.” (MORENO, 2007, p. 42). E como isso seria superado? A partir do momento em que se estabelecesse uma nova postura educativa no Paraná.

Após exaltar a figura do governador como atuante na implementação de uma educação extensiva e de qualidade, o jornalista escreveu sobre a importância do ensino primário. Todos os fragmentos analisados até aqui foram pessimistas em relação à educação do povo: “triste, embora, necessário é dizer que o Paraná, tempos atrás, constituía-se como um reducto do analfabetismo”. (DIÁRIOS DOS CAMPOS, ed. 1920, 07 nov.1921). Porém, a partir de então, os textos passaram a promover uma visão menos pessimista da educação paranaense. E o interessante é que esta transformação educacional está centralizada na figura de Caetano Munhoz da Rocha: “o esforço do dr. Munhoz da Rocha, convergido inteiro para o problema da instrução, vae a golpes gigantescos desbastando a selva escura da ignorância, abrindo clareiras gloriosas, que nos vão libertando desse povo repellente.” Na conclusão o autor salienta que o ensino do Paraná, passou a ser referência a partir de Caetano Munhoz da Rocha, nos jornais da Capital Federal e outros Estados da União.

As reformas preconizadas por Caetano Munhoz da Rocha, através da atuação do inspetor de instrução pública do Paraná, César Prieto Martinez, fizeram, por consequência da sua aplicação no Estado, o Brasil se tornar o segundo país a empreender reformas educacionais renovadoras. Ao discorrer sobre o modelo de educação implantado, Maria Elisabeth Blanck Miguel afirma que “a educação pública no Paraná, como parte integrante do conjunto nacional, alinhava-se ao modelo educacional liberal que privilegiava a educação escolar apenas nos cabeçalhos das leis e discursos.” (MIGUEL, 1997, p. 22).

E ainda parte do princípio de que no Estado Paraná,

[...] o bloco de poder compreendia as facções oligárquicas latifundiárias e industrial erva-teira. Foi esta última classe, que aliadas a partes desestruturadas de antigas configurações oligárquicas passaram a, lutar pela educação. Impulsionado por esta circunstância, ‘a atuação de Martinez foi marcada pela reforma dos programas escolares primários, pela separação da Escola Normal do Ginásio e principalmente pela sua presença em toda parte, ensinando, observando, orientando, estimulando’ (p. 27).

Em texto publicado na data de 06 de Fevereiro de 1923, edição 3272, sem assinatura, o

jornal se refere à Instrução Pública do Estado do Paraná. A partir de Carlos Eduardo Vieira e Aurélio Bona Junior (2007, p. 18), percebemos que no Estado “o discurso da modernidade seduziu corações e mentes, mas também provocou apreensão e resistência.” O culto ao novo e ao moderno mostrou-se associado ao temor de desestabilização dos valores e das normas de convivências social. Na concepção, “[...] a retórica reformista dos intelectuais engendrou o discurso da modernidade que tinha no tema da formação um dos seus pontos arquimedianos.” (p. 33).

Essa afirmação justifica a continuidade do texto do jornal, que no início já sustentava que “a luta contra o analfabetismo representa na hora actual a maior aspiração do povo brasileiro.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 3272, 06 fev. 1923). A preocupação continuava sendo com relação ao abandono das cidades do interior. Nesse direcionamento discursivo, fez-se apologia da atuação de Caetano Munhoz da Rocha cuja prioridade estava centralizada na educação primária da população. Ele cita a fórmula do governo: “não sendo possível dar a todos uma instrução integral, que ao menos se ensine a ler e a escrever e vae dando fructos óptimos, espalhando escolas pelo matto, beneficiando os filhos dos sertanejos, civilizando o sertão.” Para isso, faz-se mister:

O surgimento de mais duzentas escolas, diz s. Excia. Em sua mensagem, o argumento de mais duzentas escolas que se poderia realizar á medida dos recursos do Thesouro, viria collocar o Estado em condições de satisfazer as necessidades mais urgentes e de resolver, em grande parte, dentro de poucos annos, o magno problema da extinção do analfabetismo (DIÁRIO DOS CAMPOS, ed. 3272, 06 fev. 1923).

Neste excerto, destacam-se dois conceitos básicos. O primeiro refere-se à educação do homem do campo, o camponês; o segundo, medidas efetivas relacionadas à alfabetização. Com relação ao primeiro conceito, recorreremos novamente a Jean Carlos Moreno. Segundo este autor,

Principalmente os subinspetores, que viajavam pelo interior do estado e, por isso, propugnavam-se conhecedores da realidade, alternavam as representações dos hábitos e costumes da população do interior entre o pitoresco, o atrasado e o abandonado, junto com a constatação de que lhes faltava apoio para superar esse estado. Pelo menos no discurso demonstrava-se acreditar que, apesar do diagnóstico negativo, era possível superar paulatinamente as dificuldades por meio da educação (MORENO, 2007, p. 57).

De acordo com as considerações de Moreno, “a parcela da população que se preconiza como objeto maior de intervenção era aquela que os reformadores identificavam

como o “caboclo” ou “sertanejo”. (p. 57). Como alerta o autor, “[...] apesar de todo este esquadramento retórico e de toda a inspeção e diagnóstico de precariedade, as escolas isoladas do interior, e conseqüentemente sua população, continuam sendo preteridas na questão dos investimentos públicos durante a década de 1920. (p. 57).

Com relação ao analfabetismo paranaense, Maria Elisabeth Blanck Miguel comenta que “Para facilitar a alfabetização, um programa muito simples foi organizado para as escolas isoladas, acompanhado de instruções aos professores, principalmente quanto ao cuidado com as crianças.” (MIGUEL, 1997, p 30). Conforme as argumentações de Miguel, essa busca intensiva da alfabetização não foi acompanhada por medidas práticas. Prova disso é que a ênfase na alfabetização, contida nas modificações do ensino primário no Paraná, não acompanhava a reforma paulista, que tornou obrigatório e gratuito apenas os dois primeiros anos escolares, embora a escola primária fosse de sete anos. Para concluir, Blanck Miguel afirma que a reforma paranaense no ensino primário, embora tenha enfatizado a alfabetização, não se utilizou de medidas mais radicais e nisso se aproximou das demais reformas.

A nota “Bases educativas para a organização da nova escola normal secundária do Paraná” apresenta Lyzímaco Ferreira da Costa:

Sentimo-nos felizes quando se nos apresenta ocasião propícia de registrar a satisfação e o orgulho, que nos enchem a alma, pela afirmação brilhante dum talento que eleva o nível intellectual do Estado e o faz admirado la fora, como no caso magnífico desse modesto paranaense Lysimaco Ferreira da Costa, que pela intelligencia, superiormente cultivada, é um ponto de irradiação no seio das verdadeiras competências da actualidade.

Lutador de fibra, Lysimaco vem conquistando, em surtos extraordinários, os mais alcandorados postos do saber, trabalhando concomitantemente, para o bom nome intellectual do seu Estado.

Jean Carlos Moreno (2007) estuda a atuação de Prieto Martines e Lyzímaco da Costa que, durante a década de 20, trabalharam pela educação do povo paranaense. Moreno mostra exatamente esse novo ideal educativo do Estado. O autor parte do pressuposto de que no governo de Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928) buscava-se introduzir no Estado um novo modelo de educação. Logo que assumiu o governo, Rocha incumbiu Lyzímaco Ferreira da Costa, para ir a São Paulo convidar um profissional da educação para vir ao Paraná, uma vez que a educação paulista havia passado por profundas reformas. Lyzímaco trouxe o educador César Prieto Martinez, que “assumiu a inspetoria de educação do Paraná no período de 1920-1924.” (p. 41).

Moreno demonstra que a quantidade de escolas multiplica-se no Estado do Paraná no

primeiro governo de Caetano Munhoz da Rocha e do inspetor educacional Cesar Prieto Martinez. Mas no geral, apesar de significativa desenvoltura, o que se nota é que é dada mais atenção aos núcleos urbanos e à capital. O discurso que move esses educadores é “a crença na educação como redentora da nação e até como possibilidade de instauração de um novo mundo [...]” (p. 45). Sonha-se, inclusive, com a intenção de instaurar uma nova sociabilidade pautada pela civilidade, desvelando uma das principais faces da apropriação da modernidade realizada por esses intelectuais.

Assim é que a reforma de ensino paranaense se disporia a formar cidadãos instrumentalizados para interagir com o mundo moderno, neste sentido, imbuídos de certa racionalidade, mas ao mesmo tempo engajados em um projeto nacional pelo sentimento, pelo coração. E desse modo, Jean Carlos Moreno conclui seu estudo:

Construindo sua ação como um amplo projeto de modernização que se transformava na intenção de intervenção sobre a sociedade, partindo de representações do povo, especialmente da população do interior, que o associavam à doença e à indolência, os agentes da reforma de ensino acentuaram uma proposta de formação moral, que convergindo com outras leituras do período, impregnou os discursos em torno da escolaridade paranaense, a partir dos anos 1920 (MORENO, 2007, p. 57).

A conclusão do autor é de que apesar de não atingirem todos seus objetivos, de forma geral os inspetores Prieto Martinez e Lysímaco Ferreira da Costa conseguiram transformar o quadro educacional no Paraná. Sonhavam em modernizar a escola e com ela modernizar a sociedade. O desejo de ambos era mudar o hábito da população rumo ao engajamento e à construção de um espírito de nação.

Maria Elisabeth Blanck Miguel, estudando este mesmo contexto, analisa a formação do professor e a organização social do trabalho. A autora inicia seu estudo referenciando as reformas educacionais em vários estados brasileiros. Primeiramente ela cita a reforma de São Paulo, realizada por Sampaio Dória. Tomando como modelo, e conforme as especificações de Moreno na passagem acima, César Prieto Martinez foi convidado a vir de São Paulo e fazer a reforma educacional no Estado do Paraná. Segundo Blanck Miguel,

A reforma educacional paranaense, de características inovadoras (ao menos em relação ao curso de magistério), iniciada a partir de 1920 foi precedida pela visita a São Paulo, entre 1918 e 1919 de uma comissão de professores que trouxe de lá novos processos pedagógicos, entre elas o ensino analítico da leitura (p.27).

A partir de 1920, Prieto Martinez atuou na reforma dos programas escolares primários.

Suas ideias representavam a “[...] lógica racionalizadora do trabalho industrial e a valorização do homem como recurso humano para o progresso da nação.” (p. 27). Sobre o fenômeno da industrialização Martinez comentava:

[...] a instrução popular pode e deve acompanhar essa ascensão, deixando a antiga rotina e lançando mão de outros meios eficazes que chegam a resultados esplêndidos, com economia de tempo e sem necessidades de gastos excessivos. Sendo o ideal da democracia, levar a instrução a todas as camadas sociais, é mister que esse ideal se cumpra sem prejuízo de outros problemas que envolvem o futuro do país. Para isso, devemos conjugar, todos os esforços, procurando encarar a questão pelo lado que mais nos interessa e que, de melhor modo, pode atingir o fim almejado (PARANÁ, Relatório, 1921, p. 4 *apud* MIGUEL, 1997, p. 28).

Na análise de Maria Elisabeth Blanck Miguel, a reforma educacional empreendida por César Prieto Martinez estava fundamentada na concepção racionalizadora da educação. Sua reforma destacava a parte administrativa e a parte do ensino. Prieto entendia que o funcionamento de uma das partes dependia da outra.

A educação local também esteve presente no discurso do jornal. Em artigo intitulado “A Instrucção em Ponta Grossa”, ed. 1.553 de 31 de janeiro de 1916 do *Diário dos Campos*, notaram-se comentários relacionados à educação da cidade. O autor inicia o texto argumentando sobre a reforma do ensino do Paraná:

Já que a Instrucção publica de nosso Estado se acha em reforma, é justo e a ocasião é própria para que se diga algo a respeito da instrucção desta bela e encantadora “Princeza dos Campos”.

Ponta Grossa é uma cidade bastante desenvolvida, com uma população de quase doze mil habitantes, podia já possuir não só uma escola de segundo grão como também um estabelecimento de ensino superior secundário. Pois, para isso Ella possui não somente população suficiente como também um clima adorável, panoramas belíssimos, onde a vista se expande em contemplanções de polychromaticas paisagens, onde o sangue se vitalisa e se rejuvenesce, - proporcionando saúde e vigor.

Quanto a Instrucção publica primária, apesar da incontestável boa vontade e competência do Sr. Inspector Escolar, de alguma melhoria se recente. Não, em absoluto, quanto a instrucção feminina, - essa está sufficientemente disseminada, tendo à frente preceptoras mui capazes e distintas; somente enquanto a instrucção masculina é que me refiro; esta, para uma população tão numerosa, conta apenas com três escolas, sendo duas reunidas em Semi Grupo e somente uma isolada! É, como vemos, demasiadamente insufficiente o número de escolas masculinas para esta cidade. Era pois de justiça que se criasse mais uma escola masculina aqui.

Desde o final do século XIX foram implantados na cidade grupos e colégios. Segundo Niltonci Batista Chaves esses colégios foram

Particulares, públicos, religiosos, profissionalizantes, comunitários, seja qual for a origem e a função dos estabelecimentos, a cidade contava com uma considerável quantidade deles. O Grupo Escolar Senador Correa, a Escola Normal, o Ginásio Regente Feijó, a Escola Alemã, os colégios São José, o Colégio São Luiz, o Colégio Sagrada Família, o Ginásio Sant' Ana, a Academia Pontagrossense de Comércio, a Escola de Trabalhos Rurais Augusto Ribas e a Escola Profissional Ferroviária Coronel Manuel Tibúrcio Cavalcanti, entre outros, faziam parte da realidade local, disponibilizando o saber formal para significativas parcelas da população (2001, p. 70).

No Paraná, o desenvolvimento do ensino processou-se lentamente. O Ensino primário, tanto no Estado como em Ponta Grossa, seguiu os parâmetros da política educacional brasileira e paranaense. Um fator marcante na educação da cidade é a presença do ensino particular.⁵⁴

Em relação a este assunto, Rosângela Wosiach Zulian (2001) comenta que a situação do ensino em Ponta Grossa não diferia muito da situação do Paraná, tanto na época imperial quanto no período sucessivo. Desde o tempo do Império, a cidade sofria com a ausência de professores. O que predominou neste período foram as escolas particulares efêmeras, que de maneira geral funcionavam nas próprias casas dos professores. Essas escolas, geralmente laicas, criadas na época imperial, em situações, muitas vezes, adversas, estenderam-se pelo período republicano, denotando o esforço anônimo dos mestres em encorajar o ensino das primeiras letras e o curso secundário.

Com relação ao ensino público, Joselfredo Cercal de Oliveira afirma que, em 1924, o governador Caetano Munhoz da Rocha inaugurou a Escola Normal Primária de Ponta Grossa, a qual funcionava no local onde hoje está localizado o Colégio Regente Feijó. Teresa Jussara Luporini comenta sobre as iniciativas tomadas por César Prieto Martinez, enquanto inspetor da instrução pública do Estado do Paraná:

Em 1920, quando César Prieto Martinez assume a Inspeção Geral do Ensino, introduz uma concepção modernizadora que privilegia os aspectos administrativos. Segundo sua perspectiva, o bom funcionamento da escola não dependeria apenas das medidas técnicas adotadas, mas, do emprego racional e recursos (LUPORINI, 1994, p. 23).

⁵⁴ Com relação às escolas particulares, em 1838, o governo da província de São Paulo (o Paraná só foi emancipado em 1853), concedeu a primeira autorização para o funcionamento das escolas particulares no Paraná. (OLIVEIRA, 2002, p.22). Desse ano em diante, surgiram várias escolas particulares na cidade que foram efêmeras. Entre os particulares, merecem destaque o Colégio São Luiz, fundado pelo padre Arnaldo Jansen no ano de 1903, e também o Colégio Sant' Ana, o qual teve como um dos principais responsáveis, o padre Aloysio Berger. Esse padre intermediou a vinda das irmãs missionárias da Congregação das servas do espírito Santo para Ponta Grossa. Essas irmãs por sua vez, em 1906, fundaram uma escola que ministrava aula apenas para o sexo feminino. Estão aí as bases do Colégio Sant' Ana, que também funciona até os dias atuais. (OLIVEIRA, 2002, p. 57).

Martinez teve como principal tarefa empreender a reforma educacional do Estado do Paraná. Ponta Grossa vê instalada a sua primeira escola pública no início da década de 1910. Joselfredo Cercal de Oliveira comenta sobre essa fundação da primeira escola:

No início da segunda década do século XX, o governo estadual instalou a primeira escola pública em Ponta Grossa, o chamado grupo nº 2 (Escola pública Promiscua), através da lei 1.201, de 28 de março de 1912, como resultado da fusão de duas escolas isoladas: a escola da professora Sara Sanches, que funcionava na rua Engenheiro Schamber, e as Escola Pública de Ponta Grossa situada na rua Sant' Ana e dirigida pela professora Luzia Fernandes (OLIVEIRA, 2002, p. 65).

Esse primeiro grupo escolar recebeu o nome de Casa Escolar Senador Correa. Outro colégio importante na rede pública de ensino só viria a ser inaugurado em 28 de março de 1927. Trata-se do Colégio Regente Feijó. Na época da sua inauguração, o inspetor geral de ensino do estado do Paraná era Lyzímaco Ferreira da Costa.

Percebemos que a educação paranaense processou-se em passos lentos. A difusão do ensino em Ponta Grossa no final do século XIX e na primeira metade do século XX foi um problema, pois a instrução sempre carecia de recursos financeiros. Apesar disso, o processo educacional ponta-grossense acompanhou as reformas educacionais do Paraná, tanto no plano teórico como no prático. Nos anos subsequentes foram fundadas várias escolas. Na década de 1920 surgiram no Paraná várias escolas isoladas. Novos programas foram elaborados e as escolas públicas atingiram níveis educacionais mais elevados. O que predominou em Ponta Grossa até a década de 1920 foi uma escola particular e elitizada. Exceção ao Colégio Senador Corrêa o desenvolvimento educacional público só iria acontecer a partir da década de 20 com as intervenções educativas do governo Caetano Munhoz da Rocha.

Esse entusiasmo, pelo poder transformador da educação, está presente no discurso do jornal *Diário dos Campos*. Com isso, evidencia-se a hipótese de que os intelectuais do jornal filtraram e puseram em discussão o debate educativo nacional. Nas páginas do periódico percebemos a presença da educação como uma missão salvadora cuja principal função foi a de combater o analfabetismo. O discurso do jornal fez defesa da educação da mulher, ela, que timidamente sai do lugar familiar para ocupar vários espaços sociais entre os quais merece destaque a função de professora. Como também foram constantes os discursos relacionados às reformas educacionais, em que foi estabelecida interlocução com o pensamento de Rui Barbosa e as reformas estrangeiras; e já no contexto paranaense ganharam destaque as reformas do Governo Caetano Munhoz da Rocha.

Concluimos este capítulo afirmando que no período de atuação dos intelectuais por

nós analisados a educação foi debatida com certa regularidade. Estes intelectuais sistematizaram nas primeiras décadas do século XX, um debate compatível com as principais discussões educativas relacionadas ao povo brasileiro, no qual foram utilizados, além de seus próprios posicionamentos, textos transcritos de artigos de jornais de circulação nacional. Com isso percebe-se a integração do discurso do jornal com as principais discussões relacionadas à modernidade e educação que ocorreram no Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento desta pesquisa, nos preocupamos em analisar o discurso dos intelectuais do jornal *Diário dos Campos* sobre modernidade e educação no período de 1907 a 1928. O objetivo geral que norteou nossa análise foi a recepção dos debates nacionais sobre modernidade e educação no discurso deste periódico, por meio das intervenções de Jacob Holzmann, Hugo Mendes de Borja Reis e José Cadilhe. Estes intelectuais atuaram no processo de organização e de transmissão de visões de mundo que visavam formar uma identidade nacional, bem como constituir um novo *ethos* na cidade de Ponta Grossa. Em termos específicos, procurou-se analisar o contexto cultural ponta-grossense e as transformações da cidade no início do século XX. Tal discussão apoiou-se no conceito de intelectual como organizador da cultura gramsciniana e na concepção de discurso pelo círculo de Bakhtin.

Pela análise feita foi possível perceber, a partir de vários historiadores locais e pelas crônicas do jornal pesquisado, que Ponta Grossa no início do século XX era uma cidade que passava por muitas transformações. Tais mudanças foram demonstradas a partir das novidades que apareceram e o espanto que elas causaram em cronistas que passaram por aqui. Defendemos a ideia de que o grupo do jornal deu visibilidade às alterações que se processavam na cidade, estabelecendo muitas vezes um caráter surrealista. Em Ponta Grossa, no início do século XX, era possível sentir esse discurso civilizador, porém, é preciso relativizá-lo. Com o intuito de contradizer o tom ufanista dos cronistas, buscamos argumentações no próprio jornal, no qual diversos tipos de conflitos sociais foram expostos, entre os quais destacamos os problemas de criminalidade. Além disso, as observações de Niltonci Batista Chaves indicam que a ausência de planejamento urbano esteve presente desde o nascimento da cidade. Enfim, com relação à sociedade princesina, o que apuramos foi que prevaleceu o discurso da modernidade (do novo), da civilização em contraposição ao velho e ao bárbaro. Esta visão de mundo procurou remodelar a sociedade e os indivíduos que a compunham. Assim, percebe-se o desejo de transição de uma sociedade conservadora, com padrões rudimentares de vida, para uma sociedade com padrões modernos.

O anseio pelos símbolos da modernidade projetou em vários lugares do Brasil diferentes visões de educação. Ao observar o lugar de Ponta Grossa nesse debate, foi possível identificar que os artigos dos jornais abordavam o problema da cidade e seus melhoramentos, ajustando-os aos anseios de civilização e progresso nacionais que, aliás, foi uma característica predominante no início de século XX. O debate educativo nacional e estadual foi intenso na

passagem do século XIX para o XX. A questão central da nossa pesquisa foi estudar esse debate e entender a participação dos intelectuais ponta-grossenses na divulgação dessa discussão. Em que medida os intelectuais dos jornais pesquisados estavam sintonizados aos discursos sobre educação que se desenvolveram nos primeiros anos do século XX? Pela análise é possível sustentar que o jornal foi um importante veículo de divulgação de discussões relacionadas à educação. Nessa afirmação ressaltamos dois aspectos. O primeiro está relacionado aos intelectuais do jornal; o segundo ao discurso sobre educação que foi veiculado através dele.

Com relação ao primeiro aspecto, ficou evidenciado que a minoria dos artigos veiculados pelo jornal foi assinada pelos intelectuais que analisamos. No entanto, como foram editores ou proprietários do jornal, defendemos a ideia de que tiveram autonomia para autorizar a divulgação desses textos. Um fator marcante em relação a esses intelectuais diz respeito ao caráter eclético de Hugo Reis que, além de chefiar o jornal, publicou artigos defendendo a educação ou argumentado sobre ela. Na realidade, Hugo Reis ao inserir a imprensa como o quarto poder constituído, afirmava ser responsabilidade dela lançar a cruzada contra o analfabetismo. Sua posição defendida era o de ver um povo culto e educado. Jacob Holzmann e José Cadilhe não escreveram artigos que tratassem especificamente da educação, mas estiveram comprometidos com a organização e disseminação de novas maneiras de pensar ao coordenarem as atividades editoriais do jornal.

No que diz respeito ao discurso sobre educação no jornal *Diário dos Campos*, evidencia-se a hipótese de que os intelectuais do referido periódico estavam sintonizados aos debates educativos travados nas principais cidades brasileiras. A rigor, no período investigado, a educação foi uma temática recorrente no discurso do jornal. A preocupação com a formação do povo apresentava temáticas mais específicas, entre as quais se destacavam a noção de educação como salvadora da nação, a tese da educação feminina e formação de professor, bem como a defesa de reformas educativas.

Estava presente no discurso do jornal o caráter salvacionista da educação, pois ao associar a criminalidade a um problema social, na sequência era postulada a assertiva da educação como remédio para curar este mal. Por isso, os intelectuais do jornal se voltaram contra o analfabetismo, uma vez que a ele era atrelada a desagregação social. Se a educação era fator de salvação, era preciso que se lutasse por ela. Trata-se de uma tendência reformadora que teve como paradigma os ideais republicanos, e que foi impulsionada, sobretudo, pela reforma da instrução pública efetivada em São Paulo no início da década de 90 do século XIX. Parcela significativa da intelectualidade brasileira daquele período viu na

educação um modo de promover a formação da nacionalidade por intermédio de uma cultura nacional e de uma educação moral sólida que assegurassem o progresso da civilização.

Além da defesa da educação como salvadora da pátria, os artigos do jornal deixam clara a sua preocupação com os educadores. A defesa do jornal era de que para haver bons educadores seria preciso que se educassem primeiro os professores. Daí a defesa da escola de formação de professores e de alfabetização. Associada à tese de formação de professores, estava a ideia de educação feminina. A posição encontrada no jornal é de defesa da causa da mulher. No entanto, tal proposição atrelava o papel social da mulher à missão de guardião do lar e da sociedade. Numa posição mais clara, ainda era um discurso marcado pela dominação masculina.

Em síntese, os intelectuais do jornal pesquisado atribuíram relevância à causa educacional, pois ela esteve presente nos discursos promovidos nos períodos de editoração de Holzmann, Reis e Cadilhe. Ela não esteve ausente no primeiro momento, no qual Jacob Holzmann foi proprietário. Teve uma repercussão considerável quando Hugo de Borja Reis foi editor e proprietário. E na fase de José Cadilhe as percepções relacionadas ao caráter educativo também foram visíveis. No seu período, o debate sobre as reformas educacionais do governo Caetano Munhoz da Rocha teve presença significativa. Os jornalistas que ocupavam tais espaços para escrever sobre educação não economizaram elogios a atuação do governador, exaltando, por meio de estatísticas, moções às políticas públicas educacionais do Estado do Paraná.

Ao promover a discussão sobre os problemas societários, os intelectuais do jornal *Diário dos Campos* elegeram a questão educacional como temática relevante. O discurso educacional presente neste periódico estava sintonizado ao debate que circulava nas principais cidades brasileiras. A rigor, enunciava os problemas do analfabetismo, da educação feminina, da profissionalização da mulher (professora/educadora), da higienização, das reformas educativas, da formação do professor, da educação republicana (pública, laica e gratuita), da educação primária, da construção de prédios próprios para ensinar (grupos escolares) e da escola moderna (métodos práticos e inovadores).

5 FONTES

Jornal O Progresso (1907-1913)

Jornal Diário Dos Campos (1913-1924)

BUCHOLDZ, A. P. **Diário dos Campos**: memórias de um jornal centenário. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2007.

HOLZMANN, E. **Cinco Histórias Convergentes**. 2 ed. Revisada. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2004.

ARTIGOS DO JORNAL QUE FORAM ANALISADOS:

A acção social do Espiritismo. Ed. 2.025, 02/10/1917.

A acção social do Espiritismo. Ed. 2.026, 05/10/1917.

A Bandeira: Hoje, no Brasil inteiro, a Bandeira nacional é cultuada. Ed. 1498, 19/11/1915.

A burla do ensino. Ed. 2.914, 26/10/1921.

A conferência de Dario Velloso. Ed. 2.032, 13/10/1917.

A conferencia de Dario Velloso. Ed. 2.033, 15/10/1917.

A contribuição da mulher. Ed. 1965, 04/07/1917.

A criança na escola. Ed. 535, 12/03/1912.

A educação da mulher. Ed. 246, 11/01/1910.

A eletricidade e a vida moderna. Ed. 578, 27 de junho de 1912.

A escola laica e a these do problema social, 01/07/1919.

A escola laica e a these do problema social, 10/07/1919.

A Escola Moderna em São Paulo. Ed. 259, 10/02/1910.

A escola normal. Ed. 3.035, 02/04/1922.

A Escola. Ed. 326, 18/10/1910.

A escola. Ed. 515, 08/08/1912.

A escola. Ed. 574, 15/06/1912.

A escola. Ed. 598, 15/08/1912.

A escola. Ed. 608, 07/09/1912.

A greve dos operários em Ponta Grossa. Ed. 1.979, 21/07/1917.

A instrução em Ponta Grossa. Ed. 1553, 31 de janeiro, de 1916.

A instrução Publica no Estado. Ed. 3.272, 06/02/1923.

A instrução Publica no norte do Estado. ed. 1.776, 06/11/1916.

A instrução utilitária. Ed. 1.802, 12/12/1916.

A política de Ponta Grossa e a atitude do Sr. Presidente do Estado. Ed. 3.163, 22/09/1922.

A questão religiosa. Ed. 2.519, 27/12/1919.

A reeleição do presidente. ed. 3.300, 14/03/1923.

A sucessão governamental no Paraná. Ed. 2.409, 22/07/1919.

A visita de S. Excia. O Sr. Dr. Munhoz da Rocha, chefe de Estado. ed. 3.004, 23/02/1922.

Analphabetismo. Ed. 2.895, 28/09/1921.

As classe produtoras no congresso do Estado. ed. 1415, 04/08/1915.

As eleições. Ed. 268, 03/03/1910.

As Universidades Populares. Ed. 313, 17/09/1910.

Atentado contra o Progresso, ed. 269, 08/03/1910.

Atividade Industrial. Ed. 297, 11/08/1910

Bases educativas (sobre Lysimaco Ferreira da Costa) Ed. 3.316.

Bons prenúncios. (fala sobre a educação no Paraná). Ed. 3.186, 20/10/1922.

Campanha contra o Diário dos Campos. Ed. 1.472, 18/10/1915.

Casas para operários. Ed. 1.716, 25/08/1916.

Coisas pedagógicas. Ed. 2.980, 26/01/1922.

Colégio Central do Paraná. Ed. 264, 22/02/1910.

Comemoração Kardeciana. Ed. 1.754, 11/10/1916.

Como se envenena a população. Ed. 519.

Conferencia anti-espirita. Ed. 2.762, 03/02/1921.

Conferencia Literária. Ed. 1.446, 11/09/1915.

Continua a greve dos operários em Ponta Grossa. Ed. 1980, 24/07/1917.

Croniqueta (instrução publica). Ed. 544, 04/04/1912.

Diário dos Campos. Ed. 2.810, 27/04/1921.

Diário dos Campos. Ed. 2.881, 01/09/1921.

Diversões. Ed. 248, 15/01/1910.

Dr. Munhoz da Rocha. Ed. 3.162, 21/09/1922.

Duas plaquetas (sobre Dario Vellozo). Ed. 1423, 13/08/1915.

Em defesa da S. Ex. o Snr. Dr.: Caetano Munhoz da Rocha. Ed. 3.220, 02/12/1922.

Embelezamento da cidade. Ed. 2.894, 27/09/1921.

Escola Normal. Ed. 3.015, 10/03/1922.

Escola noturna para operários. Ed. 1.745, 30/09/1916.

Escolas complementares. Ed. nº 543, 02/04/1912.

Espiritismo e Catolicismo. Ed. 2.419, 05/08/1919.

Fagulhas. Ed. 1673, 03/07/1916.

Flor intelectual... flor de sangue... pátria viva (sobre mocidade. Ed. 1.410, 20/07/1915.

Fundação do centro de commercio e indústria paranaense. Ed. 311, 13/09/1910.

Guerra ao analfabetismo. Ed. 623, 17/10/1912.

Herva Mate. Ed. 2.964, 05/01/1922.

Higiene. Ed. 1.493, 12/11/1915.

Higiene. Ed. 252, 25/01/1910.

Higiene. Ed. 314, 20/09/1910.

Hugo Reis aparece como Redator do Jornal. Ed. 272, 14/06/1910. EDITOR: HUGO REIS

Hygiene Publica: o atual estado das instalações domiciliares. Ed. 1.500, 22/11/1915.

Imigração. Ed. 510, 11/01/1912.

Impressões de um homem pacifico. Ed. 530.

Infeliz Paraná. Ed. 2.475, 22/10/1919.

Inspecção das redes de esgoto sanitário. Ed. 3.344, 12/05/1923.

Instituto Histórico e geográfico do Paraná. Ed. 1.756, 14/10/1916.

Instrução Publica. Ed. 1.775, 08/11/1916.

Instrução Publica. Ed. 1.776, 06/11/1916.

Instrução Publica. Ed. 1.785, 23/11/1916.

Instrução Publica. Ed. 1.790, 27/11/1916.

Instrução Publica. Ed. 1.796, 04/12/1916.

Instrução Publica: dentro da escola. Ed. 1.408, 27/07/1915.

Instrucção. Ed. 2.897, 01/10/1921.

Luz elétrica. Ed. 249, 18/01/1910.

Moção Espírita. Ed. 340. 19/11/1910.

Moção Espírita. Ed. 341, 20/11/1910.

Momento crítico. Ed. 297, 11/08/1910

No Paraná. Ed. 2.894, 27/09/1921.

Notas da cidade: Folha /rósea, ed. 299, 16/08/1910.

Notas Pedagógicas e Festa maçônica. Ed. 277, 28/06/1910.

Notas Pedagógicas, Ed. 284, 12/07/1910.

Notas Pedagógicas, Ed. 286, 16/07/1910.

Notas Pedagógicas, Ed. 291, 28/07/1910.
 Notas Pedagógicas. Ed. 292, 30/07/1910.
 Notas pedagógicas. Ed. 313, 17/09/1910.
 Notas pedagógicas. Ed. 315, 22/09/1910.
 Notas Pedagógicas. Ed. 316, 24/09/1910.
 Notas Pedagógicas. Ed. 317, 27/09/1910.
 Notas Pedagógicas: continuação. Ed. 293, 02/08/1910.
 Notas sobre a cidade. Ed. 302, 23/08/1910.
 Notas sobre a cidade: Educação artística. Ed. 307, 03/09/1910.
 Notícia do empastelamento do jornal no estado do Paraná. Ed. 270, 10/03/1910.
 O Analfabetismo. Ed. 293, 02/08/1910.
 O Brasil na guerra: manifestações cívicas. Ed. 2.033, 29/10/1917.
 O Caipora. Ed. 245, 08/01/1910.
 O Cambio Intelectual, 22/12/1915, ARGENTINA)
 O cavalo de Tróia. Ed. 247, 13/01/1910. Sobre Estrada de ferro.
 O Centenário e a Instrução. Ed. 2.978, 24/01/1922.
 O chefe: sobre Rui Barbosa. Ed. 300, 18/08/1910.
 O clero e a liberdade. Ed. 1416, 05/08/1915.
 O Dr. Munhoz da Rocha será reeleito. Ed. 3.281, 19/02/1923.
 O ensino da moral e da disciplina nas escolas inglesas. Ed. 543, 02/04/1912.
 O ensino primário no Paraná. Ed. 2.920, 07/11/1921.
 O espiritismo progride. Ed. 1.782, 17/11/1916.
 O feminismo nacional. Ed. 298, 13/08/1910.
 O ideal novo. Ed. 2.518, 26/12/1919.
 O manifesto dos espíritas. Ed. 2.771, 18/02/1921.
 O Policiamento da cidade. Ed. 243, 04/01/1910.
 O progresso e a cidade. Ed. 3.297, 10/03/1923.
 O progresso e sua evolução, Ed. 349.
 O Progresso e sua evolução. Ed. 350, 13/12/1910.
 O Talento das mulheres. Ed. 276, 23/06/1910.
 O verdadeiro patriotismo. Ed. 1.777, 10/11/1916.
 Os mandamentos da higiene, Ed. 247, 13/01/1910.
 Os Templários Espíritas, Ed. 274, 18/06/1910.
 Para onde vamos? Fala sobre Rui Barbosa. Ed. 246, 11/01/1910.

Pelas escolas. Ed. 1.413, 02/08/1915.

Pelas escolas. Ed. 1.520.

Pelas escolas. Ed. 2.492, 19/11/1919.

Pelo ensino. Ed. 1.775, 08/11/1916.

Pelo ensino. Ed. 1.777, 10/11/1916.

Ponta Grossa de hoje, Ed. 586, 16/07/1912.

Ponta Grossa de hoje, Ed. 587, 18/07/1912.

Ponta Grossa de hoje, Ed. 588, 20/07/1912.

Ponta Grossa de hoje, Ed. 589, 23/07/1912.

Ponta Grossa de hoje, Ed. 590, 25/07/1912.

Ponta Grossa de hoje, Ed. 591, 28/07/1912.

Ponta Grossa de hoje, Ed. 593, 03/08/1912.

Ponta Grossa de hoje, Ed. 594, 06/08/1912.

Ponta Grossa de hoje, Ed. 595, 08/08/1912.

Ponta Grossa de hoje, Ed. 599, 17/08/1912.

Ponta Grossa de hoje, Ed. 601, 22/08/1912.

Ponta Grossa de hoje, Ed. 602, 24/08/1912.

Ponta Grossa de hoje, Ed. 603, 27/08/1912.

Ponta Grossa de hoje, Ed. 607, 05/09/1912.

Ponta Grossa no Estado. Ed. 1.465, 08/10/1915.

Ponta Grossa, 1813-1917. Ed. 2.014, 15/09/1917.

Ponta Grossa: estatística commercio industrial. Ed. 2.428, 18/08/1919.

Reacção Clerical. Ed. 1.736, 20/09/1916.

Respondendo, 22 de janeiro de 1916. Ed. 1546.

Rocha Pombo. Ed. 3.312, 28/03/1923.

Rui Barbosa. Ed. 250, 20/01/1910.

Rui Barbosa. Ed. 252, 25/01/1910.

Rui Barbosa. Ed. 254, 29/01/1910.

Sciencia e fé. Ed. 1.978, 20/07/1917.

Scpticismo e crença. Ed. 1.984, 07/08/1917.

Scpticismo e crença. Ed. 1.985, 08/08/1917.

Seção Livre: sobre o clube literário. Ed. 291, 28/07/1910.

Segundo Congresso Espírita Paranaense. Ed. 1.520.

Segundo Congresso Espírita. Ed. 1.465, 08/10/1915.

Sobre a Escola. Ed. 334, 05/11/1910.

Tendência editorial de Hugo Reis. Ed. 273, 16/06/1910.

Uma instituição modelar. Ed. 1.503, 25/11/1915.

Universidades femininas. Ed. 331, 29/10/1910.

6 REFERÊNCIAS

- AMARAL, G. L. do. **O gymnasio pelotense e a maçonaria**. Pelotas: Editora Universitária, Ufpel, 1999, p. 15-105.
- ANDRADE, M. L. de. Dario Vellozo e a escola moderna: a renovação do pensamento educacional no Paraná (1906-1918), In: VIEIRA, Carlos Eduardo (Org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná** (1886-1964). Curitiba: Ed. UFPR, 2007, p. 191-215.
- BAKHTIN, M. (VOLOSHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Ed. Annablume, 2002.
- BARROS, R. S. M. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- BENCOSTTA, M. L. A. **Arquitetura e espaço escolar**: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). Educar, Curitiba, n. 18, p. 103-141. 2001. Editora da UFPR.
- BENJAMIM, W. **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- BOBBIO, N. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Unesp, 1997.
- BUCHOLDZ, A. P. **Diário dos campos**: memórias de um jornal centenário. Ponta Grossa: Editora Uepg, 2007.
- BURKE, P; BRIGGS, A. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à internet. Rio de janeiro: Zahar, 2006.
- CAMPOS, N. Discurso: Lugar de Produção de sentidos e de luta pela verdade. **Revista Publicatio**: UEPG, p. 129-138, 2007b.
- CAMPOS, N. Intelectuais católicos e a educação no Paraná nas décadas de 1920 e 1930. In: VIEIRA, Carlos Eduardo (org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná** (1886-1964). Curitiba: Ed. UFPR, 2007a, p. 175-190.
- CAMPOS, N. **Laicato católico**: o papel dos intelectuais no processo de organização do projeto formativo da igreja católica no Paraná; 1926-1938. Dissertação: UFPR, 2002.
- CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARR, E. H. **O que è história?** São Paulo: Paz e Terra, 1982.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas:** o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CARVALHO, M. M. C. A Configuração da historiografia educacional brasileira. In: Freitas, M. C. De (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contacto, 2003, p. 329-353.

CARVALHO, M. M. C. **Molde nacional e fôrma cívica (1924-1931).** Bragança Paulista: Edusf, 1998.

CARVALHO, M. M. C. O Novo, o velho, o perigoso: relendo a cultura brasileira. **Cadernos de Pesquisa.** Fundação Carlos Chagas: SP, 1989, p. 23-35.

CHAMA, G. V. F. **Ponta Grossa:** o povo, a cidade e o poder. Ponta Grossa: SMEC, 1988.

CHAVES, N. B. (org.). **Visões de Ponta Grossa.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001a.

CHAVES, N. B. “A saia verde está na ponta da escada!”: as representações discursivas do Diário dos Campos a respeito do integralismo em Ponta Grossa. **Revista de História Regional**, vol. 4, nº 1, verão de 1999.

CHAVES, N. B. A “Cidade civilizada”: cultura, lazer e sociabilidade em Ponta Grossa no início do século XX. In: **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais.** (Org.) DITZEL, C. M.; SAHR, C. L. L. Ponta Grossa: editora UEPG, 2001b.

COSTA, F. L. **Trabalho, solidariedade e tolerância:** a sociedade espírita Francisco de Assis de Amparo aos necessitados – 1912-1989. Dissertação de Mestrado: UFPR, Curitiba, 1995.

DEMO, P. **Intelectuais e vivaldinos:** da Crítica acrítica. São Paulo: Almed, 1982. p. 31-86.

DEVOTO, F. J. Para uma história da Argentina no século XX. . In: AGGIO, A; LAHUERTA, M. (Org.). **Pensar o século XX:** problemas políticos e história nacional na América Latina. São Paulo: Unesp, 2003.

DIAS, R. **A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1935).** Tese (doutorado). Campinas: UNICAMP, 1993.

DITZEL, C. de H. M. **Imaginário e representações:** o integralismo dos Campos Gerais: (1932-1955). Ponta Grossa: Ed. Uepg, 2007.

ELUTÉRIO, M. L. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (Org.) **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

FABRIS, A. (Org.) **Modernidade e modernismo no Brasil.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 1994.

FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo:** as idéias lingüísticas do circulo de Bakhtin. Curitiba: Criar Edições, 2003.

- FAUSTO, B. **O Brasil republicano: sociedade e instituições**. São Paulo: 1977.
- FAUSTO, B.; DEVOTO, J. G. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. Rio de Janeiro: EMC, 2003.
- FOLLIS, F. **Modernização urbana na belle époque paulista**. São Paulo: Unesp, 2004.
- FORACCHI, M. M. (Org.). **Karl Mannheim**. São Paulo: Ática, 1982. p. 101-106.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. AS, 1989.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. 02. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALL, J. (org.) **Os estados na história**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- HARDMAN, F. F. Estrelas Indecifráveis – ou um sonhador que quer sempre mais. In: PAZ, F. M. **Utopia e modernidade**. Curitiba: editora da UFPR, 1994.
- HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, E. O sentido do passado. In: **Sobre história**. São Paulo. Companhia das Letras, 1998. p. 22-35.
- JEANNENEY, J. A. A mídia. In: Rémond, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- JÚNIOR, A. B.; VIEIRA, Carlos Eduardo. O discurso da modernidade nas conferências educacionais na década de 1920 no Paraná. In: VIEIRA, Carlos Eduardo (org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007, p. 13-40.
- KNEBEL, R. K. Belle Époque: ponta-grossense: imigração, sétima arte e música. In: **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. (org.) DITZEL, C. de H. M. & SAHR, C.L. L. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.
- LACERDA, S.; KIRSCHNER, T. C. Tradição intelectual e espaço historiográfico ou por que dar atenção aos textos clássicos. In: LOPES, M. A. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-24.
- LAHUERTA, M. O século XX brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia. In: AGGIO, A; LAHUERTA, M. (Org.). **Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina**. São Paulo: Unesp, 2003.
- LANNA, M. **Sobre a comunicação entre diferentes antropologias**. Rev. Antropol. v. 42 n.

1-2. São Paulo, 1999.

LARRECHEA, E. M. **La educación superior de Uruguay en transición: inercias y horizontes de cambio.** INFORME NACIONAL DE URUGUAY Para IESALC-UNESCO. Montevideo, 2003.

LAVALLE, A. M. **A madeira na economia paranaense.** Curitiba: Grafipar, 1981.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Unicamp, 1994.

LEANDRO, J. A. **Palco e tela na modernização de Castro.** Curitiba, 1995. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Paraná.

LECHNER, N. A modernidade e a modernização são compatíveis? o desafio da democratização americana. **Lua Nova**, n. 21, p. 73-86, Set. 1990.

LECLERC, G. **Sociologia dos intelectuais.** São Leopoldo: Unisinos, 2004.

LOPES, M. A (Org.) **Grandes nomes da história intelectual.** São Paulo: Contexto, 2003. p. 25-82.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

LUPORINI, T. J. **De escola normal a instituto de educação: a trajetória de uma escola.** Ponta Grossa: Ed. UEPG, 1994.

MACHADO, M. C. G. **Rui Barbosa: pensamento e ação.** Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 2002.

MARCHETTE, T. D. **Corvos nos galhos das Araucárias: o movimento anticlerical em Curitiba (1896-1912).** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R.(org.) **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto 2008.

MERQUIOR, J. G. Padrões de construção do Estado no Brasil e na Argentina. In: HALL, J. (Org.) **Os estados na história.** Rio de Janeiro: Imago ed., 1992.

MICELI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945).** São Paulo: DIFEL/DIFUSÃO EDITORIAL S.A, 1979.

MIGUEL, M. E. B. **A formação do professor e a organização social de trabalho.** Curitiba: Ed. da UFPR, 1997.

MONARCHA, C. **A reinvenção da cidade e da multidão.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989

MONARCHA, C. **Escola normal da praça: o lado noturno das luzes.** Campinas, SP: Ed. Da Unicamp, 1999.

MONASTIRSKY, L. B. Mitificação da ferrovia em Ponta Grossa. In: **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais.** (org.) DITZEL, C. H. M.; SAHR, C. L. L. Ponta Grossa: editora UEPG, 2001.

MORAES, J. Q. O Positivismo nos anos 20: entre a ordem e o progresso. In: **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno** (Org.) LORENZO, H. C.; COSTA W. P. São Paulo: Unesp, 1997.

MOREIRA, C. O. F. **Entre o indivíduo e a sociedade:** um estudo da filosofia da educação de J. Dewey. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

MOREL, M. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (Org.) **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto 2008.

MOREL, M.; BARROS, M. M. **Palavra, imagem e poder:** o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MORENO, J. C. Intelectuais na década de 1920: César Prieto Martinez e Lysímaco Ferreira da Costa à frente da instrução pública no Paraná. In: VIEIRA, Carlos Eduardo (Org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná** (1886-1964). Curitiba: Ed. UFPR, 2007, p. 41-64.

MOSCATELI, R. História Intelectual: A problemática da interpretação de texto. In: LOPES, M. A. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual.** São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-24.

MOTA, C. G. Ideologia da cultura brasileira. (1933-1974). São Paulo: ed. Ática, 1998.

NASCIMENTO, T. A. Q. R. **Pedagogia liberal modernizadora.** Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

NOVAES, A. **Civilização e barbárie.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 07-43.

OLIVEIRA, J C de. **Educadores ponta-grossenses** (1850-1950). Ponta Grossa: Editora Uepg, 2002.

PAGNI, P. A. **Do manifesto de 1932 à construção de um saber pedagógico.** Ijuí: Unijui, 2000.

PAULA, J. C. M. Poder local em Ponta Grossa: algumas considerações sobre sua evolução. In: **Espaço e cultura:** Ponta Grossa e os Campos Gerais. (org.) DITZEL, C. M.; SAHR, C. L. L. Ponta Grossa, editora UEPG, 2001.

PAZ, F. M. **Utopia e modernidade.** Curitiba: editora da UFPR, 1994.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação – LDB:** trajetória, limites e perspectivas. Campinas: Ed. Autores Associados, 5ª Ed., Campinas, 1999.

SAVIANI, D. **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre

educação e política. São Paulo: Cortez Editora, 1984.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SCHLESENER, A. H. Esboço de uma filosofia da educação no pensamento de Antônio Gramsci. In: ROCHA, D. (org.) **Filosofia da educação**: diferentes abordagens. Campinas, SP: Papyrus, 2004, p. 57-78.

SCHLESENER, A. H. **Revolução e cultura em Gramsci**. Curitiba: EFPR, 2002.

SÊGA, R. A. **A capital belle époque**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

SILVA, E. A. Energia elétrica em Ponta Grossa. In: **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. (Org.) DITZEL, C. de H. M. & SAHR, C. L. L. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

SILVA, H. R. **Fragmentos da história intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. Campinas: Papyrus, 2002. p. 11-27.

SILVA, H. R. História Intelectual: horizontes teóricos. In: LOPES, M. A. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-24.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUZA, R. F. de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 75-101. 2001. Editora da UFPR.

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

STRAUSS, C. L. **Raça e história**. Lisboa: Ed. Presença, 1952.

SUBTIL, M. J. O “Instituto de Educação” de Ponta Grossa: caminhos e descaminhos de uma escola de formação de professores. In: **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. (Org.) DITZEL, C. de H. M. & SAHR, C. L. L. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

TANURI, L. M. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**: 2000, p. 61-80.

THOMPSON, John B. **A Mídia e modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

TRINDADE, E. M. **Clotildes ou marias**: mulheres de Curitiba na primeira república. Curitiba: Farol do Saber, 1996.

VIEIRA, C. E. **Historicismo, cultura e formação humana no pensamento de Antonio Gramsci**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 1999.

VIEIRA, C. E. **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná** (1886-1964). Curitiba: Ed. UFPR, 2007a.

VIEIRA, C. E. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em história da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Taborba de. **Cinco estudos em história e historiografia da Educação**. 1ª ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007b, v. 1, p. 11-40.

VIEIRA, C. E. O movimento pela escola nova no Paraná trajetória e idéias educativas de Erasmo Pilotto. **Educar em Revista**. Curitiba, nº 18, 2001, p. 53-73.

VIEIRA, C. E.; MARACH, C. B. Escola de mestre único e escola serena: realidade e idealidade no pensamento de Erasmo Pilotto. In: VIEIRA, C. E. (Org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná** (1886-1964). Curitiba: Ed. UFPR, 2007c, p. 269-291.

VILELA, M. C; SILVA, C. P. B; PINHEIRO, A. R.; BARREIRA, L. C; Estudo de periódicos: possibilidades para a história da educação brasileira. In: MENEZES, Maria Cristina (org.) **Educação, memória, história: possibilidades, leituras**. Campinas: Mercado de letras, 2004, p. 401-450.

WOLFF, F. Quem é Bárbaro? In: NOVAES, A. **Civilização e barbárie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 07-43.

ZULIAN, R. W. “A Nova Ponta Grossa”: cidade religiosa? catolicismo e educação em Ponta Grossa – 1889 – 1930. In: **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. (org.) DITZEL, C. H. M; SAHR, C. L. L. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

ZULIAN, R. W. A victoriosa rainha dos Campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana. **Revista de História Regional**. Dep. De História da Uepg. Vol. 03 – nº 02, Inverno de 1998.

ZULIAN, R. W. **Catolicismo e educação em Ponta Grossa** (1889-1930). Dissertação: UEPG, 1998.